

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ



Cruzeiro do Oeste – Paraná

2017-2020

Decreto nº 081/2017

SUMULA: INSTITUI COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR COM VIGÊNCIA 2017 A 2020.

A CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN do município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 027/2014, e Decreto Municipal nº 283/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Técnica Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN de Cruzeiro do Oeste – PR, que terão as seguintes representações:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

Terezinha Valkiria Mamus
Selma Bezerra de Souza Almeida
Izamara Amado de Moura

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Leandro Silvestre de Oliveira
Mariana Pereira da Silva Bocchio
Eliane Cesar Delgado Oliveira

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Marly de Leite Lara Pinto
Cristiane Stori Zirollo
Juliana Cintia Nunes

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura

Alberto Larangeiro Paisana
Nuria Cristina Zamora
Thiago Silva Souza

Art. 2º A Comissão Técnica Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, será responsável em elaborar e articular o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Cruzeiro do Oeste – PR, para o quadriênio 2017-2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cruzeiro do Oeste – PR, 22 de fevereiro de 2017.

Alberto Larangeiro Paisana
Presidente da CAISAN

Hedilberto Villa Nova Sobrinho
Prefeito Municipal

SUMÁRIO

Apresentação.....	12
Introdução.....	15
Capítulo I. MARCO LEGAL.....	21
1.1 A constituição da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil...	22
1.2 O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.....	24
1.3 A constituição do SISAN e sua consolidação no Estado do Paraná.....	30
1.4 A constituição da Política SAN na Regional/Umuarama.....	35
1.5 A constituição do SISAN no Município de Cruzeiro do Oeste.....	38
Capítulo II. MARCO SITUACIONAL.....	51
2.1 Aspectos Gerais.....	51
2.2 Aspectos Histórico do Município.....	54
2.3 Aspectos Populacionais.....	57
2.4 Aspectos Socioeconomicos.....	61
2.5 Aspectos Culturais, Esportivos e de Lazer.....	79
2.6 Aspectos Habitacionais e Urbanísticos.....	82
2.7 Aspectos Educacionais.....	84
2.8 Aspectos Saúde.....	100
2.9 Aspectos Sociais.....	124
2.10 Aspectos Ambientais, Agrícola e Pecuária.....	139
Capítulo III. DESAFIOS DO PLAMSAN/2017-2020.....	166
Capítulo IV. PLANO DE AÇÃO DO PLAMSAN.....	188
3.1 Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.....	188
3.2 Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e	

Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.....193

3.3 Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica.....198

3.4 Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.....202

3.5 Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias.....206

3.6 Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação.....208

3.7 Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural.....211

3.8 Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.....213

3.9 Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.....217

Capítulo V. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLAMSAN.....218

Fonte de pesquisa

LISTA DE FIGURAS	
Figura 1. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	27
Figura 2. Programa Compra Direta/2005	39
Figura 3. Programa Bolsa Escola/Ano: 2001 - Programa Bolsa Família/Ano:2005	39
Figura 4. Palestra com nutricionista nos programas sociais	39
Figura 5. Boas Práticas de Produção nas Cozinhas Comunitárias	40
Figura 6. Reunião de Adesão das Famílias	43
Figura 7. Plantio nas residências das famílias que aderiram ao Programa	43
Figura 8. Jantar do Programa Bolsa Família Porta de Saída: Ação + Trabalho = Cidadania	43
Figura 9. Livro de Receitas	44
Figura 10. Fotos II Conferência – 2015	47
Figura 11. Curso sobre a Política SAN e oficina para levantamento de indicadores para elaboração do PLAMSAN.	48
Figura 12. Mapa dos limites do Município	51
Figura 13. Mapa das principais vias de acesso	52
Figura 14. Brasão de Armas Municipal	55
Figura 15. Museu Dr. Carlos dos Anjos	80
Figura 16. Sítio Paleontológico de Cruzeiro do Oeste	81
Figura 17. Mascote “Cruzeirito”	82
Figura 18. Casas rurais	84
Figura 19. Merenda rede municipal de ensino	94
Figura 20. Cursos realizado em educação alimentar	97
Figura 21. Instrumentos recebidos	98
Figura 22. Implantação de planilhas - capacitação de merendeiras	98
Figura 23. Curso de capacitação as merendeiras	99
Figura 24. Escola - ROSIMERI ORTIZ	99
Figura 25. Escola - Amaral Fontoura	99
Figura 26. EJA - Amaral Fontoura	100
Figura 27. Entrega de uniformes merendeiras e auxiliares	100
Figura 28. Ações realizados: Assistência à saúde no NASF, Epidemio e PSF	124
Figura 29. Grupo do PAIF- trabalhos artesanais	128
Figura 30. Confraternização	128
Figura 31. Palestras com temas diversos	129
Figura 32. Atividades desenvolvidas com as mães gestantes.	129
Figura 33. Grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos	130
Figura 34. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, adolescentes e Jovens	131
Figura 35. Ações do Programa Alternativo	134
Figura 36. Poços artesianos	139
Figura 37. Atividades realizadas na ARCO - 2015	143

Figura 38. Bacia Hidrográfica – Baixo Ivaí - 2013	145
Figura 39. Imóvel rural	162
Figura 40. Cultivo de alimentos irrigados	162
Figura 41. Encontros de diversificação agrícolas	162
Figura 42. Agricultura Familiar / Compra Direta	163
Figura 43. Feira do Produtor	163
Figura 44. Cursos – Vila Rural	164
LISTA DE TABELAS	
Tabela 1. População Urbana e Rural e sexo	58
Tabela 2. Contagem da população segundo faixa etária - 2013	58
Tabela 3. Informações Gerais	61
Tabela 4. Aspectos socioeconômicos	62
Tabela 5. Arrecadação do ICMS (100%), por município de origem do contribuinte - Paraná - 2014	63
Tabela 6. Rendimento médio declarados na RAIS-2014	68
Tabela 7. Estabelecimentos por setor, 2015	70
Tabela 8. Situação empregatícia no município, 2014 - 2015	71
Tabela 9. Números de empregos formais em 31 de dezembro de 2013	73
Tabela 10. Identificação da população - 2010	75
Tabela 11. População ocupada segundo as atividades econômicas - 2010	77
Tabela 12. Número de estabelecimentos e emprego (RAIS) segundo as atividades econômicas - 2015	78
Tabela 13. Instituições de ensino existentes no Município, 2015	85
Tabela 14. Rendimento e Movimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão) no Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014	87
Tabela 15. IDEB's observados e metas projetadas para as instituições públicas que ofertam o Ensino Fundamental, 2007 – 2021	88
Tabela 16. Taxa de Analfabetismo segundo faixa etária – 2010	89
Tabela 17. Instituições de Ensino que ofertam a Educação Infantil, 2015	90
Tabela 18. Valores gasto PNAE - 2015	94
Tabela 19. Situação da implantação das equipes de saúde da família e agentes comunitário de saúde	101
Tabela 20. Situação da implantação de núcleo de apoio a saúde da família (NASF)	102
Tabela 21. Situação atual da implantação das equipes de saúde bucal	103
Tabela 22. Laboratório Regionais de Próteses Dentaria	104
Tabela 23. Resultado de adesão ao terceiro ciclo	105
Tabela 24. Situação do Programa Saúde na escola	106
Tabela 25. Relatório do Estado Nutricional dos indivíduos – Altura X Idade	107
Tabela 26. Relatório do Estado Nutricional dos indivíduos - Peso X Idade	108
Tabela 27. Percentual das principais causas de mortes por faixa etária e por residência	109

Tabela 28. Patologias por internações no ano de 2016	112
Tabela 29. Número de nascidos vivos	113
Tabela 30. Cobertura vacinal: tipos de vacinas, relacionando tipos de pessoas	113
Tabela 31. Atendimento geral	115
Tabela 32. Relatório de vigilância sanitária de 01/01/2016 à 31/12/2016	122
Tabela 33. Adesão em 2016 com início do programa em 2017	123
Tabela 34. População em situação de extrema pobreza por faixa etária - 2010	126
Tabela 35. Abastecimento de água segundo as categorias - 2016	140
Tabela 36. Atendimento de esgoto segundo as categorias - 2016	141
Tabela 37. Associados segunda faixa etária, sexo e portados de necessidades especiais -2015	143
Tabela 38. Consumo e número de consumidores de energia elétrica - 2015	146
Tabela 39. Acerola realidade da agricultura municipal	154
Tabela 40. Números de agricultores da agricultura familiar (Emater safra 2015/2016)	154
Tabela 41. Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas - 2006	154
Tabela 42. Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor - 2006	155
Tabela 43. Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola por tipo de cultura temporária – 2015	155
Tabela 44. Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola por tipo de cultura permanente – 2015	156
Tabela 45. Efetivo de Pecuária e Aves – 2015	156
Tabela 46. Produção de Origem Animal – 2015	157
Tabela 47. Lavoura Comercial	157
Tabela 48. Fruticultura Comercial	158
Tabela 49. Olericultura Comercial	158
Tabela 50. Atividade Florestal	159
Tabela 51. Criação Comercial	159
Tabela 52. Produção de Leite – Produção Comercial	160
Tabela 53. Suinocultura Comercial – Dimensionamento de Atividade	160
Tabela 54. Suinocultura Comercial – Vinculação ao Mercado	160
Tabela 55. Atividade Comercial	160
Tabela 56. Infraestrutura de Abate e Transformação	160
Tabela 57. Piscicultura Comercial	161
Tabela 58. Agroindústria – Pessoa Jurídicas	161
Tabela 59. Plantio direto – Tração Mecânica	161
Tabela 60. Produção de Pesca Comercial	161

Tabela 61. Atividade Agrícola Comercial	161
Tabela 62. Cultivo em Ambiente Protegido	161
Tabela 63. Irrigação para Cultivo Agrícola	162
Tabela 64. Cronograma de monitoramento e avaliação	220
LISTA DE GRÁFICOS	
Gráfico 1. População do Município, 1970/2010	57
Gráfico 2. População Censitária segundo tipo de domicílio e sexo, 2010	58
Gráfico 3. Histórico Demográfico	59
Gráfico 4. Pirâmide Etária - 2010	59
Gráfico 5. Taxa de Envelhecimento 2010	60
Gráfico 6. Grau de Urbanização - 2010	60
Gráfico 7. População segundo a cor/raça – 2010	61
Gráfico 8. Perfil População/nível de instrução - 2010	61
Gráfico 9. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	63
Gráfico 10. Índice Ipadres de Desempenho Municipal (IPDM) - 2013	65
Gráfico 11. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) - 2013	65
Gráfico 12. Índice de Gini - 2010	66
Gráfico 13. Despesas municipais - 2015	66
Gráfico 14. População Economicamente Ativa – 2010	67
Gráfico 15. Renda Média Domiciliar per capita - 2010	67
Gráfico 16. Produto Interno Bruto Per Capita - 2014	69
Gráfico 17. Densidade Demográfica (Hab/km²)	69
Gráfico 18. Admissões e desligamento no município	71
Gráfico 19. Percentual dos Trabalhadores Formais com idade entre 15 a 24 anos segundo as horas semanais trabalhadas - 2015	76
Gráfico 20. Percentual do rendimento feminino em relação ao masculino segundo ocupação formal e escolarização - 2005/2015	77
Gráfico 21. IDEB da rede pública – anos iniciais, 2007-2021	87
Gráfico 22. IDEB da rede pública – anos finais, 2007-2021	88
Gráfico 23. IDEB – Rede Pública – anos iniciais	89
Gráfico 24. IDEB – Rede Pública – anos finais	89
Gráfico 25. Proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas – 1999-2014	107
Gráfico 26. Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos a cada mil nascidos vivos – 1995-2014	109
Gráfico 27. Taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos – 1996-2014	110
Gráfico 28. Percentual de crianças nascidas vivas por número de consulta pré-natais – 2001/2014	111

Gráfico 29. Proporção de crianças nascidos vivos por tipo de parto – 2001-2014	111
Gráfico 30. Esperança de Vida ao Nascer	112
Gráfico 31. Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnostico, segundo genro - 1990-2015	114
Gráfico 32. Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – 2000/2010	125
Gráfico 33. Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população 1991/2000/2010	126
Gráfico 34. Abastecimento de Água – 2015	140
Gráfico 35. Percentual de moradores urbanos com acesso a agua ligada à rede esgoto sanitário adequado – 1991/2000/2010	140
Gráfico 36. Unidades atendidas - 2015	141
Gráfico 37. Taxa de cobertura de coleta de resíduos - 2014	142
Gráfico 38. Percentual de moradores urbanos com serviço de coleta de resíduos - 1991/2000/2010	144
Gráfico 39. Forma de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos - 2014	144
Gráfico 40. Disponibilidade – Hídrica Utilizada – 2009	145
Gráfico 41. Energia gerada na bacia hidrográfica - 2012	146
Gráfico 42. Uso de Agrotóxico - 2011	147
Gráfico 43 Demanda bioquímica por oxigênio - DBO - 2009	147
Gráfico 44. Efluentes gerados - 2009	148
Gráfico 45. Cobertura Vegetal e Unidades de Conservação - 2012	148
Gráfico 46. Vulnerabilidade Socioambiental - 2011	149
Gráfico 47. Participação no total de florestas plantadas no Estado	149

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABRANDH	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
APP	Área de Preservação Permanente
BPC	Benefício de Prestação Continuada
DHAA	Direito humano à Alimentação Adequada
CAD/PRO	Cadastro de Produtor
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN	Câmara Intersectorial Municipal de SAN
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CESAN/P	Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CME	Conselho Municipal de Educação
CAOP	Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção à Saúde Pública.
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CORESAN	Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DATASUS	Departamento de informática do Sistema Único de Saúde
DERAL	Departamento de Economia Rural
DSA	Dengue com Sinais de Alarme
ENEN	Exame Nacional do Ensino Médio
EPAN	Equipamentos e Programas Públicos de Abastecimento, Alimentação e Nutrição
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice De Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INAN	Instituto Nacional de Alimentação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice IparDES de Desempenho Municipal
IFDM	Índice Firjan de desenvolvimento municipal
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
LP	Licença Prévia

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome
ME	Ministério da Educação
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição Alimentar
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PESAN	Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
PIB	Produto Interno Bruto
PLAMSAN	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PME	Plano Municipal de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa
PNAS	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAT	Programa Nacional do Transporte Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático; PAR-Plano de Ações Articulada
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSE	Programa Saúde na Escola
PSE	Proteção Social Especial
RL	Reserva Legal
SAGI	Secretaria Avaliação da Gestão da Informação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviços de Alimentação da Previdência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAB	Secretaria de Estado Agricultura e Abastecimento
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEED	Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná
SETP	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SENAR	Sistema Nacional de Aprendizagem Rural
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SETS	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária
SIAB	Sistema de Informação da Atenção Básica
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SIOPS	Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SNHIS	Sistema nacional de habitação de interesse social
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde

APRESENTAÇÃO

O I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN do Município de Cruzeiro do Oeste, visa a efetivação da garantia de políticas públicas que garantam os direitos sociais da população no que tange a alimentação adequada e saudável.

Primeiramente o município aderiu ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, com objetivo de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional como regulamenta a Lei 11.346 de 2006, que consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeite a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A Elaboração do PLAMSAN é o compromisso firmado pela CAISAM e CONSEA do Município de Cruzeiro do Oeste, o qual avança em mais uma etapa para a consolidação do SISAN, que busca implementar a Política de SAN, materializando a descentralização de políticas públicas objetivos metas, ações e propostas, adaptando-se a realidade local na garantia de estabelecer a toda população, principalmente aquelas em situação de insegurança alimentar e em condições de vulnerabilidade alimentar e social o Direito e a soberania alimentar.

Diante disso, esperamos a consolidação e o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA e também a diminuição do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional no município, direito social básico agora reconhecido pelo Constituição Federal.

IDENTIFICAÇÃO

Município: Cruzeiro do Oeste – Paraná

Porte Populacional: Pequeno Porte I

População estimada: 21.197 habitantes (IBGE: 30/08/2016)

Localização: Região Noroeste

Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste -PR

Nome do Prefeito: Hedilberto Villa Nova Sobrinho

Mandato do Prefeito: Início: 01/01/2017 - Término: 31/12/2020

Endereço da Prefeitura: Rua João Ormino de Rezende, 686

CEP: 87400-000

Telefone: 443676-8150

E-mail: prefeitura@cruzeirodooeste.pr.gov.br

betoprefeito@cruzeirodooeste.pr.gov.br

Site: www.cruzeirodooeste.pr.gov.br

Órgão Gestor da Agricultura

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Agricultura

Número da lei de criação do órgão: Lei complementar nº003/2010

Responsável: Alberto Larangeiro Paisana

Ato de nomeação do Gestor: Decreto nº004/2017

Data de nomeação: 02/01/2017

Endereço órgão gestor: Rua Leopoldo José de Souza, 1030

CEP: 87400-000

Telefone: 443676-4906

E-mail: betopaisana@cruzeirodooeste.pr.gov.br

Órgão Gestor da Educação

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Educação

Ato de nomeação do Gestor: Decreto nº 004/2017

Data de nomeação: 02/01/2017

Responsável: Marly de Leite Lara Pinto

Endereço órgão gestor: Rua Paraná, 693 Piso Superior **CEP:**87400-000

Telefone: 3676-1636

E-mail: secretariacruzeiro@yahoo.com.br

Órgão Gestor da Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Responsável: Terezinha Valkiria Mamus

Ato de nomeação do Gestor: Decreto nº 004/2017

Data de nomeação: 02/01/2017

Endereço do Órgão Gestor: Avenida Guaíra, 2140 **CEP:** 87400.000

Telefone: (44) 3676-3422 **E mail:** terezinha@cruzeirodoeste.pr.gov.br

Órgão Gestor da Saúde

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Saúde

Responsável: Leandro Silvestre de Oliveira

Ato de nomeação do Gestor: Decreto nº 004/2017

Data de nomeação: 02/01/2017

Endereço do Órgão Gestor: Avenida São Paulo, 20 **CEP:** 87400.000

Telefone: (44) 36761528 **E mail:** leandro@cruzeirodoeste.pr.gov.br

Colaboradores:

- Thiago Silva Souza - Tecnólogo em Meio Ambiente
- Nuria Cristina Zamora - Auxiliar Administrativo
- Cristiane Stori Ziroldo - Nutricionista
- Juliana Cintia Nunes - Coordenadora Pedagógica
- Selma B. de Souza Almeida - Psicóloga
- Izamara Amado de Moura - Assistente Social
- Sérgio Reinaldo dos Santos - Presidente do CONSEA
- Maria da Penha dos Reis - Representante de Associação de Bairros - CONSEA
- Carlos Alberto Diorio - Técnico da Emater
- Marina Pereira da Silva Bocchio - Enfermeira
- Eliane Delgado de Oliveira- Nutricionista

Elaboração:

R

REGHINI ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.
Rua Sapucaí, 151. Cianorte, PR. CEP: 87209-098
Telefone: (44) 99848-7850 - E-mail: contato@reghiniconsultoria.com
CNPJ: 17.327.918/0001-42 - www.reghiniconsultoria.com

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2017-2020 – PLAMSAN do município de Cruzeiro do Oeste, foi elaborado com o objetivo de consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN no município, promovendo a intersetorialidade, bem como comprometendo a garantia de proteger, promover o direito humano à alimentação adequada para a população prevendo neste planejamento diferentes ações das três instâncias de governos.

O PLAMSAN é um importante instrumento para materializar o SISAN e para que o mesmo seja expressivo em garantir a população alimentação adequada e saudável é necessário que ele contenha:

- Diagnóstico da situação SAN no município e contextualização;
- Mapeamento das ações SAN nos três níveis de gestão;
- Definição de metas, objetivos, diretrizes, desafios, orçamento para execução das ações, bem como explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades integrantes do SISAN;
- Processo de monitoramento e avaliação das ações e programas das políticas pública setoriais;
- Ser quadrienal, com ações previstas no Plano Plurianual; e
- Contemplar as propostas da Conferência Municipal em SAN.

A Comissão Técnica da CAISAN para a elaboração do PLAMSAN buscou pautar sua metodologia de trabalho de acordo com a política nacional de SAN e também pelo plano nacional de SAN que dividiu em desafios, metas e ações relacionadas, sendo:

Desafios: refere-se a uma dimensão mais estratégias do Plano, expressando de forma direta quais os desafios que precisam ser enfrentados no campo de SAN.

Metas: refere-se a um resultado final a ser alcançado nos próximos quatro anos, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa.

Ações relacionadas: refere-se aos meios necessários para alcance das metas.

O plano estabelece ações divididas em cinco capítulos, sendo:

- 1- Marco legal;
- 2- Marco Situacional;
- 3- Desafios do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/2017-2020;
- 4- Plano de ação do PLAMSAN; e
- 5- Acompanhamento e avaliação.

No primeiro capítulo, ocorre o marco legal abordando como foi construído a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, bem como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN nas três esferas de governo. Será retratado a construção do processo de implantação de SAN a nível regional e a ainda será apresentado o processo de construção a nível municipal, colocando as situações sobre a realidade local.

No segundo capítulo, analisa os contextos que formam um conjunto de referência que garante a alimentação adequada e saudável como política de direito humano efetivados por meio da implantação e implementação de ações articuladas entre poder público e sociedade civil. A coleta de dados será por meio da análise de dados que cada secretaria ou entidade possuem, além dos dados constantes nos planos municipais existentes, dados do IBGE, IPARDES e outros.

No terceiro capítulo, apresenta questões que possam responder, ao enfrentamento e superação dos grandes desafios que ameaçam a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar.

1. Dados insuficientes com relação as ações de SAN no município, que permitam o acompanhamento, monitoramento e avaliação das condições de SAN;

2. Consolidação da intersetorialidade e pré-disposição para o pertencimento dos gestores das políticas públicas – educação, saúde, assistência social e agricultura e meio ambiental e outras políticas públicas.
3. Reversão das tendências de aumento das taxas de excesso de peso e obesidade e conscientização para uma alimentação saudável;
4. Enfrentamento da falta de renda familiar e o baixo incentivo aos produtores da agricultura familiar;
5. Estruturas físicas e humana insuficientes para a gestão, articulação e execução da política SAN; e
6. Recursos insuficientes para implementar a Política de SAN no município.

Para que Cruzeiro do Oeste atinja seus objetivos de acordo com o que fora aprovada pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, serão considerados as diretrizes e os desafios elencados pelo Plano Nacional de SAN.

Diretrizes:

- I - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- II - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;
- III - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
- IV - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;
- V - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

I – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

VII - Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006;

VIII- Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Desafios:

1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional – Corresponde à Diretriz 1 da PNSAN;

2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural - Corresponde às Diretrizes 1, 2, 4, 5 E 6 da PNSAN;

3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

5 - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias – Corresponde às Diretrizes 3 e 5 da PNSAN;

6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação – Corresponde à Diretriz 5 da PNSAN;

7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural – Corresponde à Diretriz 6 da PNSAN

8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social – Corresponde às Diretrizes 3, 8 da PNSAN e Diretriz SISAN;

9 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional – Corresponde à Diretriz 7 da PNSAN.

No quarto capítulo serão colocadas as ações do PLAMSAN. Para melhor entendimento das ações propostas no plano de ação, as mesmas compreenderão: desafios, objetivos, submetas, metas, ações relacionadas, indicadores de resultado e prazo, responsáveis, órgãos parceiros, PPA e diretrizes.

No último capítulo discorreremos sobre o processo de monitoramento e avaliação, indicando as responsabilidades de cada um nesta rede intersetorial, buscando integrar e articular os esforços entre as áreas de governo e da sociedade civil, para garantia do direito à alimentação adequada e a soberania alimentar.

A CAISAN ao entregar este I PLAMSAN aos órgãos competentes e a sociedade em geral, cumpre com mais uma de suas atribuições, contribuindo com a política SAN, cumprindo o que determina a legislação vigente que é a garantia do direito humano a alimentação adequada em âmbito municipal.



1. MARCO LEGAL

A fome e a insegurança alimentar são problemas antigos na realidade brasileira, associadas principalmente à pobreza, à falta de educação alimentar e de políticas públicas efetivas para a resolução do problema. O conceito de segurança alimentar vem sendo construído a partir de um conjunto de debates, estudos e ações ao longo dos anos.

Uma grande personalidade que lutou e defendeu a fome, tendo como base um dos problemas sociais mais agravante do Brasil, foi Josué de Castro, (Josué Apolônio de Castro - influente médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome) que no ano de 1932, realizou um inquérito sobre as condições de vida das classes operárias no Recife, no qual associa a fome à produtividade do trabalhador e aborda a dimensão social da fome e das doenças. Esta publicação foi uma das bases para a formulação do salário mínimo (lei nº 185 de janeiro de 1936 e decreto lei nº 399 de abril de 1938) que passou a vigorar apenas em maio de 1940 (decreto lei nº 2162 de 1º de maio de 1940). Participou ativamente do movimento em prol do estabelecimento do salário mínimo na Fundação dos Arquivos Brasileiros de Nutrição (1940).

Em 1940, José de Castro escreve o livro Geografia da Fome, obra na qual efetuou mapeamento do Brasil a partir das características alimentares, documentando a existência de situações de fome no país, afirmando que tais situações não são consequências de fenômenos naturais, mas predominantemente por fatores econômicos e sociais. Essa publicação foi traduzida para 25 idiomas, sendo disseminada por todo o Brasil.

Os avanços obtidos no acesso à alimentação no Brasil nos últimos anos é resultado de um conjunto de ações voltadas para o enfrentamento da fome e da pobreza, como o aumento real do salário mínimo, o crescimento do emprego formal, a progressiva expansão do Programa Bolsa Família, o fortalecimento do

Programa Nacional de Alimentação Escolar, o apoio à agricultura familiar, entre outros.

1.1 A constituição da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

A garantia do Direito Humano à alimentação adequada está expressa em vários trabalhos internacionais, ratificados e reconhecidos pelo governo brasileiro, entre eles: o Pacto internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

Lei nº 11.346 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, tem como principal propósito a promoção em todo território nacional, do direito humano à alimentação adequada (DHAA). Esse direito é realizado quando cada homem, mulher ou criança vivendo sozinhos ou em grupo tenham acesso a alimentos adequados e saudáveis ou aos meios necessários para obtê-los de forma permanente, sustentável e emancipatória.

A LOSAN além de estabelecer as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do SISAN, representa a consagração de uma concepção abrangente e intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional e, ainda, afirma o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar, como princípios que a orientam e como fins a serem alcançados através de políticas públicas. Dessa forma, essa lei estabeleceu um programa político que deve ser realizado para todos, ou seja, cabe ao Estado, em sua concepção mais abrangente, se organizar para garantir aos que habitam no Brasil o acesso à alimentação adequada e aos meios necessários para obtê-la.

A compreensão de Segurança Alimentar e Nutricional como um direito humano é importante, porque abre a possibilidade de qualquer brasileiro, lesado ou ameaçado de lesão a esse direito, cobrar do Estado medidas que corrijam a situação. Vincular o DHAA ao princípio da soberania alimentar significa reconhecer o direito do nosso povo escolher livremente quais alimentos produzir e consumir.

Documentos que embasam a SAN

Decretos nº 6.272/2007 e nº 6.273/2007

Os debates da III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em julho/2007, em Fortaleza - CE, foram centrados em três eixos temáticos: i) Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento econômico e social; ii) Política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e, iii) Sistema nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Permearam os debates questões relacionadas à equidade, diversidade, sustentabilidade, participação e controle social, descentralização e intersetorialidade.

Alguns meses após a III CNSAN, resultado do amplo debate ocorrido na preparação e na realização da conferência, foram assinados os Decretos nº 6.272 e nº 6.273, ambos de 23 de novembro de 2007. O primeiro decreto regulamenta o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) definindo suas competências, composição e funcionamento. E, o segundo cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Portanto, com essas normas, foram regulamentados os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional previstos na LOSAN.

Emenda Constitucional (EC 064, 04/02/2010)

A inclusão do Direito Humano à Alimentação na Constituição, norma de maior hierarquia do ordenamento jurídico brasileiro, reforça o compromisso em cumprir com a obrigação de garantir a todos o acesso à alimentação adequada e aos meios para sua obtenção.

É importante, ainda, mencionar que as normas constitucionais que traçam programas para o governo têm maior força ou poder de vincular os órgãos públicos quando há uma lei infraconstitucional que disponha sobre essas metas impostas pela Constituição.

Nós temos a LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar - que já define o Direito Humano à Alimentação Adequada de forma ampla, fazendo a conexão

desse direito com a necessidade de garantia do acesso à terra, território, água, biodiversidade, soberania alimentar, entre outros. Além de definir o direito à alimentação, a LOSAN estabelece que o SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - é um instrumento importante para garantir esse direito. Dessa forma, fortalece-se a perspectiva de dar concretude ao sistema, para que os órgãos públicos adotem medidas para seu funcionamento. Assim, há um processo de reforço legal que é de mão dupla: a LOSAN reforça a efetividade da Constituição Federal e a Constituição Federal traz uma referência importante para a LOSAN.

Decreto nº 7.272/2010

As diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) foram definidas na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III CNSAN), o que permitiu um avanço para o passo seguinte que foi a publicação do Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010. Os termos do decreto foram elaborados em discussão com o CONSEA Nacional e aprovados na Plenária Nacional daquele Conselho.

O Decreto nº 7.272 institui oficialmente a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e também regulamenta outros aspectos da LOSAN, particularmente os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Para a continuidade da estruturação do SISAN os governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios têm que atender os pré-requisitos mínimos estabelecidos neste decreto 7.272 para aderirem ao Sistema. Além disso, existem outras exigências trazidas pelo Decreto e que devem ser atendidas para permanência de estados, DF e municípios no SISAN.

1.2 - O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela LOSAN, tem como principal propósito a promoção, em todo o Território Nacional, do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Esse direito é realizado quando cada homem, mulher, idoso ou criança, vivendo sozinhos ou

em grupo, tenham acesso a alimentos adequados e saudáveis ou aos meios necessários para obtê-los, de forma permanente, sustentável e emancipatória.

A realização desse direito exige a adoção de ações que permitam o acesso a todos os bens e serviços necessários para que todos tenham, imediatamente, o direito de estar livre da fome e da má nutrição e, progressivamente, o direito à alimentação adequada.

A garantia desse direito, portanto, abrange desde ações de distribuição de alimentos até ações de redistribuição de renda e recursos produtivos, como, por exemplo, acesso à terra rural e urbana, acesso a territórios, acesso à moradia, acesso a informações, acesso aos canais de participação política e controle social, entre outros. Trata-se de um conjunto de ações multissetoriais que envolvem atribuições de diversos órgãos e agentes públicos.

Para alcançar o seu propósito maior, é preciso que o SISAN seja integrado por todos os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios afetos à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e que estimule a integração dos diversos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promova o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da SAN e da realização progressiva do DHAA no território brasileiro.

Assim, o SISAN possui componentes federais, estaduais, distritais e municipais. A Lei nº. 11.346, de 15 de setembro de 2006, nos termos do seu Art. 11, define como integrantes do SISAN:

1. A Conferência Nacional de Segurança Alimentar – responsável pela indicação ao CONSEA das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de SAN. É precedida de Conferências Estaduais, Distrital e Municipais, e, em alguns casos, regionais e Territoriais, onde são escolhidos os delegados para o encontro nacional. A Lei prevê, ainda, que a Conferência Nacional avalie o SISAN.
2. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA – é a instância de articulação entre o governo e a sociedade civil nas questões relacionadas a SAN. Tem caráter consultivo e assessora o Presidente da

República na formulação de políticas e nas orientações para que o País garanta o Direito Humano à Alimentação Adequada.

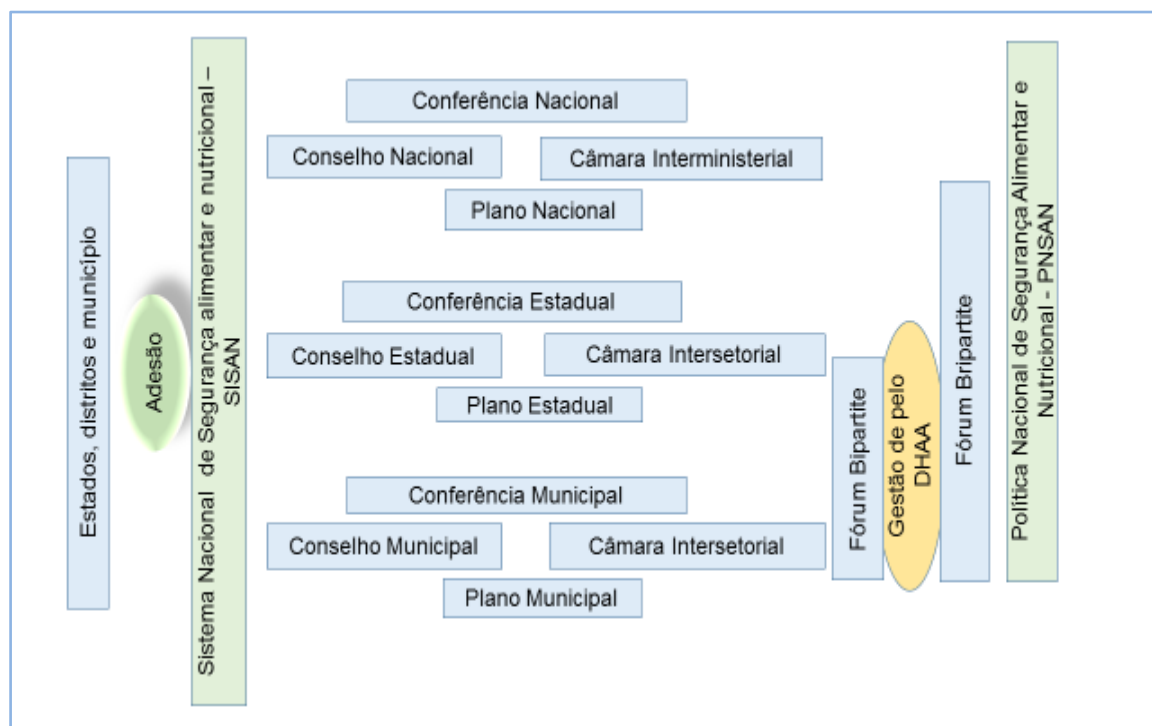
A participação social, tanto na formulação quanto no controle social das diversas iniciativas, é uma característica importante do processo de construção das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e tem se dado por meio das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e conselhos estaduais e municipais.

As diretrizes e principais estratégias que orientam as políticas de SAN vêm sendo debatidas com a sociedade civil por meio destes espaços de participação. O CONSEA e os conselhos estaduais e municipais de SAN também estão buscando estratégias para o fortalecimento dos mecanismos para a população exigir a realização do seu direito à alimentação adequada e saudável.

3. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN – integrada por Ministros de Estado. Sua missão é articular e integrar ações e programas de governo a partir das proposições emanadas do CONSEA, de acordo com as diretrizes que surgem das conferências de SAN.
4. Órgãos e entidades de SAN da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
5. Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

Esta estrutura no âmbito federal deve ser replicada nos Estados, Distrito Federal e Municípios, para que se possa articular nacionalmente o sistema, permitindo a instituição das instâncias de pactuação Fóruns Bipartite (Estados com seus municípios), e o Fórum Tripartite (União, Estados/Distrito Federal e Municípios), na perspectiva de formulação, execução, monitoramento e avaliação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através da articulação dos Planos Nacional, Estaduais/Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Figura 1. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN



Como já referido anteriormente, o SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituído em 2006 com a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei N.º 11.346/2006), definiu dois conceitos básicos fundamentais: (1) o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e (2) a soberania alimentar. Mas, foi um pouco antes, em 1993, que realmente iniciou a estruturação desse Sistema, com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, que é um órgão de assessoramento da Presidência da República, com um desenho diferenciado: para cada membro representante do Estado, dois são da sociedade civil. Para melhor compreensão desse contexto, se faz necessário um breve resgate de alguns dos principais acontecimentos desse processo de construção na esfera nacional:

ANOS	PARADIGMAS	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS
1935 - 1950	Visão de Josué de Castro: fome como questão social e resultado da política que exclui a maioria da população, convivendo com o governo populista de Getúlio Vargas.	- Instituição do salário mínimo, baseado no poder de compra de uma “ração mínima” para o trabalhador - Criado os SAPS (Serviços de Alimentação da Previdência Social) e introduzida a

		alimentação nas escolas
1950 - 1970	Estado Assistencialista e Desenvolvimentista, sem redistribuição da riqueza nacional	- Política social compensatória, destinada a alguns poucos segmentos da população.
1970 - 1980	Estado Autoritário (Ditadura Militar) e visão biologistica do problema da fome (entendia como distúrbio da saúde humana)	- A política econômica esperava o “bolo crescer para, depois, reparti-lo”, - Criação do Instituto Nacional de Alimentação (INAN), vinculado ao Ministério da Saúde; - Primeiros desenhos de políticas públicas mais abrangentes quanto se tentam unir o social e a política agrícola de abastecimento (PRONAN I, II e III)
1985	Estado Assistencialista com ampliação de programas de distribuição de alimentos aos “pobres”	- Início da redemocratização do país, depois de 20 anos de governo militar; - Programa do Leite (governo Sarney)
1986	Reconquista do Estado de Direito e a reconstrução da Democracia passa a ser o objetivo da sociedade brasileira; intensifica-se a mobilização nacional para a elaboração da nova Constituinte Federal.	- 8ª Conferência Nacional de Saúde: luta pelo direito à saúde e reconhecimento da alimentação como direito intrinsecamente ligado à vida e à saúde; - I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição como desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que reconhece o direito à alimentação e a necessidade de se criar um Conselho Nacional.
1988	- Aprovação da nova Constituição Federal do Brasil com direitos sociais reconhecidos (chamada de Constituição Cidadã)	- Início da construção do SUAS e redesenho de alguns programas de alimentação e nutrição.
1993	- Segurança Alimentar como mecanismo para o enfrentamento da fome e da miséria e com eixo do desenvolvimento econômico e social	- Movimento Nacional pela Ética na Política que resultou no impeachment do Collor; - Início da Ação da Cidadania conta a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada pelo Betinho; - Criação do primeiro CONSEA no Governo Itamar Franco
1994 - 2002	- Visão do Estado neoliberal,	- Extinção do CONSEA e

	prevendo-se que a estabilização da moeda, o mercado e as regulações públicas seriam suficientes para a redução da fome, da pobreza e da desigualdade social.	criação do Conselho Comunidade Solidaria, que previa a construção de redes de parcerias entre governo e sociedade civil; - Criação (1998) do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) - Criação (2002) da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), com a missão de contribuir com a internalização do DHAA no Brasil.
2003	- Combate à fome como ação prioritária do Governo Lula (Fome Zero)	- Recriação do CONSEA Nacional; - Formulação de um conjunto de políticas públicas articuladas para promover o acesso à alimentação; - Acesso à água: adoção pelo Governo Lula do “programa um milhão de cisternas”, criado por organizações sociais que compõem a articulação do Semiárido (ASA)
2004	- Reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada como paradigma para o enfrentamento da fome e da pobreza.	- Realização da II Conferência Nacional de SAN em Olinda (RE); - Inicia-se o processo de redesenho das políticas públicas voltadas ao combate à fome; É lançado o Programa Bolsa Família
2005	- Reforça-se o debate interligando os conceitos do DHAA, SAN e Soberania Alimentar	- Criação do Programa de Aquisição de Alimentos com compra direta da Agricultura Familiar
2006	- Direito humano à Alimentação Adequada como objetivo primeiro da LOSAN.	- Aprovação da LOSAN: Lei Orgânica de SAN nº 11346 aprovada em setembro de 2006, instituindo o Sistema e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
2007	- A realização do DHAA deve ser alcançada por meio de uma Política e um Plano Nacional de SAN.	- Realização da III Conferência Nacional de SAN em Fortaleza (CE); - Criada a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

2008	- Intensifica-se a discussão sobre a importância da intersectorialidade nas diferentes dimensões da SAN. - Alcança-se novo patamar de criação de competências em DHAA e amplia-se a discussão sobre a exigibilidade do DHAA.	- O Brasil cumpre antecipadamente a 1ª Meta do milênio, que prevê para 2015 reduzir à metade a fome e a pobreza.
2009	- A realização do DHAA requer novos arranjos e a gestão intersectorial das políticas de SAN.	- Aprovação de lei sobre o PNAE (alimentação Escolar), destinando 30% dos recursos federais do programa para aquisições locais da Agricultura Familiar
2010	- Reforço dos instrumentos legais que promovem, protegem, respeitam e proveem o DHAA.	- Aprovação da emenda constitucional que inclui a “alimentação” entre os direitos fundamentais (art. 6º); - Aprovação do Decreto Presidencial que institui a Política Nacional de SAN e determina a elaboração do Plano Nacional de SAN.
2011 - 2016	- Progredir na realização do DHAA por meio de políticas Públicas adequadas e disponibilizar instrumentos de exigibilidade.	- Realização da IV Conferência Nacional de SAN em Salvador (BA). - V Conferência Nacional de SAN em Brasília (DF). Elaboração da Carta Política - Adesão dos municípios aos SISAN - Municípios iniciam processo de elaboração do Plano Municipal SAN

1.3 A constituição do SISAN e sua consolidação no Estado do Paraná

Destacamos a criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PR, em 2003 que foi vinculado a então Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP.

O CONSEA/PR tem caráter consultivo e a finalidade de assessorar o Governo do Estado na concepção e condução da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Constitui-se em um colegiado com 2/3 de seus membros

representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes do Governo, a exemplo da formação nacional.

Ainda em 2003, foi criada a Coordenadoria de Enfrentamento à Pobreza e Combate à Fome, na Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, responsável pela gestão dos programas federais de segurança alimentar e nutricional e pela cogestão de programas estaduais, como o Programa Leite das Crianças, de combate à desnutrição infantil e fomento à bacia leiteira do Estado. Foram organizadas 14 conferências regionais e a I Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (I CESAN), esta realizada em fevereiro de 2004.

Na II Conferência Estadual de SAN/PR, que ocorreu em dezembro de 2006, foram definidas as diretrizes para a política estadual de SAN e eleitos conselheiros representantes de todas as regiões do Estado para participar da gestão do Conselho Estadual, com objetivo de maior proximidade com os municípios.

Em 2007 foi formada a Frente Parlamentar de SAN que, em conjunto com o CONSEA/PR, encaminhou proposta de Lei Estadual, que instituiu a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – PESAN (Lei nº 15.791, de 04/04/2008).

Em 2010, foi criado o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN (Lei nº 16.565 de 31/08/2010) estabelecendo as diretrizes, objetivos e sua composição. Em dezembro do mesmo ano, foi sancionado o Decreto nº 8.745, que criou a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN/PR.

Em 2011, precedendo a III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – III CESAN/PR foram realizadas conferências municipais e regionais. Nas 20 conferências regionais, foram eleitos os membros das Comissões Regionais de SAN – órgão colegiado vinculado ao Conselho Estadual, objetivando a descentralização das ações e a consolidação da política.

Consolidação da Política:

No processo de implantação, o Governo do Estado assinou a adesão ao SISAN, comprometendo-se a elaborar o 1º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná no prazo de um ano, de forma pactuada entre os diversos setores relacionados com a SAN e com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONSEA/PR e nas demandas da III CESAN/PR.

Em 2012, por meio do Decreto nº 4.459, de 26 de abril, a coordenação geral da CAISAN/PR foi transferida para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETS, a qual firmou convênio com o antigo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome – MDS para a implementação do SISAN nos 399 municípios do Estado.

A SETS realizou, também, capacitação dos técnicos de suas 18 regionais, como forma de aprimorar o conhecimento acerca do tema de SAN e divulgar o Sistema e seus componentes visando a consolidação da Política e a implantação do SISAN, em todo o Estado do Paraná.

Com a elaboração do Plano Estadual de SAN, conclui-se a etapa de implantação do SISAN, que passa a contar com todos seus componentes legalmente previstos. Ainda se vislumbra, no Paraná, com a instituição do sistema na esfera municipal, uma possibilidade em todos os aspectos, especialmente na intersetorialidade das ações, que é um de seus principais pilares. A intenção desse sistema é integrar e articular os esforços entre as várias áreas do governo e da sociedade civil, para formular, implementar e monitorar essa política de forma intersetorial.

O desafio que a SAN atribui ao Estado do Paraná, tanto do ponto de vista da formulação de sua política quanto de sua implementação, é responsabilidade coletiva e deve ser buscada de forma intersetorial e participativa, para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da soberania alimentar.

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, através do convênio nº 140/210, o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional da

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária construiu coletivamente, com apoio do grupo de acompanhamento instituído pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, uma metodologia de capacitação no apoio aos municípios para a integração e adesão ao SISAN e a descentralização da PNSAN de acordo com os preceitos dos marcos legais nacionais e estaduais que regulamentam as políticas nacional e estadual de SAN.

Destaca-se que o processo de construção da SAN no Paraná vem avançando com base em uma importante parceria entre governo e sociedade civil. O processo desencadeado pelas oficinas propiciou agregar e congregar os integrantes governamentais e da sociedade civil envolvidos com a temática de SAN, viabilizando um momento de auto reconhecimento de ações de SAN nos municípios e de visibilidade da existência desse processo no Estado. Oportunizou-se ainda, a discussão e definição de papéis dos governos e dos atores sociais envolvidos na constituição dos componentes necessários para a adesão ao SISAN.

Diante das capacitações realizadas pela SETP a equipe técnica da DESAN e CONSEA avaliou espaços valiosos de conhecimento que contribuíram para a mobilização e articulação dos municípios em aderir a implantação do SISAN bem como a implantação da Política de SAN nos referidos municípios do Estado.

Oficina Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

A primeira etapa da construção de uma metodologia de trabalho de forma descentralizada e participativa para a implantação da Política de SAN no Estado do Paraná foi a realização da Oficina Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2012, com o objetivo de formar agentes multiplicadores para adesão ao SISAN nos 399 municípios do Estado.

O processo de construção da metodologia de trabalho a ser pactuada entre o Governo do Estado e a sociedade civil, teve início com a realização da meta 1 do referido Convênio, em maio de 2012, que promoveu uma oficina com a

participação dos membros do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná – CONSEA/PR.

Foi previsto inicialmente, um público de 120 participantes para esta Oficina de formação, indicados pelas Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional – CORESANs, dentro dos segmentos: instituições de ensino superior – IES, gestores municipais de segurança alimentar e nutricional, organizações da sociedade civil, membros do CONSEA/PR e técnicos da SETS. Diante do interesse de participação por outros segmentos e organizações, foram abertas vagas para observadores, totalizando 137 participantes nos 03 dias de Oficina, o que demonstra o interesse pela discussão da temática de SAN.

O quadro a seguir, resume os objetivos e as estratégias de trabalho desenvolvidas no decorrer da Oficina.

Objetivo	Objetivos	Estratégia
1	Capacitar os agentes mobilizadores/formadores para a criação e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN no âmbito municipal.	Para alcançar este objetivo teremos, no primeiro dia de Oficina, mementos de formação conceitual, no qual, serão apresentadas as dinâmicas do funcionamento do CONSEA e CAISAN Nacionais, CONSEA/PR e, além disso, a apresentação sobre orçamento público
2	Definir a estratégia de mobilização e de aplicação e adequação de metodologia para a realização das 18 oficinas regionais	Através de trabalho em grupo, elaborar e definir as prioridades de ação para a implantação do SISAN na esfera municipal. Sugerir que os participantes reproduzam as discussões, fomentando ações que possam auxiliar na construção do SISAN, contando para isso, no seu

		município e região, com apoio de espaços como associações de municípios, câmara de vereadores, outros conselhos de políticas públicas
3	Pactuar as atribuições dos agentes mobilizadores/formadores das regiões	Fomentar a busca na sua região e município de organizações que possam auxiliar neste processo de modo a fortalecer as Comissões Regionais de SAN (CORESANs), considerando, sobretudo as realidades nas quais estão inseridas.

1.4 A constituição da Política SAN na Regional/Umuarama

Em Umuarama ocorreu a primeira Oficina de Formação em Segurança Alimentar e Nutricional em 12 de junho de 2015, com duração de oito horas que tratou da formação e debate sobre as instâncias do SISAN nos municípios e pactuação de estratégias de construção do marco legal do sistema nos municípios e na segunda etapa de oficina foi com a finalidade de elaborar estratégias para implantação do SISAN.

No âmbito dos municípios, o novo fluxo de adesão coloca os estados como partícipes do processo. Significa dizer que, além da mobilização, os estados devem orientar, analisar e formalizar a adesão de seus municípios, enquanto que a CAISAN Nacional ficou com a responsabilidade de referendar a adesão.

A Região de Umuarama inicia sua experiência na área de Segurança Alimentar e Nutricional entre os anos de 2003/2004, com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, tendo como foco o Programa Fome Zero e paralelamente com a criação do Programa Leite das Crianças do Estado do Paraná.

Neste período, foi desenvolvido o processo de mobilização e articulação para formação dos primeiros conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e a criação dos Comitês Gestores do Programa do Leite. E após foram criados programas Bolsa Família, Programa Aquisição Alimentar e convênios para implantação de hortas comunitárias e cozinhas comunitárias, através de editais para projetos municipais.

A secretaria responsável pela gestão dos programas federais SAN e pela gestão de programas estaduais acima mencionados, foi a coordenadoria de enfrentamentos à pobreza e combate à fome na Secretaria do Emprego, Trabalho e Promoção Social, SETP. Foram realizados as primeiras Conferências tanto a I Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional em Umuarama como a I Conferência Estadual SAN em 2006 com o Apoio do Escritório Regional da SETP.

Em 2006 foram realizados a II Conferência Regional SAN e a II Conferência Estadual SAN, onde foi criada a Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional de Umuarama - CORESAN. Neste período reiniciou um outro ciclo de mobilização e articulação junto aos municípios. As primeiras discussões e realização do processo de monitoramento e avaliação dos programas SAN com perspectiva de implementar a Segurança Alimentar e Nutricional no combate a Insegurança Alimentar e Nutricional e a garantia ao direito humano a alimentação adequada.

Trabalho este desenvolvido pela CORESAN, com estrutura física e técnica do Escritório Regional da SETP. A CORESAN foi eleita na II Conferência Regional SAN composta por 9 membros, sendo (1/3) 3 representantes dos órgãos governamentais e 2/3 (6) representantes dos municípios da sociedade civil, tendo como coordenador membro da sociedade civil, representando a região de Umuarama que abrangia 23 municípios, também como membro do Conselho Estadual da Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como papel de agente multiplicador e articulador entre o Estado e Municípios. As reuniões da CORESAN com as respectivas representações aconteciam mensalmente, sempre documentada através de atas e relatórios. O trabalho e a assessoria do

ER/SETP e da CORESAN se tornou fortalecido a partir da instituição da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Lei nº 15.791, de 04/04/2008) e a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, SISAN - Lei Estadual de Lei nº 16.565 de 31/08/2010)

Em 2011, procedendo a III Conferência Regional SAN de Umuarama e a III Conferência Estadual SAN, foram eleitos os novos membros da CORESAN.

Neste período houve por meio da SETP capacitação aos técnicos, atingindo o ER da região de Umuarama, que motivou a CORESAN a dar continuidade no processo de capacitação, realizando palestras, reuniões, seminários, como forma de aprimorar o conhecimento acerca do tema de SAN e divulgar o Sistema e seus componentes.

Dando continuidade na vigência do convênio como o MDS, a SETP reinicia o processo de mobilização para capacitar os agentes mobilizadores/formadores para implementação do SISAN em âmbito municipal. Foram realizadas aos longos dos anos de 2012 e 2013 várias oficinas para formação dos agentes da região de Umuarama.

Os atores envolvidos nessas oficinas foram técnicos das ações de agricultura, meio ambiente, assistência social, trabalho, saúde, educação e representantes da sociedade civil. Esta capacitação através das oficinas resultou na inspiração para que a CORESAN de Umuarama, com apoio do ER da SETP, dessa continuidade às oficinas através de encontros microrregional nos anos de 2013 a 2014, atingindo os 23 municípios.

O objetivo das oficinas foi de definir estratégias de mobilização e articulação junto aos municípios sobre a importância do SISAN, o processo passo a passo, visando a organização para adesão do sistema. Dando continuidade como estratégias para a implantação do SISAN nos municípios foram realizadas reuniões de sensibilização junto aos prefeitos, secretários das políticas afetas a SAN e representantes da sociedade civil presentes nos CONSEAs municipais.

Foi estabelecido também, agenda com os municípios para orientação, assessoria junto a comissão técnica dos municípios quanto ao processo de solicitação para adesão do SISAN. Seus critérios e requisitos através das leis que preconizaram a implantação dos componentes do SISAN.

Podemos concluir que, a região de Umuarama através do trabalho de mobilização e articulação da CORESAN e assessoria do Escritório Regional da SEDS, obteve um resultado positivo e expressivo quanto a adesão do SISAN na referida região.

Uma outra fase de mobilização e articulação ocorreu entre 2014 a 2015 a transferência da Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a Secretaria de Estado Agricultura e Abastecimento - SEAB dando continuidade através do ER/SEAB em conjunto com a CORESAN as realizações das Conferências SAN a nível municipal, tendo 100% de adesão dos municípios e também a nível regional com presença dos 21 municípios e seus respectivos representantes.

Considerando o processo de adesão do SISAN na região de Umuarama, a CORESAN e o ER/SEAB, realizaram no mês de maio de 2016 as oficinas de orientação para elaboração do PLAMSAN, compromisso esse que os municípios realizaram com a adesão ao SISAN. O objetivo das oficinas foi uma forma de proporcionar troca de experiências junto aos municípios reforçando e repassando as orientações pelo MDS e a SEAB através do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional.

1.5 A constituição do SISAN no Município de Cruzeiro do Oeste

O processo de construção da segurança alimentar e nutricional do município de Cruzeiro do Oeste, foi resultado da retomada das políticas pública do novo cenário nacional, que retoma sob o tema da fome, da possibilidade concreta e da urgência ética de sua superação que o Brasil começou a desenhar os seus mais importantes programas de combate à pobreza como o Programa Bolsa Escola, Vale Gás, Vale Alimentação, Fome Zero, Programa Bolsa Família entre a partir dos anos de 2001 e 2005. E a implantação do Programa Compra Direta/Programa de Aquisição de Alimentos – PAA em 2005.

Figura 2. Programa Compra Direta/2005



Figura 3. Programa Bolsa Escola/Ano: 2001 - Programa Bolsa Família/Ano:2005



A 1ª reunião para formação Conselho de Segurança Alimentar, ocorreu em 2003, o projeto de Nutrição para terceira idade em 2007, Palestras de Segurança Alimentar no ano de 2013.

Figura 4. Palestra com nutricionista nos programas sociais



No ano de 2009, foi realizado o Projeto: Boas Práticas de Produção nas Cozinhas Comunitárias nos seguintes locais: Bairro Jardim Cruzeiro, Vila Brasil e Vila Rural

Figura 5. Boas Práticas de Produção nas Cozinhas Comunitárias



Notícias - Publicado em: 31/03/2009

Em Cruzeiro do Oeste (PR), Cozinhas Comunitárias são porta de entrada para capacitação profissional

Os cursos promovidos nessas unidades são voltados para beneficiárias do Programa Bolsa Família, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e merendeiras da rede pública de ensino



Além do fornecimento diário de refeições balanceadas, ricas em nutrientes, diversificadas, saborosas e, melhor ainda, a preços reduzidos, as Cozinhas Comunitárias dos bairros Vila Brasil e Jardim Cruzeiro, em Cruzeiro do Oeste (PR), oferecerão, nos próximos quatro meses, uma atividade que visa à capacitação profissional de 80 beneficiárias do Bolsa Família e também de

merendeiras da rede pública de ensino. Trata-se do curso “Boas Práticas de Produção nas Cozinhas Comunitárias”.

A iniciativa é fruto de parceria entre o governo municipal e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), também responsável pela coordenação do Programa Bolsa Família. As aulas serão ministradas pela Organização Educacional de Cruzeiro do Oeste.

As Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos criados dentro de uma estratégia de inclusão social produtiva e de fortalecimento da ação coletiva. Elas são implantadas, prioritariamente, em bairros populosos das periferias urbanas, ampliando e fortalecendo as potencialidades da comunidade a ser beneficiada. O projeto tem o apoio financeiro do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que investe na construção de instalações prediais e na aquisição de equipamentos, material de construção e utensílios novos. As Prefeituras municipais atuam como gestoras das unidades.

Oportunidade

O curso de qualificação profissional oferecido em Cruzeiro do Oeste terá duração de 360 horas/aula, sendo 70% de aulas práticas e 30% de teóricas. Serão formadas quatro turmas, de 20 alunos cada. O funcionamento será simultâneo, nas duas Cozinhas Comunitárias – bairros de Vila Brasil e Jardim Cruzeiro. O conteúdo programático é extenso e está dividido em vários tópicos. Dietética e Nutrição (que inclui, entre as abordagens, história da alimentação e nutrição); Noções de cozinhas regionais: pratos típicos brasileiros; Montagem de cardápio; Cortes clássicos de carnes, aves, peixes, suínos e outros; Tecnologias específicas de cozinha; Organização interna da cozinha; Prevenção de acidentes; e Higiene e manipulação de alimentos, entre outros.

Segundo a secretária de assistência social do Município, Izamara Amado de Moura, a expectativa quanto aos resultados do curso é a melhor possível. “O curso representa uma oportunidade de qualificação profissional para as beneficiárias do Bolsa Família e as merendeiras. Ele promove a elevação da identidade sociocultural, por meio de atividades que priorizam a vivência em grupo e o desenvolvimento individual”. A secretária informa que novos cursos serão oferecidos em breve. “A procura foi muito grande, temos até lista de espera”.

Negócio próprio

Um traço comum entre as participantes do curso “Boas Práticas de Produção nas Cozinhas Comunitárias” é o sonho de montar o próprio negócio. Clarice dos Santos Gonçalves, que tem experiência no ramo da gastronomia, acredita que o aprendizado adquirido trará chances reais de conquistar a tão sonhada independência financeira. Um dos módulos mais esperados pela aluna é o de “Montagem de Cardápio”. “Vou aprender a planejar um cardápio de baixo e médio custo, equilibrado e baseado na pirâmide alimentar. Assim, poderei oferecer boas opções a meus futuros fregueses”.

Outra aluna, Roseli Galvão da Silva, diz que a aprendizagem de novas técnicas, como controle de qualidade no recebimento de alimentos e tecnologias específicas de cozinha - entre elas das matérias-primas, de conservação de produtos alimentares e dos equipamentos de cozinha - só trará benefícios para o seu futuro negócio. “Nunca tivemos um curso deste porte aqui em

Cruzeiro do Oeste. Pretendo aproveitar o máximo das aulas e investir em um negócio de fornecimento de quentinhas”.

Quem também está matriculada no curso é Maria do Carmo Almeida. Seu objetivo é aprender técnicas que serão incorporadas no trabalho que desenvolve no Lar São Francisco de Assis, que acolhe crianças e adolescentes de 0 a 16 anos. “Já estou pensando nas novidades que apresentarei no cardápio das crianças. Será um prato novo e saudável a cada dia. Comer não é só gostar do sabor. Tem que ser bom para a saúde”.

(Ascom /MDS)

Foi implantado também no município o Programa Bolsa Família Porta de Saída: Ação + Trabalho = Cidadania - Ano: 2011

Objetivo do Programa:

Oportunizar a inserção produtiva com plantas de Interesse Econômico com potencial medicinal aromático e hortícolas de famílias cadastradas em programas sociais, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania, buscando mais aperfeiçoamento e mais oportunidades de trabalho e de geração de renda.

CAPIM CIDREIRA



Dentro da cultura popular esta planta é indicada como calmantes, sedativos, em problemas gastrointestinais, como repelente de insetos, antidepressivo, diuréticos e expectorantes além de ser bactericida.

Em razão disso, o capim cidreira é um bom óleo para empregar-se em massagens para tratar de dores musculares e localizadas, pois ajuda a diminuir a dor, tratando também de processos inflamatórios. O efeito calmante e antidepressivo do chá de capim-cidreira talvez tenha sido atribuído a ele devido à confusão que se faz aqui no Brasil entre as plantas com o nome erva cidreira, pois em outros países ele não é considerado calmante.

Outros empregos do capim cidreira seria no tratamento de acne, como estimulante da circulação, em massagens anti-celulite e problemas de má digestão. Observamos que um chá bem concentrado de capim cidreira é muito útil para acabar com os sintomas da gripe, o que nos leva a suspeitar também de uma propriedade inibitória de vírus.

CULTIVO/ PLANTIO

Planta de clima quente e úmido, com preferência por locais ensolarados.

O plantio deve ser realizado com espaçamento de 50 x 70 cm entre plantas, podendo ser de até 1 metro em curvas de nível para controle de erosão. Adapta-se bem em qualquer tipo de solo.



ABÓBORA:

O Brasil produz entre 12 e 15 mil hectares de abóbora Cabotia, o que equivale a uma produção anual em torno de 130.000 toneladas de frutos.

Praticamente todo o território nacional produz a abóbora Cabotia.

Foi produzida, inicialmente, no Japão, de onde provém a maior parte das sementes utilizadas. Ocupam o 7º lugar entre as hortaliças mais cultivadas.

A Abóbora Cabotia possui propriedades funcionais como antioxidantes pode ajudar na prevenção de certos tipos de câncer, rica em fibra, fonte de cálcio, Vitamina C, ferro, fósforo e potássio. As sementes elas são uma fonte muito rica de proteínas, Vitamina E, vitaminas do complexo B e alto teor de óleo vegetal insaturado.

CULTIVO/PLANTIO

As abóboras são plantas de clima quente, preferindo temperaturas de 20 a 27°C, e não resistem a temperaturas abaixo de 10°C. adaptam-se a vários tipos de solos, mas preferem os de textura média, bem drenados, leves e de boa fertilidade.

Colocando-se 3 sementes/ cova, são necessários 0,4 a 0,7 kg/ ha. O tempo para colheita da Abóbora Híbrida Kabotia é de 3 - 4 meses após a semeadura.

Dicas de Cultivo: Plantio direto (3 sementes por cova) de setembro a janeiro. O espaçamento deve ser de 3 x 2m entre linhas.



Figura 6. Reunião de Adesão das Famílias



Figura 7. Plantio nas residências das famílias que aderiram ao Programa.



Figura 8. Jantar do Programa Bolsa Família Porta de Saída: Ação + Trabalho = Cidadania.



Figura 9. Livro de Receitas



Nesta trajetória de inclusão de novos programas o papel do Conselho Nacional de SAN - CONSEA, foi fundamental para os Estados e município em aderir impactos em atenção ao combate à fome e a garantia ao Direito Humano à alimentação adequada como direito social básico a todos cidadãos.

Diante desta nova trajetória de perspectiva o município de Cruzeiro do Oeste se mobiliza e se organiza em implantar a segurança alimentar e nutricional, aderindo aos programas, executando junto a população as ações específicas os Programas: Bolsa Família, Programa Compra Direta e Programa do Leite das Crianças através do Estado do Paraná. E com o propósito de implantar o controle social a nível de assessoria e gestão o município cria o primeiro Conselho Municipal de segurança alimentar e nutricional, bem como o Comitê Gestor municipal do Programa Leite das Crianças.

O resultado da execução dos programas e ações das políticas públicas, mostrou em avaliação do CONSEA, seu avanço na institucionalização da política SAN, sendo um dos mais expressivos ganhos observados nas políticas sociais no município nos últimos anos.

São estas as conquistas, que motivou o referido município em aderir a implantação do SISAN através da mobilização e articulação do Estado, especificamente pela Secretaria do Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária/SETP, com apoio e assessoria técnica do Escritório Regional da SETP

e a parceria da comissão regional de San/CORESAN. Após este período a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB, assume a Política Estadual de SAN que somando neste período 2012 à 2016, realizou várias capacitações, seminários e oficinas, a qual o município por meio dos seus técnicos e gestores das políticas de agricultura, assistência social, saúde e educação e segmentos da sociedade civil do município puderam participar desses momentos, o qual favoreceu o processo de organização e estruturação da política SAN no município.

Foi através desta caminhada de organização de gestão, que o município solicitou adesão para implantar o SISAN, junto a CAISAN do Paraná, em 05/09/2014, aprovada em 2016, conforme Termo de Adesão ao SISAN Nº 03/2016, de 18/04/2016. Diante disso o município se compromete em elaborar o I PLAMSAN.

O município cumpre com adesão feita e elabora o I PLAMSAN, através da CAISAN, mediando um processo de consulta ao CONSEA e aprovada pelo pleno das secretarias intersetoriais da CAISAN.

O PLAMSAN 2017/2020 integra dezenas de ações as secretarias de agricultura, saúde, educação e assistência social, voltados para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar e a programação da alimentação saudável e adequada.

Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

A II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ocorreu no dia 19 de junho de 2015, em Cruzeiro do Oeste e contou com a participação de 89 pessoas.

A metodologia de discussão da Conferência foi organizada através de 3 eixos temáticos, podemos elencar algumas prioridades resultado da discussão da II Conferência:

Eixo 1: Comida de Verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar.

PROPOSTA
Adequar o porcionamento (quantidade servida no prato) da alimentação dos alunos, e capacitação dos funcionários que distribuem a merenda.
Incentivar a produção orgânica com a conscientização do excessivo uso de agrotóxicos, realizando fiscalização e assessoramento tanto físico como bem-estar do produtor rural.
Proibir os semielaborados e enlatados aos estabelecimentos de ensino estadual e municipal, garantindo a alimentação adequada e valorizando o agricultor local.

Eixo 2: Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcances da política pública no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional.

PROPOSTA
Fortalecer o papel estratégico dos Equipamentos e Programas Públicos de Abastecimento, Alimentação e Nutrição (Epan) (restaurante popular, cozinha comunitária, banco de alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na garantia do acesso à alimentação adequada e saudável das populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de aporte de recursos orçamentários nos âmbitos federal, estadual e municipal para manutenção da rede de Epan, garantindo a infraestrutura e recursos humanos necessários, para a distribuição de uma alimentação adequada e saudável e em quantidade suficiente para atendimento das demandas locais.
Assegurar recursos financeiros para implementar ações de Educação Alimentar e Nutricional nas três esferas de governo, nos setores da educação, saúde, assistência social, agricultura e demais setores relacionados ao tema, como também subsidiar ações permanentes de formação técnica e capacitação dos profissionais envolvidos nos serviços públicos de atenção à saúde, equipamentos públicos de abastecimento, alimentação e nutrição, educação e assistência social.
Assegurar a efetiva implementação do Plano Intersectorial para Prevenção e Controle da Obesidade, elaborado pela CAISAN, garantindo aos municípios a destinação dos recursos financeiros necessários à sua execução.
Estruturar os órgãos de vigilância sanitária por meio do aporte adequado de estrutura física, recursos humanos habilitados e logística, para o fortalecimento das ações estratégicas à realização do direito humano à alimentação adequada e saudável.
Viabilizar a central de abastecimento e redistribuição, com estrutura física e pessoal capacitado, para fortalecimento da agricultura familiar através dos programas PAA e PNAE

Eixo 3: Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar.

PROPOSTA
Realizar plano de capacitação continuada com adesão dos participantes do conselho, secretarias, técnicos, produtores, famílias.
Efetivar a CAISAN, fazendo ações conjuntas para construção do sistema no município, e realizar capacitação aos membros da câmara intersetorial.
Garantir assistência técnica aos produtores rurais, com assistência técnica de extensão rural de forma continua com estrutura (pessoal, financeiro) para fortalecimento da agricultura familiar.
Regionalizar a agricultura com garantia de preço e limite de produção, com incentivo por parte do governo e com garantia de seguro agrícola.

Figura 10. Fotos II Conferência – 2015



E neste ano de 2017, o município de Cruzeiro do Oeste elabora e lança o I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN/2017-2020, aprovado pelas secretarias que compõem a CAISAN, bem como a Comissão Técnica.

O Município de Cruzeiro do Oeste, cumprindo com o que foi acordado em 2015, está implementando esta política pública que vem organizar de forma interdisciplinar as ações que garantam a todos o direito à alimentação.

Para isso o município em oficinas conjunta entre os membros do COMSEA e as Secretarias de Assistência Social, Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Agricultura e Meio Ambiente e também com a área de planejamento e orçamento discutiram e levantaram indicadores que serão tratados em cada

desafio conforme prevê as orientações nacional e estadual, de maneira a possibilitar as estratégias necessárias para os próximos quatro anos.

Figura 11. Curso sobre a Política SAN e oficina para levantamento de indicadores para elaboração do PLAMSAN.

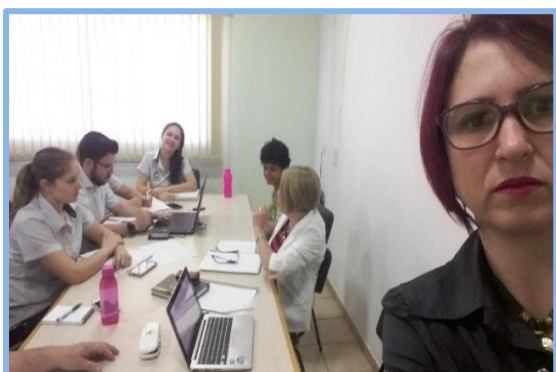
Curso dia 08/03/2017



I Oficina dia 16/03/2017



II Oficina dia 30/03/2017



II Oficina dia 05/04/2017



A implementação do SISAN no município, será um marco histórico que vem de encontro com a consolidação da intersetorialidade, o fortalecimento do CONSEA e da agricultura familiar e da soberania alimentar, processo este que definirá a materialização da Política de SAN, consequentemente promovendo a todos os cidadãos o Direito a Alimentação Adequada e Saudável – DHAA, principalmente aqueles cidadãos que se encontram em insegurança alimentar e nutricional e em condições de vulnerabilidade social.



Capítulo II

2 MARCO SITUACIONAL

2.1 - Aspectos Gerais

Localização

O município de Cruzeiro do Oeste está localizado na região sul do Brasil, mais precisamente ao Noroeste do Estado do Paraná, a uma latitude de 23°47'06" Sul e longitude de 53°04'22" Oeste – Greenwich.

O seu território, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1996, possui uma superfície de 783,9 km², estando a 580 metros acima do nível médio do mar.

Cruzeiro do Oeste já foi um dos maiores municípios do Estado em extensão territorial e o segundo em população. Mas, com o desmembramento de novos municípios em 1960, houve a diminuição da área territorial e populacional.

Municípios Limítrofes

Limita-se com Nova Olímpia ao Norte, com Mariluz e Moreira Sales ao Sul, com Tapejara e Tuneiras do Oeste a Leste, e com Maria Helena e Umuarama a Oeste.

Figura 12. Mapa dos limites do Município



Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, Cadernos Estatísticos, maio de 2015.

Organização Político-Administrativa

Na área urbana do Município encontram-se os bairros: Centro, Jardim Cruzeiro, Conjunto Habitacional Araucária, Jardim Alto da Glória, Jardim Santa Cruz, Jardim Alvorada, Sul Brasileira I, Sul Brasileira II, Bairro D.E.R, Jardim Brasil, Jardim das Flores, Parque Sol Nascente, Adriana Geni Alves, Conjunto Habitacional Santa Terezinha, Conjunto Habitacional Iguaçu, Jardim da Luz, Jardim Paris, Residencial Vitória, Parque Residencial Bella Vista e Parque das Oliveiras. Na área rural, merece destaque os bairros Santa Olga, São José, Boa Vista, Cione, Guarani, Gimenes. Cafeeiros, Centenário, Cristo Rei, Cruzeirinho, Salete, Santa Izabel, Três Marcos, entre outros. Também faz parte do Município, o Distrito de São Silvestre.

Principais Rodovias de Acesso

PR-323 - Maringá, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Guaíra;

PR-180 - Goioerê, Cruzeiro do Oeste;

PR-477 - Nova Olímpia, Cruzeiro do Oeste;

BR-487 - Campo Mourão, Tuneiras do Oeste, Cruzeiro do Oeste.

Figura 13. Mapa das principais vias de acesso



FONTE: IPARDES

NOTA: Base Cartográfica ITCG (2010).

Principais Distâncias

Localizado no eixo rodoviário que demanda ao Paraguai e Mato Grosso do Sul, o Município está a 148 km de distância de Maringá, 804 km de São Paulo, 1.310 km de Brasília e 560 km de Curitiba, a Capital do Estado.

Clima

O seu clima é considerado subtropical com temperatura média anual na faixa de 20°C, com máxima de 38°C no verão e 16°C no inverno.

Hidrografia

Cruzeiro do Oeste está situado entre os rios Ivaí, Piquiri e Paraná. Os principais rios afluentes são: Goioerê, da Areia, das Antas, Ribeirão Capricórnio, Guarani, Pinhalzinho e Imã. Os rios da Areia e Guarani correm em direção à bacia do Piquiri e os rios Ribeirão Capricórnio e o das Antas, se dirigem para o Rio Ivaí. Esses mesmos rios servem de fronteira natural do Município. Desta forma, o Rio da Areia, marca a divisa de Cruzeiro do Oeste com Tuneiras do Oeste; o Rio Capricórnio separa parcialmente a cidade do município de Tapejara e o Rio Pinhalzinho marca a divisa com Umuarama.

A captação da água no Município é feita em manancial pelo Rio Imã, que se localiza na Estrada Boiadeira.

Relevo

O Município localiza-se no declive do Terceiro Planalto ou Planalto de Guarapuava. É caracterizado regionalmente por chapadas e platôs de pequena ondulação, com altitudes que variam entre 300 a 600 metros.

Solo

O solo é o arenito Caiuá. Possui aptidão para lavouras, baseando-se em práticas agrícolas, favorecendo ainda mais a característica econômica marcante da região que é a atividade agrícola.

Vegetação

O Município conta com um total de 2.030 hectares de Matas Ciliares, perfazendo um trecho de 709 km² e 3.200 hectares de Reserva Natural.

2.2 - Aspectos Histórico do Município

Fundação

Cruzeiro do Oeste é o berço da história do norte novíssimo paranaense, que foi colonizado por companhias como a Companhia Sul Brasileira de Colonização (COBRASA), responsável pela derrubada da Mata Atlântica, transformando a paisagem em grandes extensões de cultivo do café.

Em 1947, começaram a chegar os primeiros fundadores de Cruzeiro do Oeste, destacando-se entre eles: Messias Francelino de Medeiros, guarda florestal do Departamento do Oeste; José Bogo; José Paulo da Silva; Laurindo Nunes de Oliveira; Joaquim José Ferreira; Aristides Mattes; Pedro Candinho; Juvenal Calixto; Osvaldo Rodrigues do Amaral e Artur Teixeira.

Com a criação do município de Peabiru, em 1951, desmembrado de Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, do novo município. Três anos depois, em 28 de novembro de 1954, pela Lei Estadual nº 7.253/54, alcançava a sua autonomia.

Em 3 de outubro de 1955, foi eleito o primeiro prefeito do Município e composta primeira legislatura da Câmara Municipal. No dia 17 de novembro, do mesmo ano, ocorreu a instalação do Município, assumindo o cargo de primeiro mandatário (prefeito) da cidade, Aparício Teixeira D'Ávila."

Significado do Nome

Existem várias versões sobre a origem do nome Cruzeiro do Oeste. A versão dos primeiros moradores é a de que a denominação teria sido inspirada pelo fato do local escolhido para a cidade localizar-se no cruzamento da Estrada Boiadeira com o picadão da Estrada de Ferro.

Na versão do desembargador Edmundo Mercer Junior, a origem do nome estaria ligada ao fato de existir no local, uma cruz sinalizando o local onde fora enterrado um dos picadeiros que acompanhava a expedição que viera demarcar a Estrada Boiadeira, chefiada por seu pai, Edmundo Mercer.

Contudo, a versão que tem maior embasamento histórico é a que afirma que o nome teve origem por volta de 1946, quando o capitão Renato de Mello, acampado nas proximidades do atual Hotel Presidente, solicitou a um de seus picadeiros que procurasse água. Ao encontrar, demarcou o local com uma seta indicativa em forma de cruz. Neste mesmo local, encontrou o picadão da Estrada Boiadeira, que lhe serviu para facilitar o caminho de volta ao acampamento. A cruz acabou tornando-se um ponto de referência para os tropeiros, que combinavam encontrar-se no local conhecido como “Cruzeiro”.

Posteriormente, passou a chamar-se Cruzeiro do Oeste para diferenciar de outros municípios com o mesmo nome.

Símbolos Municipais

Através da Lei Municipal nº 8/99, de 31 de agosto de 1999, foram criados os Símbolos Municipais: a Bandeira, o Hino e o Brasão de Armas, de autoria de Paulo Novais, usado desde 1979 e adaptado heraldicamente pela Coordenação da Enciclopédia Simbólica Municipalista Paranaense (ESIMPAR) e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Brasão

Figura 14. Brasão de Armas Municipal



Fonte: Prefeitura Municipal, 2014.

Bandeira

A Bandeira Municipal é toda branca tendo aplicado no meio o Brasão de Armas.

Hino Municipal

O Hino Municipal, de autoria do maestro Sebastião Lima, possui as seguintes estrofes:

Demandando o agreste sertão.
Das bandeiras jesuítas imortais.
Aqui plantaram cristãs reduções
A marcharem buscando ideais.
Pois, fundaram, plena de sucesso.
Cruzeiro do Oeste, sentinela do progresso!

Dos albores da história
És testemunha, ó cidade!
Eis que surge a vitória
Cheia de felicidade!

Berço de amor e amizade.
Terra mais linda não há.
Viverás a eternidade
Recanto feliz do Paraná!

Estes campos verdejantes.
Sua beleza singular
Que teus filhos triunfantes
Não se cansem de exaltar!

Berço de amor e amizade.
Terra mais linda não há.
Viverás a eternidade
Recanto feliz do Paraná!

Estas tantas riquezas mil.
É preciso que se somem
O valor do povo varonil
A fé que ensina o seu nome!

Berço de amor e amizade.
Terra mais linda não há.
Viverás a eternidade
Recanto feliz do Paraná!

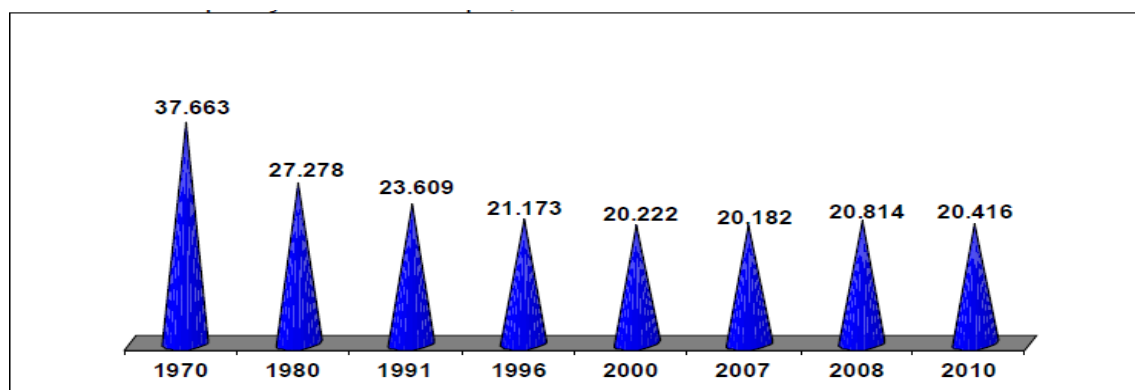
2.3 - Aspectos Populacionais

Durante os ciclos da madeira e do café, nas décadas de 1960 e 1970, Cruzeiro do Oeste, chegou a contabilizar uma população de mais de 60 mil habitantes, figurando-se, nesta época, entre os mais importantes centros urbanos do Paraná.

No entanto, por conta da crise do café (a partir de 1975) e do desmembramento de novos municípios, ocorreu a consequente diminuição da área territorial e populacional.

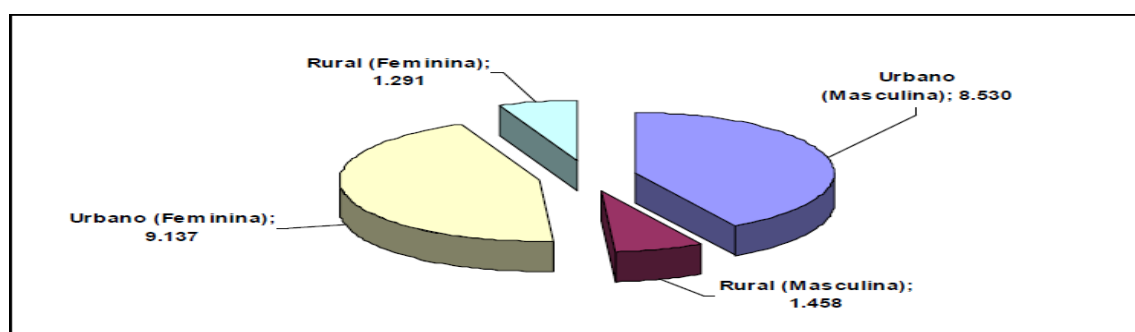
O censo de 2010, do IBGE, registrou em Cruzeiro do Oeste uma população de 20.416 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 26,99 habitantes/km² e uma taxa de crescimento geométrico de 0,10%.

Gráfico 1. População do Município, 1970/2010



Fonte: IBGE – Censos, estimativas e contagem da população.

Gráfico 2. População Censitária segundo tipo de domicílio e sexo, 2010



Fonte: IBGE – Censos, estimativas e contagem da população.

De acordo com os dados da Tabela 4, a população de Cruzeiro do Oeste concentra-se na área urbana, apresentando em 2010, um grau de urbanização de 86,54%, com 17.667 pessoas residindo na zona urbana e 2.749 pessoas na zona rural.

Quanto à estrutura etária, a faixa de idade com maior número de pessoas concentra-se entre os 15 a 64 anos de idade, o que representa 68,65% do total de habitantes. A população com mais de 65 anos de idade representa 10,45% e as com menos de 15 anos de idade, 20,90%.

Tabela 1. População Urbana e Rural e sexo

População	Masculina	Feminina	Total
Urbana	8.530	9.137	17.667
Rural	1.458	1.291	2.749
Total	9.988	10.428	20.416

Fonte: IPARDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Demográfico - 2010.

Tabela 2. Contagem da população segundo faixa etária - 2013

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
1 a 4	494	504	998
5 a 9	667	669	1.336
10 a 14	804	879	1.683
15 a 19	871	849	1.720
20 a 39	4.021	3.993	8.014
40 a 49	2.451	2.667	5.118
60 a 79	1.228	1.353	2.581
80 anos acima	195	242	437
Total	9.988	10.428	20.416

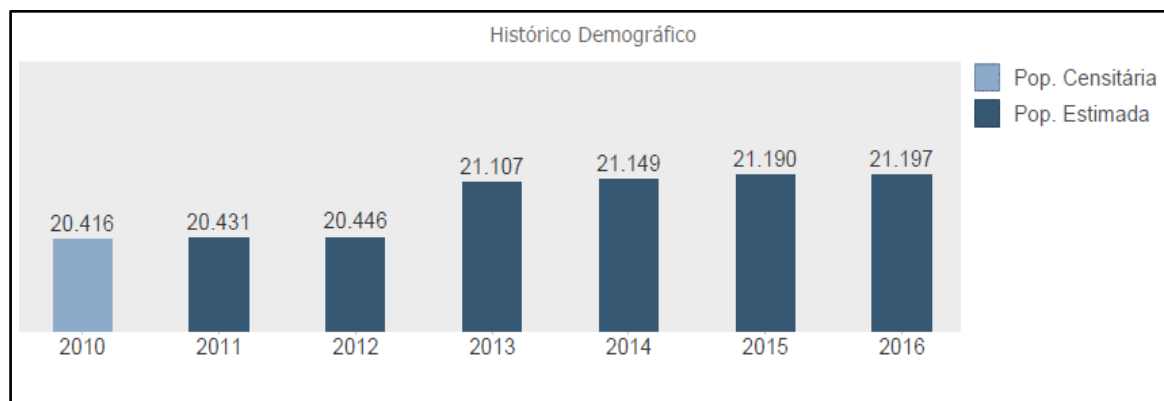
FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Histórico Demográfico

Apresenta a evolução do n.º de habitantes, considerando os dados do último Censo e de estimativas realizadas para os demais anos.

Fonte: IBGE/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 3. Histórico Demográfico

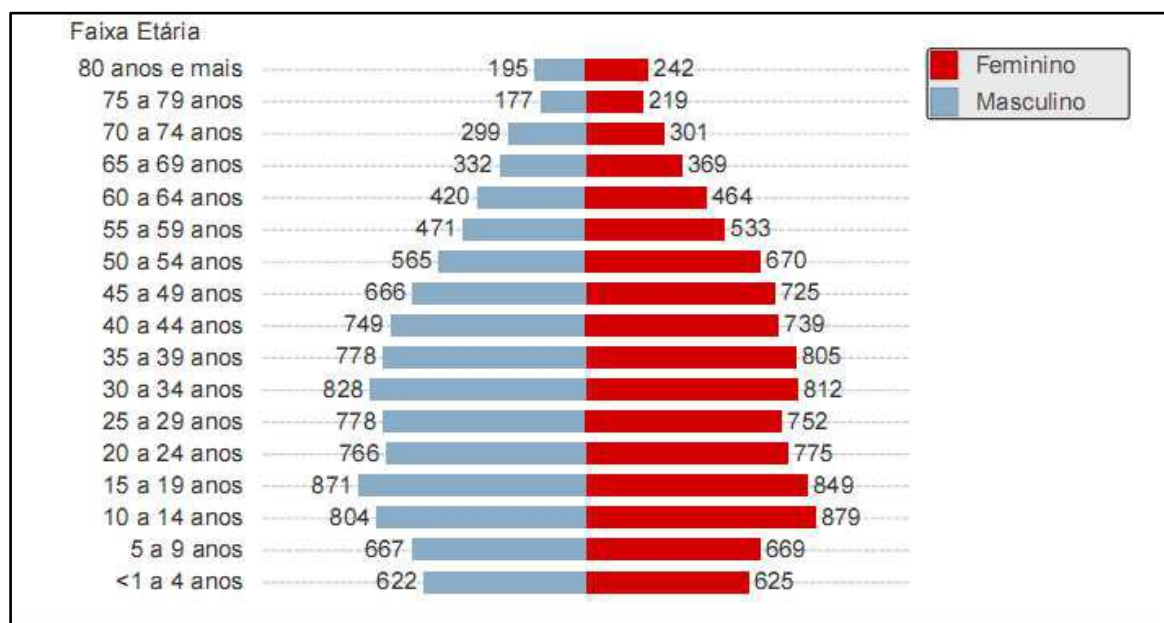


Pirâmide Etária

Gráfico organizado para classificar a população censitária do município conforme as faixas de idade, dividindo-as por sexo.

Fonte: IBGE/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 4. Pirâmide Etária - 2010

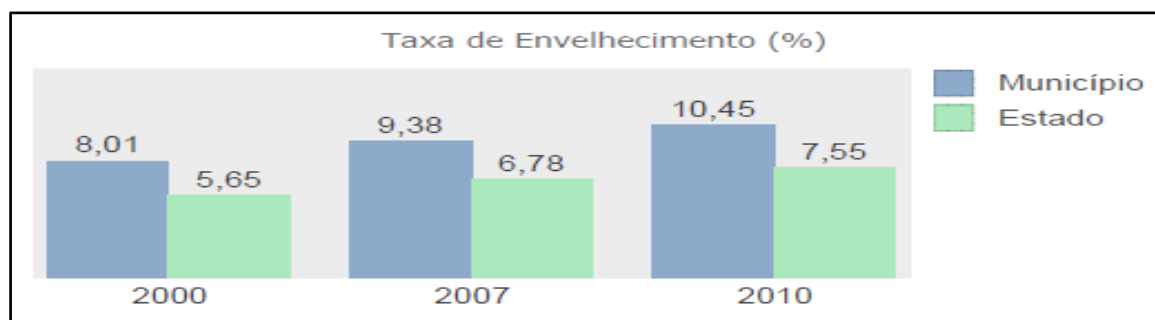


Taxa de Envelhecimento

Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total.

Fonte: IPARDES.

Gráfico 5. Taxa de Envelhecimento 2010

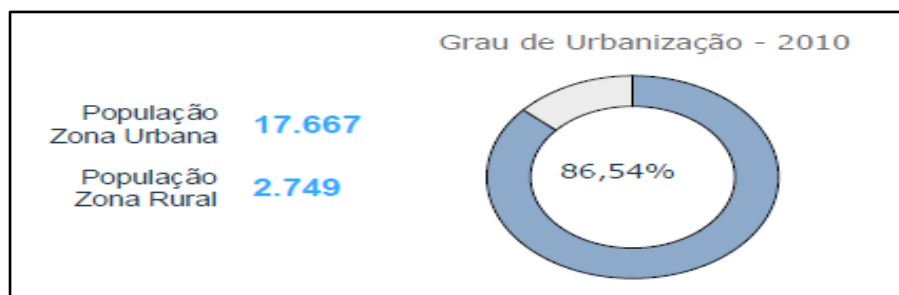


Grau de urbanização

Indica a proporção da população total que reside em áreas urbanas, segundo a divisão político-administrativa estabelecida pelas administrações municipais.

Fonte: IBGE/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 6. Grau de Urbanização - 2010

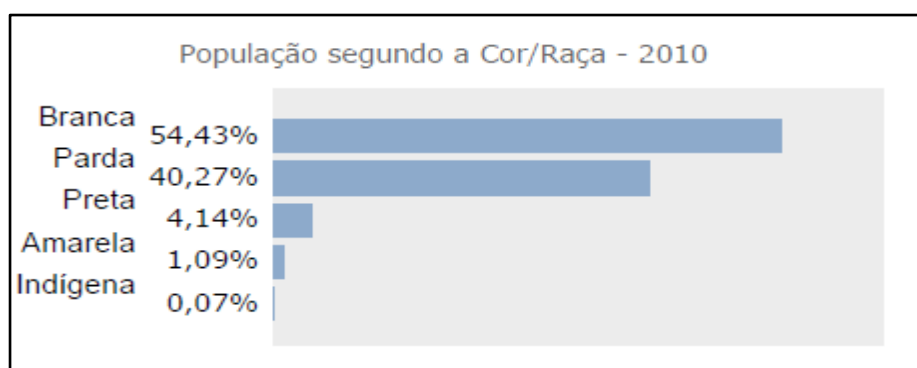


População segundo cor e raça

Distribuição da população do município segundo a cor/raça.

Fonte: IBGE/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 7. População segundo a cor/raça – 2010

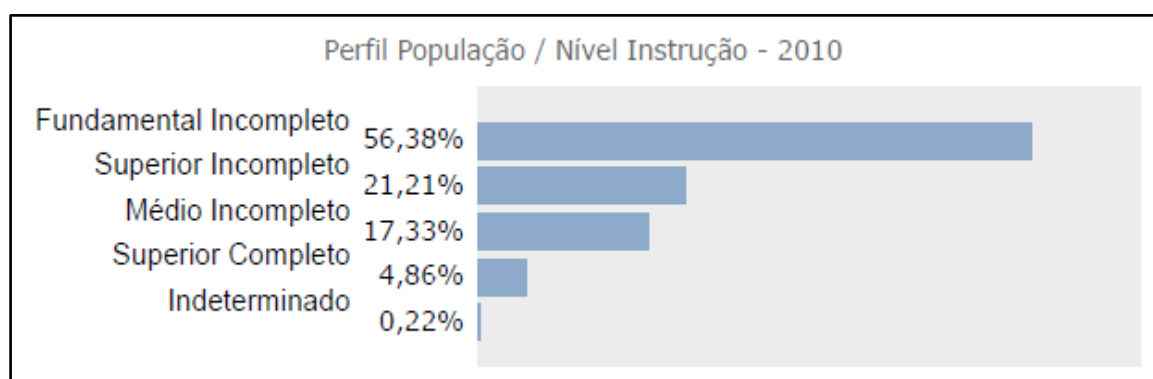


Perfil da população e nível de instrução

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução. A classificação segundo o nível de instrução foi obtida em função das informações da série e nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente.

Fonte: IBGE/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017.

Gráfico 8. Perfil População/nível de instrução - 2010



2.4 - Aspectos Socioeconômicos

Tabela 3. Informações Gerais

População Censitária Total (IPARDES- Projeção das Populações Municipais 2016)	21.197
População - 2010	20.416 Habitantes

(IBGE/2010)	
Densidade Demográfica (IPARDES/2015)	27,11 (Hab/Km²)
Nº de Domicílios Total (IBGE/2010)	Zona Urbana - 5.944 Zona Rural - 915
Grau de Urbanização (IBGE/2010)	86,54%
Renda Média Domiciliar Per Capita (IPARDES/2010)	R\$ 609,34
Produto Interno Bruto Per Capita (IPARDES/2013)	R\$ 28.399,00
População Economicamente Ativa (IBGE/2010)	10.663

Fonte: IPARDES/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017



Tabela 4. Aspectos socioeconômicos

Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)	0,724
- IDHM – Longevidade	0,825
- Esperança de vida ao nascer:	74,50 anos
- IDHM – Educação	0,640
- Escolaridade da população adulta	0,46
Fluxo escolar da população jovem (Frequência escolar)	0,75
- IDHM – Renda:	0,698
- Renda per capita:	R\$ 617,44
- Classificação na unidade da federação:	144
- Classificação nacional:	1.398

Fonte: IPARDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Demográfico - 2010.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora

meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Fonte: IPEA / PNUD / FJM/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 9. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

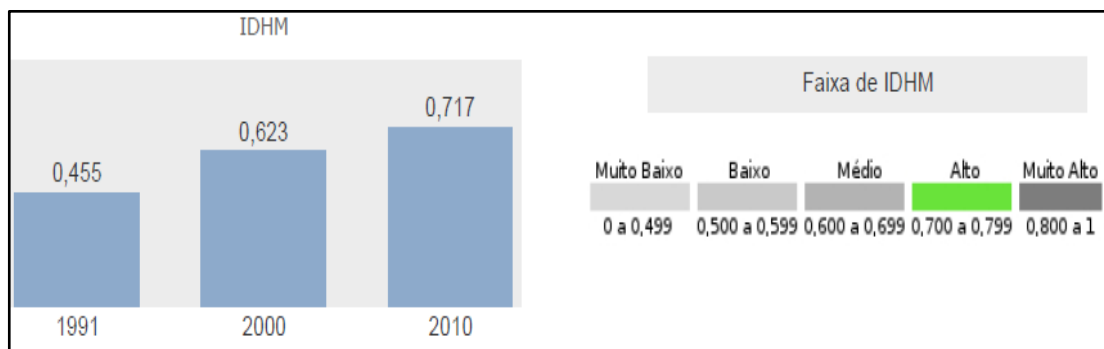


Tabela 5. Arrecadação do ICMS (100%), por município de origem do contribuinte - Paraná - 2014

CIDADE	2.014
Umuarama	69.723.000,32
Cianorte	45.826.896,57
Douradina	11.358.741,98
Pérola	8.902.043,81
Iporã	8.896.567,26
Cruzeiro do Oeste	4.671.197,40
Tapejara	3.290.071,18
Japurá	2.832.576,60
São Tomé	2.353.684,16
Cidade Gaúcha	1.134.591,34
Rondon	949.684,52
São Jorge do Patrocínio	920.471,57
Tapira	798.238,08
Altônia	554.835,62
Icaraíma	495.834,44
Alto Piquiri	488.610,34
Perobal	457.775,50
Xambrê	357.233,97
Tuneiras do Oeste	238.365,93

Jussara	220.220,90
Ivaté	182.512,19
Mariluz	139.451,73
Alto Paraíso	124.868,60
Francisco Alves	82.908,98
Nova Olímpia	63.772,08
Maria Helena	39.556,02
Esperança Nova	28.340,18
São Manoel do Paraná	22.549,48
Cafezal do Sul	16.423,66
Indianópolis	14.759,50
Brasilândia do Sul	8.869,36
Guaporema	6.919,46

Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM)

O Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM) procura avaliar a situação dos municípios paranaenses, considerando, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social, a saber: a) emprego, renda e produção agropecuária; b) educação; e c) saúde.

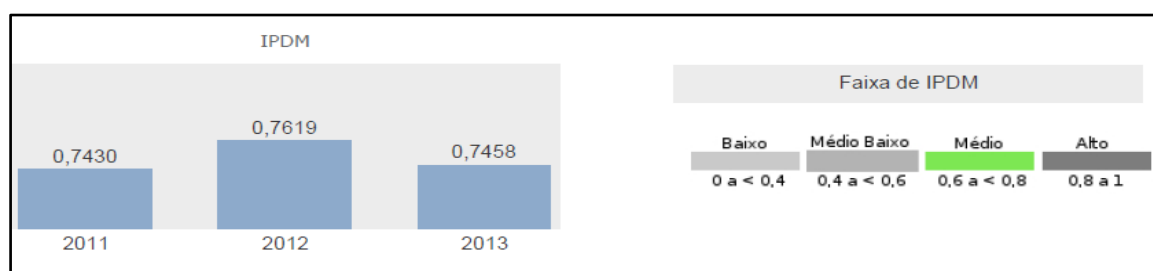
Na construção do índice da dimensão Saúde são usadas as variáveis: número de consultas pré-natais; óbitos infantis por causas evitáveis, e óbitos por causas mal definidas.

Na educação, as seguintes variáveis: taxa de matrícula na educação infantil; taxa de abandono escolar (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); taxa de distorção idade-série (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); percentual de docentes com ensino superior (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); resultado do IDEB (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano e 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano).

E na dimensão Emprego, Renda e Produção Agropecuária as variáveis relacionadas ao salário médio, ao emprego formal e à renda da agropecuária.

Fonte: IPARDES/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional / 2017

Gráfico 10. Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM) - 2013

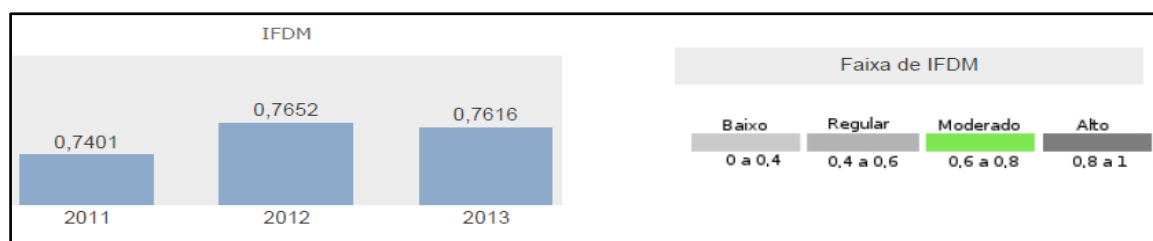


Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal

O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

Fonte: FIRJAN - Edição 2015/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 11. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) - 2013

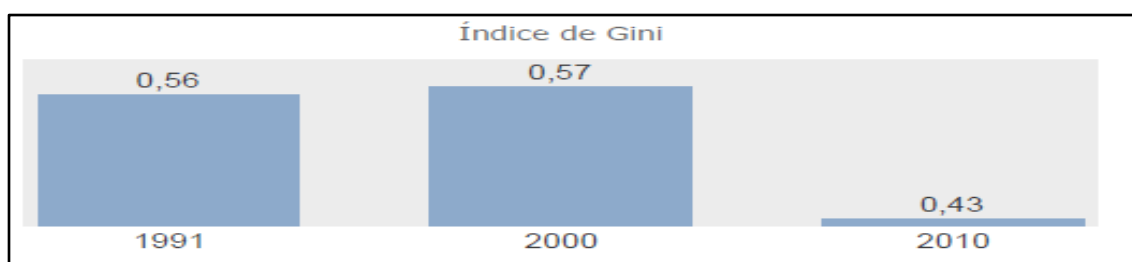


Índice de Gini

Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1 (um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Fonte: IPARDES/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 12. Índice de Gini - 2010

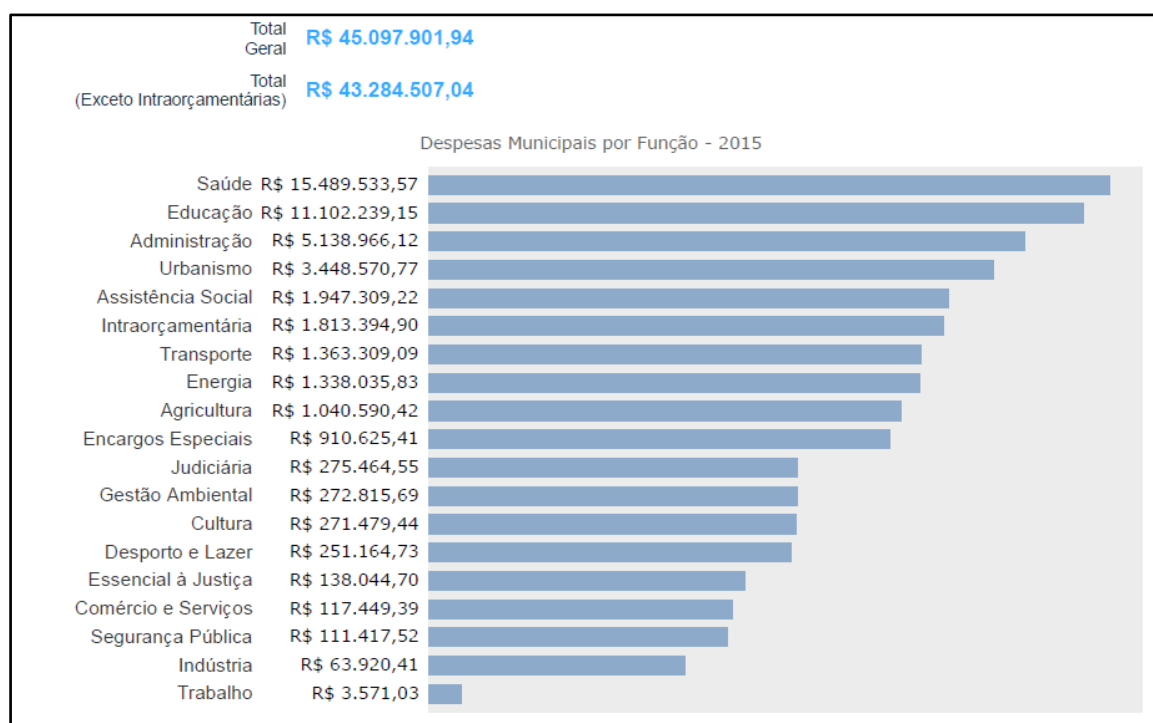


Despesas Municipais por Função

Soma das despesas municipais por função mais as despesas intraorçamentárias.

Fonte: IPARDES/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 13. Despesas municipais - 2015



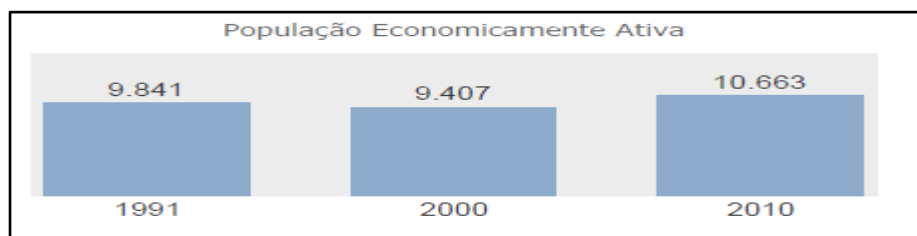
População economicamente ativa

Subgrupo da população em idade ativa integrado pelas pessoas que estavam desenvolvendo alguma atividade de forma contínua e regular ou, por não estarem ocupadas, se encontravam procurando trabalho no período de referência, tendo, para isto, tomado medidas concretas de procura. Inclui-se

ainda o exercício do trabalho precário. Em resumo, é a conjunção de ocupados e desempregados.

Fonte: IBGE/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017.

Gráfico 14. População Economicamente Ativa – 2010



Renda média domiciliar per capita

Média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considerou-se como renda domiciliar per capita a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores.

O salário mínimo do último ano para o qual a série está sendo calculada torna-se a referência para toda a série. Esse valor é corrigido para todos com base no INPC de julho de 2010, alterando o valor da linha de pobreza e consequentemente a proporção de pobres. O valor de referência, salário mínimo de 2010, é de R\$ 510,00.

Fonte: IPARDES/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 15. Renda Média Domiciliar per capita - 2010

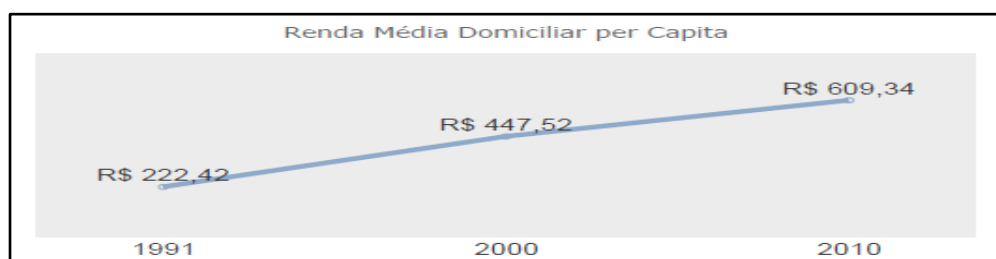


Tabela 6. Rendimento médio declarados na RAIS-2014

CIDADE	RENDA 2014 - Ipardes	RANKING PR
Douradina	2291,97	1
Ivaté	1716,97	2
Jussara	1659,94	3
Cidade Gaúcha	1614,18	4
Cianorte	1611,13	5
Tapejara	1586,16	6
Brasilândia do Sul	1583,51	7
Umuarama	1569,39	8
Rondon	1549,59	9
São Tomé	1548,84	10
Indianópolis	1505,11	11
Cruzeiro do Oeste	1491,56	12
Alto Paraíso	1472,35	13
Mariluz	1431,66	14
Alto Piquiri	1409,99	15
Pérola	1379,41	16
Icaraíma	1359,49	17
Japurá	1349,65	18
Perobal	1345,89	19
São Manoel do Paraná	1330,08	20
São Jorge do Patrocínio	1319,77	21
Tuneiras do Oeste	1319,75	22
Guaporema	1314,56	23
Iporã	1311,52	24
Cafezal do Sul	1295,58	25
Francisco Alves	1291,98	26
Esperança Nova	1257,86	27
Tapira	1250,36	28
Altônia	1242,01	29
Nova Olímpia	1225,04	30
Maria Helena	1206,95	31
Xambrê	1109,28	32

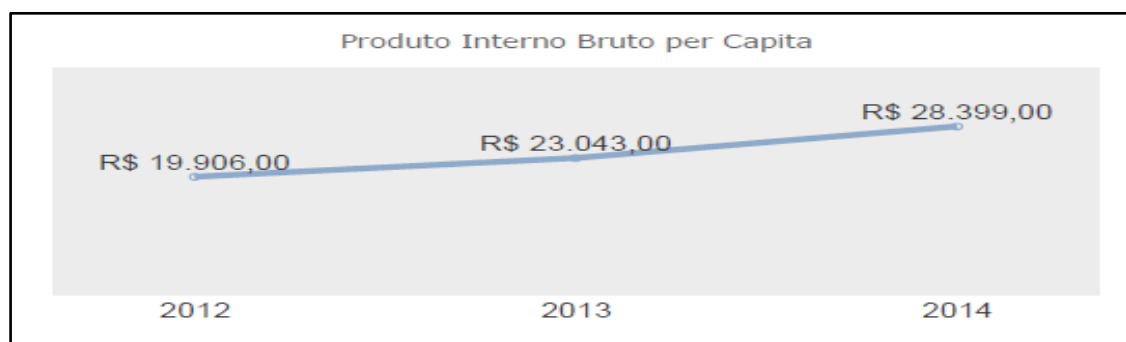
Fonte: TEM – RAIS (IPARDES) 31/12/2014 /AMERIOS

Produto interno bruto per capita

PIB per capita - corresponde ao valor do PIB global dividido pelo número absoluto de habitantes de um país, região, estado ou município.

Fonte: IPARDES/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017.

Gráfico 16. Produto Interno Bruto Per Capita - 2014

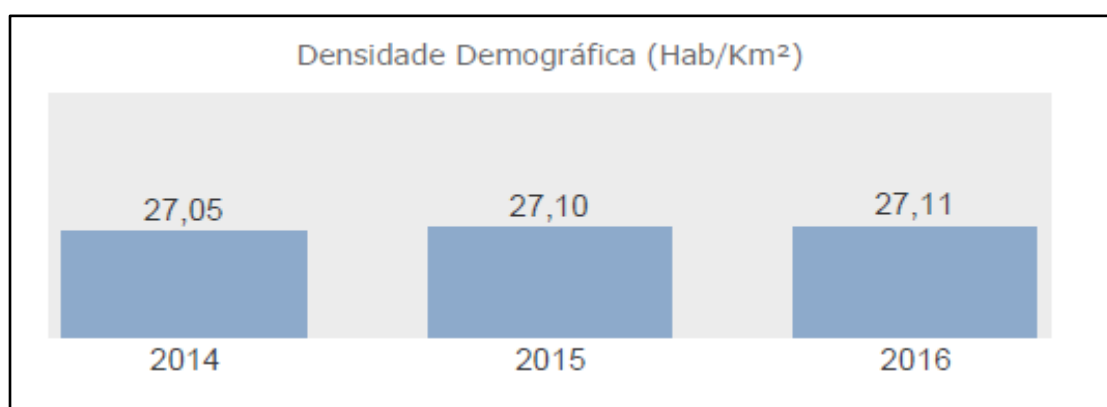


Densidade Demográfica

Mostra como a população se distribui pelo território, sendo determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região. É um índice utilizado para verificar a intensidade de ocupação de um território.

Fonte: IPARDES/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017.

Gráfico 17. Densidade Demográfica (Hab/km²)



Ao longo dos últimos anos, o Município tem dedicado grande parte da sua atenção ao desenvolvimento da agricultura, e especialmente à pequena

propriedade rural, que produz alimentos, gera renda e condições dignas de vida para inúmeras famílias cruzeirenses.

Através do Programa Terra Fértil, a Secretaria de Agricultura tem desenvolvido diversos trabalhos que visam o desenvolvimento da pequena propriedade, e o aumento de sua produtividade com qualidade.

Grandes investimentos estão sendo implementados para a instalação de novas indústrias, entre as quais se destacam: Latco Beverages, CitrusPar (antiga BrasCitrus), GA Construtora de Obras e Civil, FrigoAstra, FrigoCruz, Tampico e Concessionária Volvo Rivesa.

Tabela 7. Estabelecimentos por setor, 2015

Tipo de estabelecimento	Quantidade	Número de pessoas Trabalhando
Indústria	152	1.645
Comércio varejista	181	627
Comércio atacadista	04	25
Serviços	121	1.322

Fonte: MTE/RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego / Relação Anual de Informações Sociais).

O Município participa ativamente do Programa de Financiamento de tratores dos governos federal e estadual para a mecanização da produção. Incentiva a produção da citricultura através dos programas de cultivo de laranja, abacaxi, acerola, morango e romã. Além de novos projetos de incentivo ao cultivo de maracujá e também de palmito pupunha.

Situação Empregatícia do Município

A instituição que realiza um trabalho de apoio e de coleta de dados na integração aos desempregados do Município e de pesquisa para verificar a necessidade de mão de obra especializada que possa atender a demanda das empresas locais é a Agência do Trabalhador, através do programa “Intermediação de Mão de Obra”, juntamente com o Conselho Municipal do Trabalho e Prefeitura, por meio da Secretaria de Indústria e Comércio. A

Agência do Trabalhador consegue filtrar 30% dos dados referente à oferta de emprego e encaminhamento para o trabalho.

Com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apresentados na tabela a seguir (Tabela 8), é possível verificar um pequeno aumento do quadro de empregados no ano de 2014.

Os dados apresentados são da microrregião de Umuarama, cujo quadro é consolidado na movimentação agregada de nível geográfico.

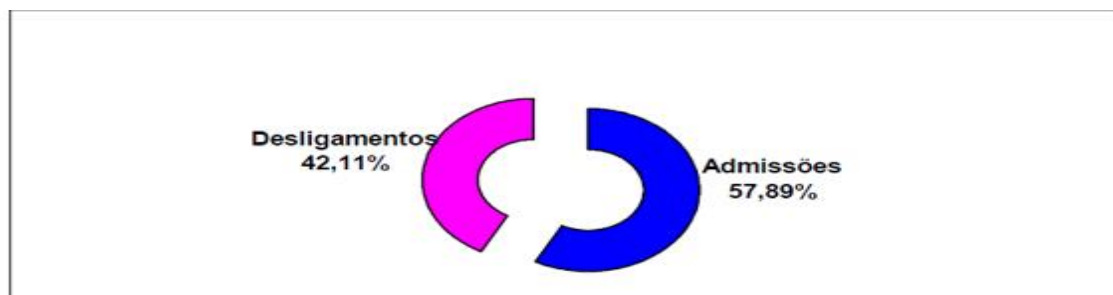
Tabela 8. Situação empregatícia no município, 2014 - 2015.

Movimentação Agregada	Município	%	Micro Região	%	Paraná	%	Brasil
Admissões	220	8,85	2.486	0,16	138.126	0,01	1.778.077
Desligamentos	160	7,67	2.086	0,13	126.135	0,01	1.748.482
Número de Empregos Formais – 01/01/2014	4.000	6,98	57.297	0,15	2.713.091	0,01	40.656.491
Total de Estabelecimentos	924	5,98	15.439	0,14	638.019	0,01	8.002.044
Variação Absoluta	60	-	400	-	11.991	-	29.595

Fonte: CAGED. Consulta no site: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em 25/02/2015.

Conforme dados do MTE entre janeiro de 2016 a janeiro de 2017, foram realizadas 127 admissões, 111 desligamentos, 3.911 empregos formais-01/01/2017 e um total de 967 estabelecimentos, isso comparado com a tabela 8 demonstra um equilíbrio nas questões empregatícia.

Gráfico 18. Admissões e desligamento no município



Fonte: CAGED. Consulta no site: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em 25/02/2015.

Esta queda no nível de desemprego no Município deve-se às políticas de incentivo à instalação e/ou ampliação de novas empresas, atrelada à formação profissional, adotadas pela administração municipal, por meio da implantação de programas como: “Pro Gerar” (Geração de Emprego e Renda), “Fábrica de Mão-de-Obra” e “Reciclando Cidadão”.

Com o Programa Pro Gerar, mais de 12 empresas foram beneficiadas com isenção de tributos municipais e cessão de terrenos e barracões. Esses incentivos são garantidos por meio da Lei Municipal nº 021/2007 e, em troca, as empresas se comprometem em gerar empregos. Através deste Programa, a Prefeitura Municipal conseguiu recuperar barracões e terrenos (cedidos para as empresas se instalarem).

O Município também conta com a Incubadora Empresarial, que abriga seis empresas, sendo duas de artesanato e quatro de facção.

Entre 2014 e 2015, foram abertas 288 novas empresas no Município, em setores como móveis, alimentação, brinquedos, confecção e facção, panificação, eletrodomésticos, segurança, transporte rural, terraplanagem, entre outros.

Os setores que mais empregam no Município são as fábricas de móveis, os frigoríficos, o laticínio, a Indústria e Comércio de Resíduos Têxteis e as facções de costura industrial.

Segundo a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, mais de 48 pessoas são beneficiadas com máquinas de costura industrial em comodato para trabalho autônomo.

Com o Programa Fábrica de Mão-de-Obra, foram qualificadas, em 2014, 88 pessoas no curso de costura e 22 da reciclagem, e em 2015, 20 pessoas participam do curso de costura e 15 do curso de reciclagem e as vagas continuam abertas com uma perspectiva de superar 2014.

O Programa Reciclando Cidadão é um programa de Coleta Seletiva que retirou do Meio Ambiente mais de 32,77 toneladas/mês de material reciclável no

período de 2014. O Programa, que se tornou uma Associação de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Cruzeiro do Oeste (ARCO), contava com 15 integrantes que trabalham em torno do material recolhido diariamente.

Todo o material recebido, depois de separado, é prensado e enfardado e colocado à venda. Do início do programa em 2005 até agora, houve um aumento de 28% em relação ao salário dos seus associados, que antes girava em torno de R\$ 200,00 e hoje está na média de R\$ 710,00.

A tabela a seguir reúne informações do Sistema Público de Emprego e Renda do CAGED, de acordo com os setores do IBGE, faixas etárias e também as ocupações com maiores estoques. Mostra também entre outros, que o setor que mais emprega é o da indústria e que os maiores beneficiários nos setores empregatícios são os homens.

Tabela 9. Números de empregos formais em 31 de dezembro de 2013.

Setores IBGE			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
Indústria Transformadora	1.020	625	1.645
Construção Civil	103	4	107
Comércio	363	289	652
Serviços	286	271	557
Administração Pública	219	546	765
Agropecuária	308	76	384
Total	2.299	1.811	4.110
Faixas Etárias			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
15 a 17 anos	43	13	56
18 a 24 anos	479	299	778
25 a 29 anos	346	300	646
30 a 39 anos	609	546	1.155
40 a 49 anos	490	444	934
50 a 64 anos	312	207	519
Acima de 65 anos	20	2	22
Total	2.299	1.811	4.110
Ocupações com Maiores Estoques			
Ocupação	Masculino	Feminino	Total
Alimentador de Linha de Produção	300	246	546
Assistente Administrativo	207	308	515
Trabalhador Agropecuário em Geral	183		
Vendedor de Comércio Varejista	81	146	227
Professor de Nível Superior dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	9	165	174
Fonte: RAIS/MTE.			

Entre os programas existentes no Município que auxiliam na questão emprego e renda, destacam-se:

- Programa de Inseminação Artificial (PIA), com acompanhamento sistemático de veterinário e técnico em práticas de manejo reprodutivo e adequação de instalações e sanidade alimentar do rebanho;
- Programa Alternativo Municipal, que tem como objetivo encaminhar jovens e adolescentes, e dar a eles uma chance de um futuro digno. O programa dispõe de 25 vagas distribuídas entre os períodos da manhã e da tarde, atendendo jovens e adolescentes (do sexo masculino) entre 12 e 17 anos.

Oferta educação escolar com direito a merenda e reforço; desenvolve atividades extraclasse com a finalidade de socialização e profissionalização dos alunos envolvidos como jardinagem, horticultura, iniciação de informática, fabricação e comercialização de sacolas plásticas, artesanato com material reciclado, diversas palestras, introdução à música, esporte e lazer (tênis de mesa, futebol, basquete, vôlei e outros);

- Programa Terra Fértil, que atende parte da demanda de insumos agropecuários de agricultores e familiares do Município, sendo na sua maioria pequenos e micro produtores, com acesso ao insumo a um preço subsidiado. O programa visa contribuir para o aumento da produtividade agrícola e pecuária, através da melhoria da condução técnica das lavouras e criações devido ao uso racional de insumos agropecuários, contribui também para o manejo adequado do solo, com emprego de corretivos de acidez e de fertilidade, proporcionando maior cobertura do solo durante o cultivo;
- Programa de Aquisição de Alimentos que ajuda o produtor rural com a aquisição dos produtos agrícolas para reforço da merenda das escolas, creches municipais e entidades socioassistenciais;
- Programa Jovem Jardineiro, proposta de capacitação para adolescentes com idade entre 16 e 17 anos e 11 meses, podendo ser ou não aluno do projeto alternativo, buscando a profissionalização de no mínimo quatro jovens por ano, com remuneração e uma bolsa de estágio para os participantes. Quando o jovem for aluno do projeto, a capacitação será inserida entre as atividades já desenvolvidas na unidade. Este projeto é uma oportunidade de ganho real dentro da realidade do Município, valorizando o seu desempenho e autoestima.

Formação e Qualificação Profissional

A qualificação profissional é a preparação do cidadão através de uma formação profissional para que ele ou ela possa aprimorar suas habilidades para executar funções específicas demandadas pelo mercado de trabalho. A qualificação profissional não é uma formação completa. Ela é utilizada como complemento da educação formal podendo ser aplicada nos níveis básico, médio ou superior. A carga horária depende da necessidade de aprendizagem de cada pessoa.

Seu objetivo principal é a incorporação de conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, por meio de processos educativos desenvolvidos em diversas instâncias (escolas, sindicatos, empresas, associações).

A Administração Municipal investe na qualificação dos servidores quando oportuniza cursos específicos na área dos diversos setores, de acordo com as demandas solicitadas pelas secretarias municipais (cursos de atualizações, cursos específicos dos cargos dos servidores ou específicos da área), além de cursos como os do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Institucional (PRONATEC).

A Administração Municipal também oferece incentivos para a ampliação na formação profissional de seus funcionários, com: descontos e financiamentos em cursos para profissionais que pretendem se especializar, parceria através de bolsas com a FACO, além de vantagens na progressão para funcionários que se especializam na área trabalhada, assegurada no Plano de Cargos e Salários do funcionalismo público.

População em idade ativa (pia) e economicamente ativa (pea) e por tipo de domicílio e sexo – 2010

Tabela 10. Identificação da população - 2010

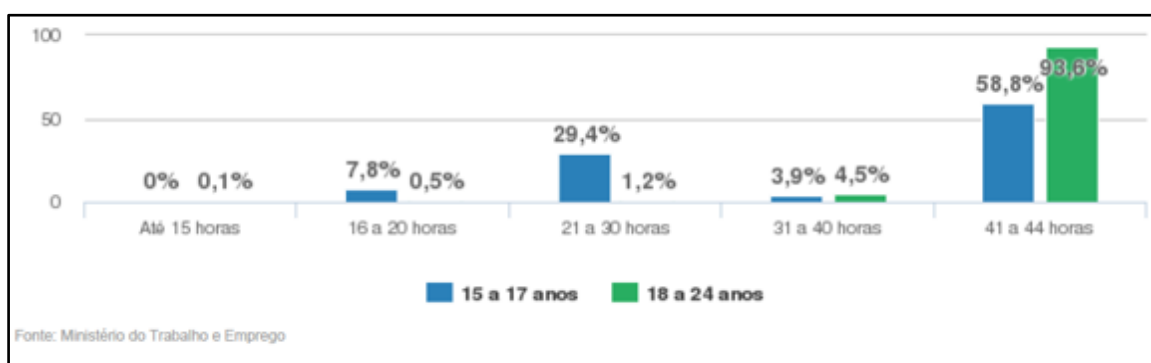
Tipo de domicílio	PIA (10 anos e mais)	PEA (10 anos e mais)	População Ocupada
Urbano	15.473	9.166	8.521

Rural	2.399	1.497	1.448
Sexo			
Masculino	8.737	6.242	6.001
Feminino	9.135	4.421	3.968
Total	17.872	10.663	9.969

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

NOTA: A soma das parcelas por sexo e/ou tipo de domicílio, podem diferir do total.

Gráfico 19. Percentual dos Trabalhadores Formais com idade entre 15 a 24 anos segundo as horas semanais trabalhadas - 2015

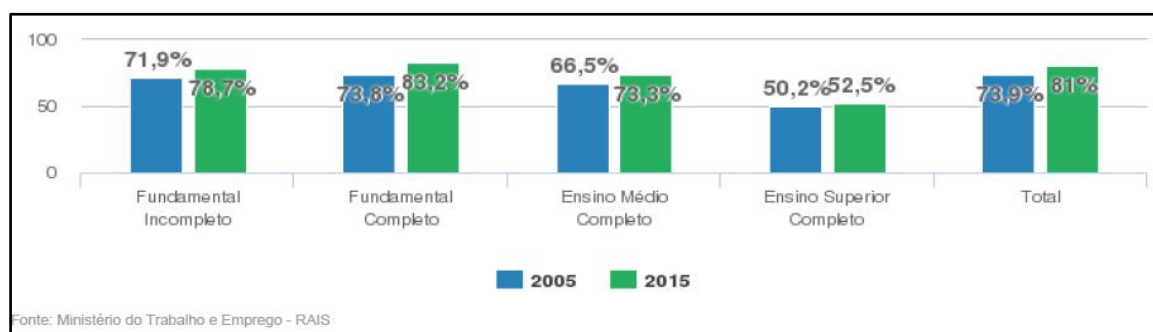


Muitos jovens preocupam-se em conciliar estudos e trabalho. Ao analisar os jovens de 15 a 17 anos que estavam trabalhando, percebe-se que, em 2.015, 58,8% deles trabalhavam de 41 a 44 horas semanais, o que pode influenciar negativamente nas horas disponíveis aos estudos. Quando analisada a faixa etária de 18 a 24 anos, esse percentual vai para 93,6%.

O rendimento médio mensal dos jovens de 15 a 17 anos era de R\$ 875,3, em 2.015, enquanto que entre jovens de 18 a 24 anos o rendimento era de R\$ 1.319,90.

- Taxa de trabalho formal (16 anos ou mais) – 9.969 (IBGE)
- IBGE= Pessoal Ocupado = 4.784
- Custo da sexta basca de alimentos – R\$126,36

Gráfico 20. Percentual do rendimento feminino em relação ao masculino segundo ocupação formal e escolarização - 2005/2015



Obs. Com relação à inserção no mercado de trabalho, havia menor representação das mulheres.

A participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 45,3% em 2.015. O percentual do rendimento feminino em relação ao masculino era de 81,0% em 2.015, independentemente da escolaridade. Entre os de nível superior, a desigualdade salarial aumenta: o percentual passa para 52,5%.

Tabela 11. População ocupada segundo as atividades econômicas - 2010

ATIVIDADES ECONÔMICAS (1)	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.947
Indústrias de transformação	1.954
Eletricidade e gás	135
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	79
Construção	842
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.237
Transporte, armazenagem e correio	322
Alojamento e alimentação	270
Informação e comunicação	57
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	72
Atividades profissionais, científicas e técnicas	200
Atividades administrativas e serviços complementares	154
Administração pública, defesa e seguridade social	626
Educação	378
Saúde humana e serviços sociais	282
Artes, cultura, esporte e recreação	20
Outras atividades de serviços	197
Serviços domésticos	672
Atividades mal especificadas	525
TOTAL	9.969

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra
(1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar 2.0).

Tabela 12. Número de estabelecimentos e emprego (RAIS) segundo as atividades econômicas - 2015

ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETORES E SUBSETORES DO IBGE(1))	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
INDÚSTRIA	51	1.750
Transformação	51	1.750
Produtos minerais não metálicos	1	4
Metalúrgica	9	17
Madeira e do mobiliário	8	64
Papel, papelão, editorial e gráfica	3	3
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústria diversa	1	3
matérias plásticas	1	3
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	11	149
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	17	1.507
CONSTRUÇÃO CIVIL	41	53
COMÉRCIO	199	771
Comércio varejista	192	666
Comércio atacadista	7	105
SERVIÇOS	141	1.345
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	10	50
auxiliar de atividade econômica	20	103
Transporte e comunicações	34	164
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	50	223
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	20	25
Ensino	5	43
Administração pública direta e indireta	2	737
pesca)	122	393
TOTAL	554	4.312
FONTE: MTE/RAIS		

NOTA: Posição em 31 de dezembro. O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada.

(1) INDÚSTRIA: extração de minerais; transformação; serviços industriais utilidade pública. TRANSFORMAÇÃO: minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; elétrico, comunicações; material transporte; madeira, mobiliário; papel, papelão, editorial, gráfica; borracha, fumo, couros, peles, similares, indústria diversa; química, farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas, matérias plásticas; têxtil, vestuário, artefatos tecidos; calçados, produtos alimentícios, bebidas, álcool etílico.

COMÉRCIO: varejista; atacadista. SERVIÇOS: instituições de crédito, seguros, capitalização; administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar atividade econômica; transporte e comunicações; serviços alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão, televisão; serviços médicos, odontológicos e veterinários; ensino; administração pública direta e indireta.

2.5 - Aspectos Culturais, Esportivo e Lazer

Feriados Municipais

Os feriados municipais são: dia 13 de maio - Padroeiro do Município 26 de agosto - data de emancipação do Município e 31 de outubro dia do evangélico.

Principais Eventos Culturais

Os principais eventos culturais que acontecem anualmente no Município são: Carnaval Popular; Festa das Nações; Mostra de Talentos Musicais do Município; Exposição de Telas dos Artistas Plásticos do Município; Exposição das Artes Manuais – Feira do Artesanato; Passeio Ciclístico; Corrida Rústica; Encontro de Reliqueiros (carros antigos); Encontro de Diversificação Agrícola; Dia do Pioneiro; Cavalgada; Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla – APAE (Associação de Pais, Mestres e Amigos dos Excepcionais); Campeonato Municipal de Futsal; Circuito Regional de Xadrez Escolar; Festival de Música Sertaneja; Festival de Hip Hop e Apresentação da Folia de Reis Silvério do Carmo.

Os principais locais utilizados para a realização destes eventos são: Capelas, Praças Públicas, Centro Cultural Cesar Souza Rego, Centro Comunitário de Eventos Luiz Dechiche e Ginásio de Esportes Francisco de Assis.

Principais Esportes Praticados

As modalidades esportivas mais praticadas no Município são: Futebol de Campo; Futsal Masculino e Feminino; Handebol Feminino; Atletismo Masculino e Feminino; Ginástica Rítmica e parcerias com Tênis de Mesa e Xadrez.

Principais Estabelecimentos Socioculturais

Os principais estabelecimentos socioculturais do Município são: Museu Dr. Carlos dos Anjos; Biblioteca Municipal Monteiro Lobato; Centro Cultural Cesar Souza Rego e Capela Imaculada Conceição (mais de meio século).

Figura 15. Museu Dr. Carlos dos Anjos
Fonte: Prefeitura Municipal, 2015.



Principais Esportes Praticados

As modalidades esportivas mais praticadas no Município são: Futebol de Campo; Futsal Masculino e Feminino; Handebol Feminino; Atletismo Masculino e Feminino; Ginástica Rítmica e parcerias com Tênis de Mesa e Xadrez. O Público atendido são crianças, jovens e adultos

Principais eventos:

Os principais locais utilizados para a realização de eventos são: Capelas, Praças Públicas, Centro Cultural Cesar Souza Rego, Centro Comunitário de Eventos Luiz Dechiche e Ginásio de Esportes Francisco de Assis.

Principais Estabelecimentos Socioculturais

Os principais estabelecimentos socioculturais do Município são: Museu Dr. Carlos dos Anjos; Biblioteca Municipal Monteiro Lobato; Centro Cultural Cesar Souza Rego e Capela Imaculada Conceição (mais de meio século).

Sítio Paleontológico

Em junho de 2011, quando pesquisava material para um livro sobre museus e fósseis na região Sul do País, o geólogo gaúcho Paulo Cesar Manzig descobriu um fóssil “esquecido” em uma gaveta na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Este fóssil, que posteriormente foi confirmado como de um Pteurossauro, havia sido encontrado em 1971, pelo agricultor Alexandre Gustavo Dobruski (falecido em 1986) em Cruzeiro do Oeste e encaminhado à UEPG, em 1975.

Diante desta descoberta, também em 2011, foi firmado convênio de cooperação técnica e científica entre a Universidade do Contestado (UnC), de Mafra (SC) e o Município de Cruzeiro, com projeto de pesquisas autorizado pela autoridade federal do setor. Desde então, especialistas do Centro de Paleontologia (Cenpáleo) da UnC têm visitado o sítio paleontológico regularmente para coleta de material. Desta forma, Cruzeiro do Oeste teve a sua inclusão no seleto clube dos locais que são alvo do interesse de pesquisadores e cientistas e com enorme repercussão no aspecto turístico.

Para a realização de escavação e recolhimento dos materiais, foi obtida uma autorização junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em Brasília, pois fósseis são considerados patrimônio da União e só podem ser guardados por instituições de ensino superior, museus e centros de pesquisas afins. Para o coordenador do Cenpáleo, Dr. Luiz Carlos Weinschütz, este trabalho vem projetar o Cenpáleo/UnC nos mais altos patamares da Paleontologia Nacional, pois trata-se de uma descoberta inédita, pois Pterossauros no Brasil só eram conhecidos no Nordeste.

O material coletado encontra-se depositado nos laboratórios do Cenpáleo e está sendo preparado para posterior identificação, em conjunto com a UEPG, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), e exposição ao público

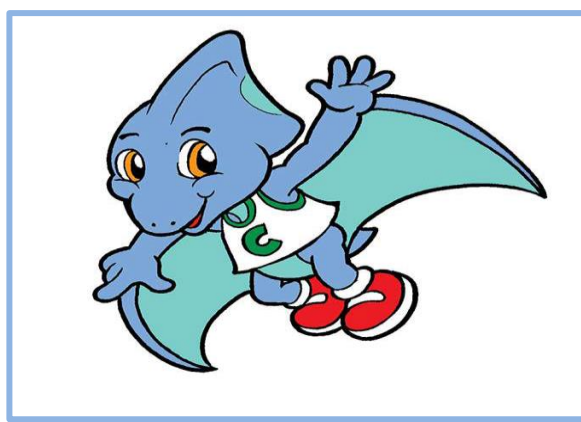
Figura 16. Sítio Paleontológico de Cruzeiro do Oeste



Com a descoberta do Sítio Paleontológico, a Administração Municipal criou um personagem para representar o fóssil descoberto. Para a escolha do nome do personagem, novo mascote do Município, foi lançado em 2014, um concurso cultural. A partir de milhares de sugestões apresentadas, optou-se pelo nome de “Cruzeirito”, de autoria de Gabriel Lautentino Fernandes, aluno do 3º ano do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Emiliano Pernetá.

Figura 17. Mascote “Cruzeirito”

Fonte: Prefeitura Municipal, 2015.



2.6 - Aspectos Habitacionais e Urbanístico

O direito a cidades sustentáveis é entendido, de acordo com a política nacional de desenvolvimento urbano - Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) - como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Dessa forma a infraestrutura urbana básica, constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação, são elementos essenciais para a qualidade de vida nas cidades e à garantia da moradia digna, contribuindo para a promoção da saúde e do bem-estar dos cidadãos.

Os indicadores da generalidade do atendimento desses equipamentos de infraestrutura são uma importante ferramenta para a compreensão das principais demandas municipais, no tocante a serviços essenciais, e para o aprimoramento da gestão e do planejamento municipal

Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

Estar Regular, significa que o ente cumpriu as exigências do SNHIS até o momento e pode receber desembolsos de contratos já firmados e também pleitear novos recursos.

Estar Pendente, impede o ente de receber desembolsos de contratos já firmados e também pleitear novos recursos.

As datas existentes na coluna Termo de Adesão, correspondem a data de publicação dos Termos de Adesão ao SNHIS dos entes federados no Diário Oficial da União.

As datas existentes nas colunas Lei de Criação do Fundo, Lei de Criação do Conselho e Plano Habitacional, correspondem as datas de entrega dos referidos documentos à CEF/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017.

Fonte: Ministério das Cidades.

Situação do Município	REGULAR			
Termo de Adesão	11/07/2007	Lei de criação do Fundo	13/11/2012	Lei de criação do Conselho
			13/11/2012	Plano Habitacional
				22/03/2011

Na área rural por meio do Programa Estadual Morar Bem Paraná Rural – PNHR, o município construiu 13 casas todas com fossas sépticas, as quais foram entregues em agosto/2014, melhorando assim a qualidade de vida dos pequenos agricultores.

Figura 18. Casas rurais



2.7 - Aspectos Educacionais

O Sistema Educacional Brasileiro compreende três etapas da Educação Básica: a educação infantil (para crianças de zero a 5 anos), o ensino fundamental (para alunos de 6 a 14 anos) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos). Municípios e estados devem trabalhar de forma articulada para oferecer o ensino fundamental. Já o ensino médio, com duração de três anos, é de responsabilidade dos estados.

O ensino fundamental é obrigatório. Isso significa que toda criança e adolescente entre 6 e 14 anos deve estar na escola, sendo obrigação do Estado oferecer o ensino fundamental de forma gratuita e universal, conforme Lei Federal, nº 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Atualmente (2015), 17 instituições educacionais ofertam a Educação Básica no Município e três a Educação Superior:

- na rede municipal, quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) atendem especificamente a Educação Infantil e seis escolas atendem a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental;
- na rede estadual, quatro instituições ofertam os anos finais do Ensino Fundamental e duas, além do Ensino Fundamental, o Ensino Médio;

- na rede privada, duas escolas ofertam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental regular, uma oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, na modalidade de Educação Especial e três instituições, a Educação Superior.

Órgão Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, localiza-se em espaço próprio desde 2003, situada no centro da cidade, no piso superior do prédio do Banco do Brasil. O prédio possui espaço físico inadequado à acessibilidade dos portadores de necessidades especiais, apresentando dificuldades de acesso ao depósito de materiais e merenda escolar.

A Secretaria possui uma sala de reuniões com capacidade para 70 pessoas equipada com quadro-de-giz, multimídia e tela para projeção, aberta a outras secretarias através de agendamento.

Tabela 13. Instituições de ensino existentes no Município, 2015

Instituição de Ensino	Rede de Ensino	Localização
Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho dos Anjos	Municipal	Bairro
Centro Municipal de Educação Infantil Casinha Feliz	Municipal	Distrito
Centro Municipal de Educação Infantil Lions Clube	Municipal	Bairro
Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar	Municipal	Bairro
Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe	Municipal	Bairro
Centro Universitário Tupy – Unisociesc	Privada	Sede
Colégio Estadual Almirante Tamandaré – Ensino Fundamental, Médio e Profissional	Estadual	Bairro
Colégio Estadual Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal	Estadual	Bairro
Colégio Estadual Cruzeiro do Oeste – Ensino Fundamental e Médio	Estadual	Sede
Escola Estadual do Campo São Silvestre – Ensino Fundamental	Estadual	Distrito
Escola de Educação Especial Irmã Ana Tomczack – Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial	Particular	Bairro
Escola Mundo Encantado – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Particular	Sede
Escola Municipal Amaral Fontoura – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro

Escola Municipal Nísia Floresta – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Sede
Escola Municipal de Educação Integral Emiliano Pernetá – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro
Escola Municipal Professora Rosimeri Ortiz Consalter – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Distrito
Escola Municipal de Educação Integral Rocha Pombo – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro
Escola Municipal de Educação Integral Tasso da Silveira – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro
Escola Vicentina Nossa Senhora de Fátima – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Particular	Sede
Faculdade Cruzeiro do Oeste – FACO	Particular	Bairro
Universidade Aberta do Brasil - UAB	Particular	Bairro

Fonte: Setor administrativo das instituições de ensino, 2015.

A infraestrutura das instituições de ensino da rede municipal que atendem especificamente a Educação Infantil, apresentam uma infraestrutura adequada. Nas demais instituições municipais que atendem a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, a infraestrutura pode ser considerada satisfatória, pois todas as escolas foram reformadas e/ou ampliadas, necessitando apenas de algumas adequações.

A infraestrutura das instituições da rede estadual de ensino e das instituições da rede privada, de forma geral, também pode ser considerada satisfatória.

Indicadores Educacionais

Para que haja a universalização da conclusão da educação básica, é necessário criar mecanismos para diminuir as taxas de repetência e evasão e aumentar as de conclusão ao longo de um período de tempo.

Qualquer política de melhoria da qualidade da educação básica tem que contemplar dois aspectos simultaneamente: o aluno deve aprender e passar de ano.

Os dados da Tabela 14 mostram a evolução do rendimento e o movimento escolar dos alunos do ensino fundamental no período de 2011 a 2014, em cada rede de ensino.

Tabela 14. Rendimento e Movimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão) no Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014

Rede de Ensino	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Municipal	95%	5%	--	95%	4%	1%	94%	6%	--	94%	5%	1%
Estadual	93%	5%	2%	88%	9%	3%	95%	4%	1%	95%	3%	2%
Privada	95%	5%	--	93%	7%	--	97%	3%	--	97%	3%	--

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.
 Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

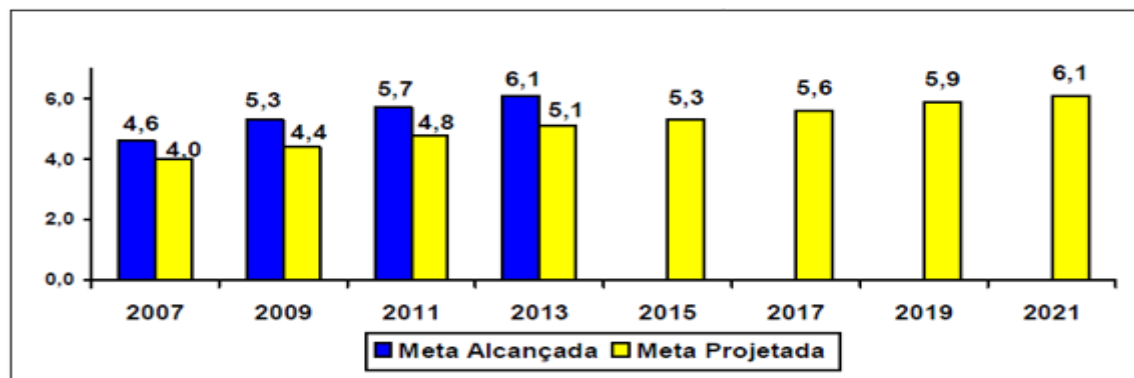
O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e a Prova Brasil.

O índice foi criado em 2007 e tem divulgação de forma bienal. Foram fixadas metas até o ano de 2021, no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, eixo do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), implementado pelo Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007.

Fonte: MEC / INEP.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), as instituições de ensino, tanto da rede municipal como estadual, conseguiram superar em 2013, as metas projetadas em 19,6% e 13,3%, respectivamente, como mostram os dados dos gráficos a seguir.

Gráfico 21. IDEB da rede pública – anos iniciais, 2007-2021



Fonte: PME/2015

Gráfico 22. IDEB da rede pública – anos finais, 2007-2021

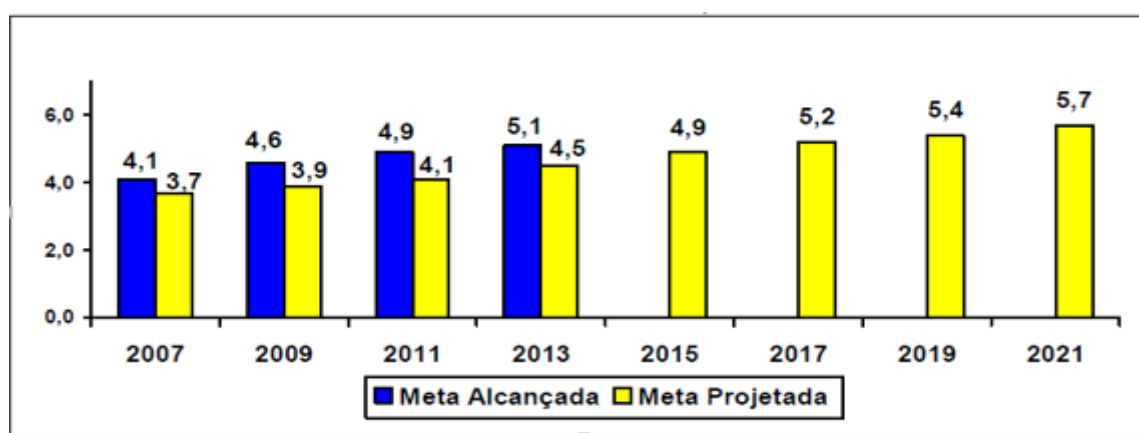


Tabela 15. IDEB's observados e metas projetadas para as instituições públicas que ofertam o Ensino Fundamental, 2007 – 2021

Instituição de ensino	IDEB Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EM Amaral Fontoura	4.3	4.7	5.4	5.1	6.3	4.4	4.7	5.1	5.4	5.6	5.9	6.2	6.4
EM Emiliano Perneta	4.2	5.1	5.6	6.0	6.5	4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.4
EM Nísia Floresta	4.3	4.9	5.5	6.6	6.2	4.4	4.7	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4
EM Rocha Pombo	---	---	4.9	5.6	---	---	---	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2	6.5
EM Tasso da Silveira	3.1	4.1	5.0	5.0	5.3	3.2	3.5	4.0	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4
Colégio Estadual Almirante Tamandaré	3.6	3.8	4.8	4.9	5.0	3.6	3.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6
Colégio Estadual de Cruzeiro do Oeste	3.8	4.4	4.3	4.9	5.1	3.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8
Escola Estadual São Silvestre	---	---	4.0	---	---	---	---	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3	5.6

Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em dezembro de 2014).
Legenda: EM – Escola Municipal.

Gráfico 23. IDEB – Rede Pública – anos iniciais

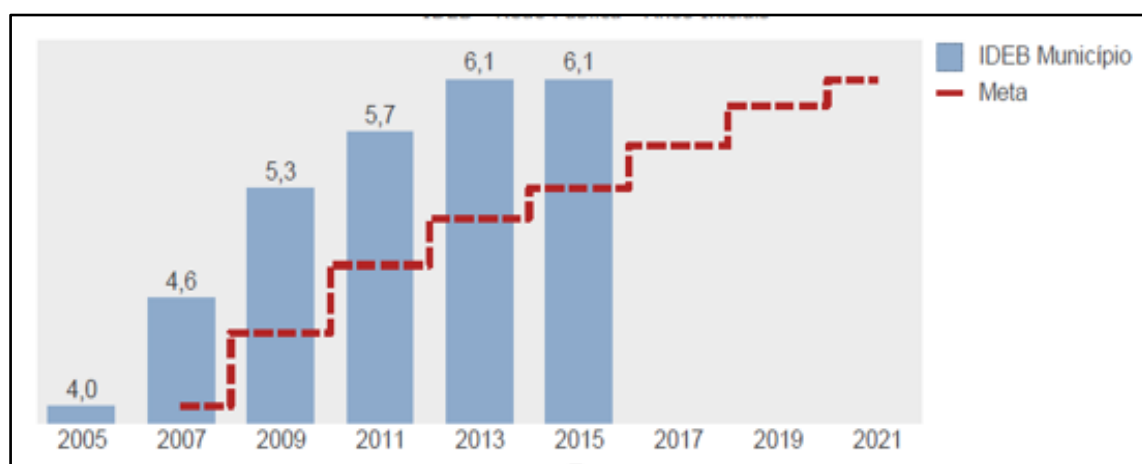


Gráfico 24. IDEB – Rede Pública – anos finais

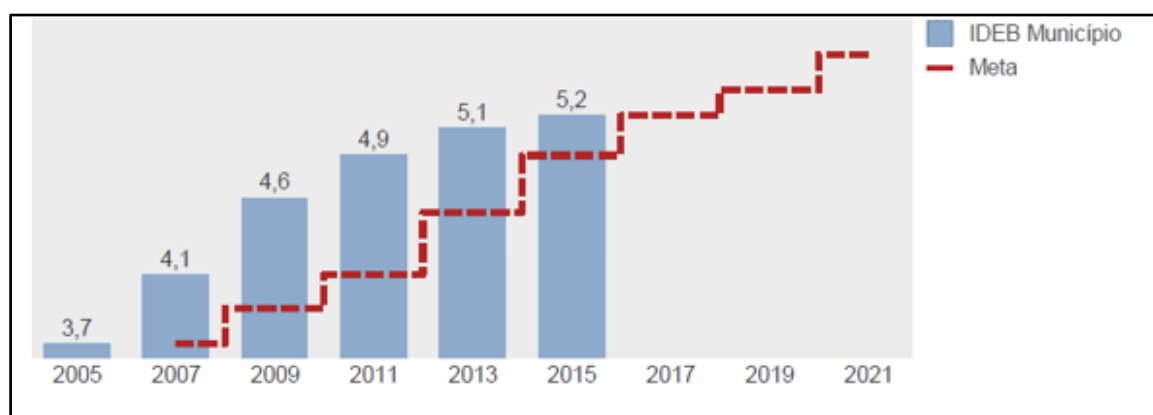


Tabela 16. Taxa de Analfabetismo segundo faixa etária – 2010

FAIXA ETÁRIA (anos)	TAXA (%)
De 15 ou mais	12,56
De 15 a 19	1,05
De 20 a 24	1,88
De 25 a 29	1,96
De 30 a 39	5,34
De 40 a 49	9,52
De 50 e mais	28,63
FONTE: IBGE - Censo Demográfico	

NOTA: Foi considerado como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que

apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram.

Educação Infantil

Atendimento

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é ofertada no município de Cruzeiro do Oeste, por doze instituições de ensino, nove da rede municipal de ensino e duas da rede particular.

Na rede municipal de ensino, todas as crianças da faixa etária de zero a três anos de idade encontram-se matriculas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

Tabela 17. Instituições de Ensino que ofertam a Educação Infantil, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos por faixa etária		Turnos
	0 a 3 anos	4 a 5 anos	
CMEI Cantinho dos Anjos	120	---	Integral
CMEI Casinha Feliz	24	13	Integral
CMEI Lions Clube	61	24	Integral
CMEI Pequeno Polegar	169	48	Integral
CMEI Pequeno Príncipe	109	----	Integral
Escola Nossa Senhora de Fátima	34	32	M/V/I
Escola Mundo Encantado	74	68	M/V/I
Escola Municipal Amaral Fontoura	--	73	M/V
Escola Municipal Emiliano Pernetá	---	33	Integral
Escola Municipal Nísia Floresta	---	98	M/V
Escola Municipal Rocha Pombo	----	35	Integral
Escola Municipal Tasso da Silveira	---	50	Integral

Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais

De acordo com os dados do IBGE, o Município possui aproximadamente 20.418 mil habitantes, destes, 2.564 são considerados analfabetos ou semianalfabetos. Fonte P.M.E/Cruzeiro do Oeste.

Programas suplementares

Dinheiro Direto na Escola: criado em 1995, o Programa consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse. A gestão e prestação de contas dos recursos são realizadas pela direção e Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) de cada instituição.

Programa Mais Educação: instituído pela Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, e regulamentado pelo Decreto 7.083, de 27 de janeiro de 2010, com a finalidade de contribuir para a melhoria da aprendizagem, por meio da ampliação do tempo diário de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública. Trata-se da estratégia indutora para se constituir a jornada escolar com a duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno da educação básica permanece na escola ou em atividades escolares. É operacionalizado por meio do PDDE e atende, prioritariamente, escolas com percentual igual ou superior a 50% de estudantes participantes do Programa Bolsa Família, conforme ações de acesso aos serviços públicos do Programa Brasil Sem Miséria. Em 28 de agosto de 2014, a Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter foi contemplada pelo programa, beneficiando 40 crianças com a oferta de atividades complementares de Música, Dança, Informática Educacional e Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa e Matemática

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): visa prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio de acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários. É executado em ciclos trienais alternados. A cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino e repõe e complementa os livros reutilizáveis para outras etapas.

Cada escola escolhe democraticamente, dentre os livros constantes no Guia do Livro Didático, levando em conta seu planejamento pedagógico. A última escolha do livro didático em Cruzeiro do Oeste ocorreu em 2012, sendo contemplados 1.324 alunos das escolas de ensino fundamental - anos iniciais - da rede municipal de ensino assim distribuídos:

- Escola Municipal Amaral Fontoura: 267 alunos;
- Escola Municipal Emiliano Perneta: 196 alunos;
- Escola Municipal Nísia Floresta: 303 alunos;
- Escola Municipal Rocha Pombo: 148 alunos;
- Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter: 65 alunos;
- Escola Municipal Tasso da Silveira: 345 alunos.

Programa Saúde na Escola (PSE): visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população. Tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Oeste:

- Número de equipes de atenção básica selecionadas: 05;
- Cobertura das equipes de atenção básica no PSE: 5.000;
- Alunos beneficiados pelo programa no total: 1.787;
- Ações desenvolvidas: avaliação antropométrica; avaliação saúde bucal; avaliação saúde ocular; certificação da situação vacinal; promoção da segurança alimentar e promoção da alimentação saudável; promoção da cultura de paz e direitos humanos; saúde e prevenção nas escolas;
- Estabelecimentos contemplados para receber os Sachês NutriSUS (sachê contendo uma mistura de vitaminas e minerais em pó): Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho dos Anjos - 98 crianças / 5.880 Sachês; Centro Municipal de Educação Infantil Lions Clube - 100 crianças / 6.000 Sachês; Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar - 146 crianças / 8.760 Sachês;
- Alunos contemplados pelo programa por instituição:
- Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho dos Anjos: 98 crianças;

- Centro Municipal de Educação Infantil Lions Clube: 100 crianças;
- Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar: 178 crianças;
- Escola Municipal Amaral Fontoura: 317 alunos;
- Escola Municipal Emiliano Pernetá: 157 alunos;
- Escola Municipal Nísia Floresta: 364 alunos;
- Escola Municipal Rocha Pombo: 129 alunos;
- Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter: 63 alunos;
- Escola Municipal Tasso da Silveira: 333 alunos;
- Escola Estadual São Silvestre: 48 alunos.

Programa Bolsa Família: programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação brasileiros com renda familiar per capita inferior a 70 reais mensais.

Em Cruzeiro do Oeste, são 527 alunos beneficiados pelo programa, distribuídos em 13 escolas no âmbito estadual, municipal e particular. São realizadas ações de acompanhamento da frequência escolar pelos estabelecimentos de ensino e encaminhamento dos casos que não atingem a porcentagem de frequência definida pelo programa para lançamento no sistema por um profissional responsável na Secretaria Municipal de Educação.

Programa Brasil Carinhoso: consiste na transferência automática de recursos financeiros em parcela única para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de unidade integral, segurança alimentar e nutricional, garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. Voltado para a primeira infância, uma de suas vertentes é expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 a 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas. O montante do recurso é calculado com base em 50% do valor mínimo por matrícula em creche pública ou conveniada, em período integral e parcial, definido para o FUNDEB. Inserido no programa desde 2012, o município de Cruzeiro do Oeste recebeu em 2014, R\$112.907,12 referente a 76 matrículas novas beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE): contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. Em 2017, estão sendo atendidos no Município, 2.059 alunos, distribuídos da seguinte forma:

- Creche integral: 492
- Pré-Escolar parcial: 194
- Pré-Escolar integral: 255
- Fundamental – parcial: 587
- Fundamental – integral: 503
- Atendimento Educação Especial: 328

Figura 19. Merenda rede municipal de ensino



Aquisição de mais 30% do valor recebido do PNAE com gêneros provenientes da agricultura familiar desde 2005, melhorando assim a qualidade da merenda e contribuindo para a educação nutricional dos educandos

Tabela 18. Valores gasto PNAE - 2015

VALORES E ANO	2005	2010	2015
VALOR RECEBIDO DO PNAE (PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR)*	R\$ 85.636,80	R\$ 159.360,00	R\$ 284.360,00
RECURSOS FINANCEIROS GASTOS COM AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (EXCETO CONTRAPARTIDA)**	----	R\$ 55.424,50	até 27/10/15 R\$ 120.814,31
% DE AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM RECURSO DO PNAE.	----	35%	43%
Número de alunos atendidos pelo PNAE.***	2.220 (sem Creches)	2.012	2.021

*Fonte: FNDE.

**Fonte: Contabilidade, Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste.

***Fonte: SERE.

Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE): objetiva garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público, residentes na área rural que utilizam transporte escolar, por meio de assistência financeira, aos estados, Distrito Federal e municípios em nove parcelas (março a novembro), tendo como base o quantitativo de alunos da zona rural transportados e informados no censo escolar. Estão sendo atendidos em Cruzeiro do Oeste, 367 alunos, de acordo com os dados do Censo Escolar de 2014.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): acordo implementado em 2012, entre governo federal, estados, municípios e instituições, tendo como principal desafio garantir que todas as crianças brasileiras até oito anos sejam alfabetizadas plenamente. O Pacto é uma ação de Formação Continuada realizada por parceria entre o MEC, uma rede de universidades públicas federais, as redes estaduais e municipais e os professores alfabetizadores. A qualificação dos docentes alfabetizadores tem duração de 120 horas por ano, com metodologia que propõe estudos e atividades práticas. Os encontros são conduzidos por orientadores de estudos, que são professores da rede pública a que os alfabetizadores estão vinculados

O município de Cruzeiro do Oeste aderiu ao programa no final de 2012, contemplando professores da rede municipal que atuam de 1º ao 3º ano – ciclo de alfabetização, por meio da assessoria da UEM, coordenação de um profissional da Secretaria Municipal de Educação e orientação de uma professora alfabetizadora da rede municipal de ensino. Em 2013, foram beneficiados com formação em Letramento, 35 professores alfabetizadores da rede municipal de ensino. Em 2014, com formação em Matemática, 23 professores alfabetizadores da rede municipal de ensino. Em 2015, está prevista formação para as demais áreas do conhecimento de forma integrada contemplando os professores inseridos no ciclo de alfabetização Programa Benefício da Prestação Continuada (BPC) na Escola - Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola dos Beneficiários do Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social: criado pela Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, tem como objetivo

desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiários do BPC, com a participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Tem como principal diretriz a identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e do desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as políticas de educação, de assistência social, de saúde e de direitos humanos, com vistas à superação dessas barreiras. No Município são beneficiados pelo programa 38 alunos.

Agrinho: é o maior programa de responsabilidade social do Sistema da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), resultado da parceria entre o SENAR, FAEP, o governo do Estado do Paraná, mediante as Secretarias de Estado da Educação, da Justiça e da Cidadania, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Agricultura e do Abastecimento, os municípios paranaenses e diversas empresas e instituições públicas e privadas. Todos os anos, o município de Cruzeiro do Oeste participa deste programa. Foram beneficiados em 2014, todos os alunos das escolas municipais de ensino fundamental e da rede privada.

Projetos em andamento: Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD): convênio celebrado a partir do ano de 2013, sendo renovado a cada ano, entre o Estado do Paraná, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, por intermédio da Polícia Militar do Paraná e o município de Cruzeiro do Oeste, para cooperação técnica e pedagógica, visando à continuidade e viabilização do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, para os quintos anos das escolas da rede de ensino fundamental do Município, sob a coordenação conjunta entre Secretaria Municipal de Educação, coordenação estadual do PROERD, Comando de Companhia e Pelotão/ Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária local.

Sistema Aprende Brasil / Positivo: aquisição de material didático que compõe o Sistema de Ensino Aprende Brasil a partir do ano de 2013, na educação infantil e ampliação gradativa no ensino fundamental – anos iniciais até 2017. O

Sistema é composto por Livros Didáticos Integrados, Portal Aprende Brasil, acompanhamento e assessoramento pedagógico e Sistema de Gestão das Informações Educacionais. Esta ação visa promover a melhoria da qualidade do ensino municipal e o acesso e igualdade de oportunidades para a educação básica da rede municipal.

Curso de capacitação

As merendeiras recebem continuamente cursos de capacitação para se aprimorarem e colaborarem ainda mais com a educação nutricional e segurança alimentar no ambiente escolar, pois o objetivo é oferecer não somente uma alimentação adequada e segura para os alunos e sim oferecer saúde por meio da prevenção e uma melhor qualidade de vida para a população de Cruzeiro do Oeste no futuro.

Figura 20. Cursos realizado em educação alimentar



Foram adquiridos para as cozinhas das escolas e centros de educação infantil, termômetros tipo espeto digital, próprio para utilização culinária, para aferir a

temperatura de alimentos in natura e preparados, a fim de garantir a qualidade dos mesmos na hora do manuseio.

Figura 21. Instrumentos recebidos



Foram implantadas 06 planilhas para controle e monitoramento da qualidade da Merenda Escolar entre elas: Higiene pessoal e Saúde, Higiene de Utensílios, mobiliários e instalações, Higiene Ambiental, Temperatura no recebimento de Perecíveis, Controle de Pragas e Temperatura de equipamentos. As merendeiras e auxiliares foram capacitadas em curso para o preenchimento diário destas planilhas.

Figura 22. Implantação de planilhas - capacitação de merendeiras



Com o intuito de melhorar ainda mais a qualidade da merenda Escolar, foi licitado e implantado mais um alimento de excelente qualidade nutricional para enriquecer a alimentação de nossas crianças, a polpa de peixe (tilápia – 1ª qualidade) com realização de teste de aceitação em todas as Escolas, totalizando o percentual de 84% de aceitação geral nas receitas. As merendeiras

e auxiliares foram capacitadas com receitas criativas e saudáveis para a utilização deste alimento na Merenda.

Figura 23. Curso de capacitação as merendeiras



Palestra com tema Educação Nutricional em todas as escolas, também para a EJA e Pais de Adultos.

Figura 24. Escola – Rosimeri Ortiz



Figura 25. Escola - Amaral Fontoura



Figura 26. EJA - Amaral Fontoura



No ano de 2013 e 2015 foram entregues para as merendeiras e auxiliares uma camiseta personalizada para a Alimentação Escolar.

Figura 27. Entrega de uniformes merendeiras e auxiliares



2.8 - Aspectos de Saúde

A União é o principal financiador da saúde pública no país. Historicamente, metade dos gastos é feita pelo governo federal, a outra metade fica por conta dos estados e municípios. A União formula políticas nacionais, mas a implementação é feita por seus parceiros (estados, municípios, ONGs e iniciativa privada).

O município é o principal responsável pela saúde pública de sua população. A partir do Pacto pela Saúde, assinado em 2006, o gestor municipal passa a assumir imediata ou paulatinamente a plenitude da gestão das ações e serviços de saúde oferecidos em seu território.

Quando o município não possui todos os serviços de saúde, ele pactua com as demais cidades de sua região a forma de atendimento integral à saúde de sua população. Esse pacto também deve passar pela negociação com o gestor estadual.

Equipes e Cobertura da Estratégia de Saúde da Família

Referência: fevereiro de 2017.

O município possui população para cálculo de PAB-Fixo (Faixa 2 - 26,00 per capita) de 21.197 habitantes, corresponde a R\$ 44.299,67 de repasse mensal. Apresenta cobertura de Atenção Básica de 100,00%, considerando Estratégia Saúde da Família com cobertura de 100,00%.

Parâmetro de cobertura utilizado na PNAB, IDSUS e COAP, que consideram população de 3.000/hab./equipe, sendo que para equipes organizadas de outras formas, considera-se a carga horária médica na Atenção Básica de 60h/semanais para 3.000 hab.

Tabela 19. Situação da implantação das equipes de saúde da família e agentes comunitário de saúde

Equipes	Teto	Credenciado	Implantado	Valor Mensal do Repasse
eSF	10	8	8	57.040,00
ACS	51	48	48	48.672,00

Fonte – Secretaria Municipal de Saúde

Os incentivos mensais de custeio para a Equipe de Saúde da Família são: modalidade I R\$ 10.695,00 (dez mil e seiscentos e noventa e cinco reais), modalidade II R\$ 7.130,00 (sete mil e cento e trinta reais) e equipes com profissionais médicos integrantes de programas nacionais de provimento e fixação em áreas de difícil acesso e/ou de populações de maior vulnerabilidade econômica ou social - Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica/PROVAB e Programa Mais Médicos R\$ 14.482,93 (quatorze mil reais) sendo R\$ 10.482,93 para a bolsa do médico e R\$ 4.000,00 fundo a fundo para o

município. A Equipe Ribeirinha recebe o mesmo valor da Modalidade I + custeio de logística de ¼ da modalidade I por unidade de apoio e/ou embarcação vinculada (sendo no máximo 4 de cada) + custeio da equipe ampliada de acordo com o número de profissionais agregados. A UBS Fluvial recebe custeio de R\$80.000,00 ou R\$ 90.000,00 c/ Saúde Bucal + custeio de logística de ¼ da modalidade I por unidade de apoio e/ou embarcação vinculada (sendo no máximo 4 de cada) + custeio da equipe ampliada de acordo com o número de profissionais agregados. Para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) é repassado incentivo de R\$ 1.014,00 (hum mil e quatorze reais) a cada mês, sendo que no último trimestre de cada ano será repassada uma parcela extra, calculada com base no número de ACS registrados no cadastro de equipes e profissionais do Sistema de Informação definido para este fim, no mês de agosto do ano vigente.

Núcleo de Apoio à Saúde da Família.

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) são equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com as equipes de Saúde da Família (eSF), as equipes de atenção básica para populações específicas (Consultórios na Rua - eCR, equipes ribeirinhas - ESFR e fluviais- eSFF) e com o Programa Academia da Saúde. Os NASF têm como objetivo apoiar a consolidação da Atenção Básica no Brasil, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços, assim como a resolutividade e a abrangência das ações. São regulamentados pela Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, e complementados pela Portaria nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012.

Tabela 20. Situação da implantação de núcleo de apoio a saúde da família (NASF)

	Tipo	Credenciado	Implantado	Valor mensal do repasse
NASF	I	1	1	20.000,00

Fonte – Secretaria Municipal de Saúde

Obs: O parâmetro de teto do NASF é calculado a partir do número de eSF credenciadas. Os NASF podem ser organizados em três modalidades definidas de acordo com o número de eSF e/ou eAB para populações específicas (eCR,

eSFR e eSFF) e recebem os seguintes incentivos: NASF 1 (5 a 9 eSF e/ou eAB) - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); NASF 2 (3 a 4 eSF e/ou eAB) - R\$ 12.000,00 (doze mil reais); NASF 3 (1 a 2 eSF e/ou eAB) - R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Brasil Sorridente - Ações de Saúde Bucal

O Brasil Sorridente - Política Nacional de Saúde Bucal - é o programa que visa desenvolver ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal através de uma série de ações para ampliação do acesso ao tratamento odontológico no Sistema Único de Saúde (SUS).

O município de CRUZEIRO DO OESTE apresenta cobertura de Saúde Bucal de 80,70 %. Se considerada somente a Estratégia Saúde da Família tem-se uma cobertura de 48,83 %.

Tabela 21. Situação atual da implantação das equipes de saúde bucal

Equipes	Teto	Credenciado	Implantado	Valor mensal do repasse
eSB - I	10	2	1	2.230,00
eSB - II		2	2	5.960,00

Fonte - Secretaria Municipal de Saúde

Os incentivos mensais de custeio são: equipe de Saúde Bucal - modalidade I R\$ 2.230,00 (dois mil e duzentos e trinta reais) e modalidade II R\$ 2.980,00 (dois mil, novecentos e oitenta reais). Fazem jus a 50% a mais sobre os valores mensais de custeio as eSB dos Municípios constantes do anexo I a Portaria nº 822/GM/MS, de 17/04/2006, e as eSB dos Municípios constantes no anexo da Portaria nº 90/GM/MS, de 17/01/2008, que atendam a populações residentes em assentamentos ou remanescentes de quilombos, respeitando o número máximo de equipes definido também na Portaria nº 90/GM/MS, de 17 de janeiro de 2008.

Consultório Odontológico

O Município se credenciou e conseguiu a habilitação do Centro de Especialidades Odontológico tipo II (CEO TIPO II) através da portaria n 708 de 09 de março de 2017.

Laboratórios Regionais de Prótese Dentária

O LRPD é um estabelecimento que realiza o serviço de prótese dentária total, prótese dentária parcial removível e/ou prótese coronária/intrarradiculares e fixas/adesivas.

Município com qualquer base populacional pode ter o LRPD e não há restrição quanto sua natureza jurídica, ou seja, a Secretaria Municipal/Estadual de Saúde pode optar por ter um estabelecimento próprio (público) ou contratar a prestação do serviço (privado). A produção de prótese dentária é acompanhada de acordo com as informações prestadas pelo município/estado através do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS).

O Ministério da Saúde repassa um recurso mensal aos municípios/estados para confecção de próteses dentárias, de acordo com uma faixa de produção: entre 20 e 50 próteses/mês: R\$ 7.500,00; entre 51 e 80 próteses/mês: R\$ 12.000,00; entre 81 e 120 próteses/mês: R\$ 18.000,00; e acima de 120 próteses/mês: R\$ 22.500,00.

Tabela 22. Laboratório Regionais de Próteses Dentárias

Portaria	Valor Recurso Anual	Valor Recurso Mensal	Faixa de Produção	Tipo de Gestão
GM 2240(03/11/2016)	90.000,00	7.500,00	20.50	Municipal

Fonte - Secretaria Municipal de Saúde

Programa Nacional de Melhoria do Acesso e Qualidade – PMAQ

O principal objetivo do programa é induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à Atenção Básica em Saúde.

Os valores do repasse mensal do incentivo financeiro do PMAQ-AB, denominado componente de qualidade do piso de atenção básica variável, deste

segundo ciclo, foram definidos pelas Portarias n. 562, de 4 de abril de 2013 e Portaria n. 1.234 de 20 de junho de 2013.

O município no terceiro ciclo do programa (2015) cadastrou as seguintes equipes:

Tabela 23. Resultado de adesão ao terceiro ciclo

ESF/EAB	ESB/EAB SB	NASF	CEO
8	3	1	0

Fonte – Secretaria Municipal de Saúde

Programa Saúde na Escola

O PSE constitui estratégia interministerial – Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde (MS), para integração e articulação permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, envolvendo intersetorialmente as equipes de Atenção Básica e as equipes de Educação. O processo de adesão ocorre anualmente, conforme Portaria Interministerial nº 1.413 de 10 de Junho de 2013.

No Termo de Compromisso consta as ações a serem implementadas, escolas e equipes de Atenção Básica que participarão do programa, bem como as metas de cobertura de educandos para as ações de promoção, prevenção, educação e avaliação das condições de saúde no território de responsabilidade. O Programa é dividido em componentes de avaliação das condições de saúde (componente I), de promoção da saúde e prevenção de agravos (componente II) e de formação (componente III).

Os incentivos serão repassados fundo a fundo, via PAB Variável da Atenção Básica, calculados de acordo com o quantitativo de educandos pactuados no termo de compromisso que participaram das ações. Os municípios recebem uma parcela inicial de 20% do valor total no ato da assinatura dos termos de compromisso e o restante proporcional ao quantitativo de educandos contemplados no prazo de 12 meses. Em relação à Semana Saúde na Escola, há um repasse financeiro de R\$ 594,15 por equipe que desenvolve as ações.

Para receber qualquer repasse será necessário o registro de informações no SISAB (componente I) e/ou SIMEC (componente II e III).

Tabela 24. Situação do Programa Saúde na escola

Creche	344
Educandos Pré-escola	234
Educandos Ens. Fund.	1.209
Educandos Ens. Médio	0
Educandos EJA	0
Total de equipes	5
20% da adesão	1.800,00
80% restantes	0,00

Fonte – Secretaria Municipal de Saúde

Acompanhamento das Condiionalidades do Programa Bolsa Família

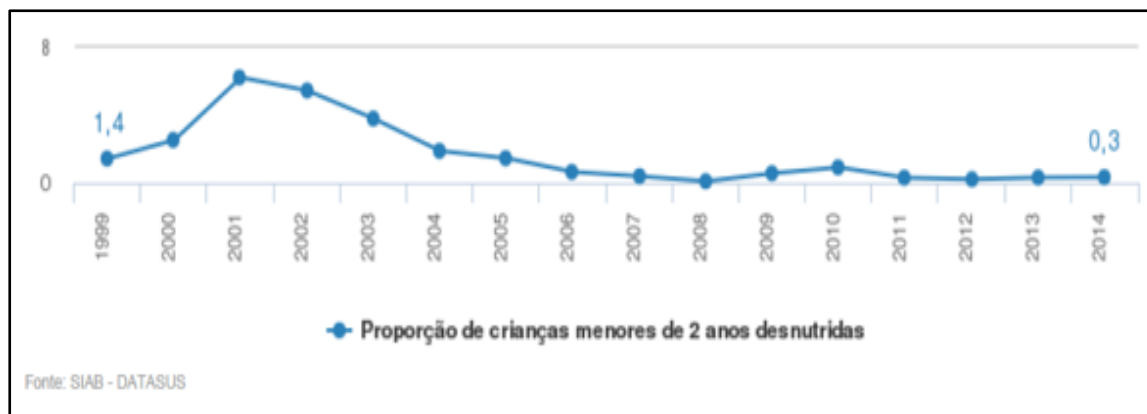
O município possui 328 famílias beneficiárias do PBF com perfil saúde, destas na 2ª vigência de 2016 foram acompanhadas 266 famílias pela Atenção Básica com 81,10 %.

Em 2.014, o número de crianças menores de 2 anos pesadas pelo Programa Saúde da Família era de 87,7%; destas, 0,3% estavam desnutridas.

No Município, em 2.010, 13,5% das crianças de 0 a 14 anos de idade estavam na condição de pobreza, ou seja, viviam em famílias com rendimento *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais.

Proporção dos indivíduos com até 14 anos de idade que tem renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles com até 14 anos e que vivem em domicílios particulares permanentes.

Gráfico 25. Proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas – 1999-2014



Fonte MPP – Informações municipais para planejamento institucional – dez/2016.

Relatório do Estado Nutricional dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice.

Competência: Ano: 2016 - Mês: TODOS - Fase da Vida: Criança (de 0 a 5 anos)

Tabela 25. Relatório do Estado Nutricional dos indivíduos – Altura X Idade

Altura X Idade	Quantidade	%
Altura muito Baixa para a Idade	35	3,45
Altura Baixa para a Idade	60	5,92
Altura Adequada para a Idade	919	90,63
Total	1.014	

Fonte: MS/SAS/DAB/Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI

Relatório do Estado Nutricional dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice.

Competência: Ano: 2016 - Mês: TODOS - Fase da Vida: Criança (de 0 a 5 anos)

Tabela 26. Relatório do Estado Nutricional dos indivíduos - Peso X Idade

Peso X Idade	Quantidade	%
Peso muito Baixo para a Idade	5	0,49
Peso Baixo para a Idade	14	1,38
Peso Adequado ou Estrófico	892	87,97

Peso Elevado para a Idade	103	10,16
Total	1.014	

Fonte: MS/SAS/DAB/Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI

Índice de mortalidade infantil (0 a 1 ano 03 mortalidades em 2016)

Obs: em municípios com menos de 100.000 hab. não se calcula taxa, mas sim número absoluto.

Embora o município possua 100% de cobertura da atenção básica, muitas famílias se recusam a serem assistidas pelas equipes. Grande parte dos casos de mortalidade infantil, ocorrem na rede de atenção privada, ou seja, as gestantes se negam a serem acompanhadas pelo SUS e optam pela rede particular. Porém, os indicadores de saúde de mortalidade são considerados pela população residente. Ainda é importante ressaltar, que na grande maioria os óbitos são por causas não evitáveis.

A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, em 1.995, era de 23,0 óbitos a cada mil nascidos vivos; em 2.014, este percentual passou para 13,9 óbitos a cada mil nascidos vivos, representando redução de 39,5% da mortalidade.

O número total de óbitos de crianças menores de 5 anos no município, de 1.995 a 2.014, foi 140.

A taxa de mortalidade de crianças menores de um ano para o Município, estimada a partir dos dados do Censo 2.010, é de 12,1 óbitos a cada mil crianças menores de um ano.

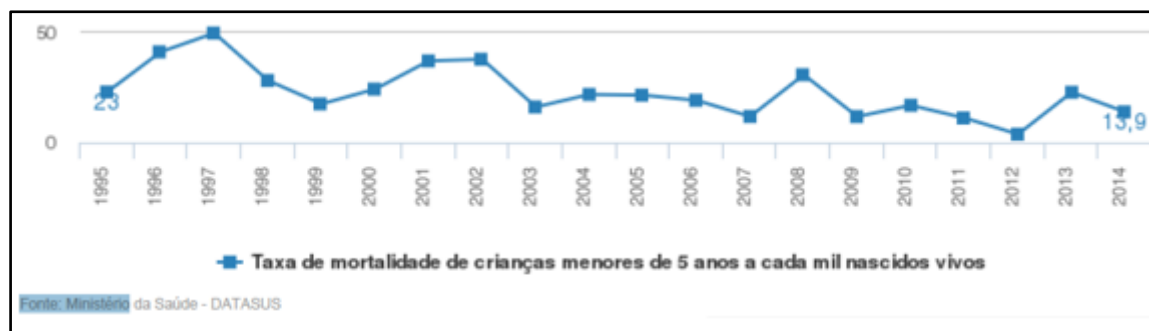
Das crianças até 1 ano de idade, em 2.010, 1,6 % não tinham registro de nascimento em cartório. Este percentual cai para 0,3% entre as crianças até 10 anos.

Tabela 27. Percentual das principais causas de mortes por faixa etária e por residência

Dados Epidemiológicos														
Mortalidade por grupos de causas, faixa etária e por residência (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 0) - Última atualização: 03/03/2017 14:25:37														
Mortalidade por Capítulo CID 10	Faixa Etária													
	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e mais	Idade Ignorada	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	3	1	0	6
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	0	0	1	0	0	2	2	6	3	6	4	0	24
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	4	2	0	8
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	3
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2	1	1	0	7
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	0	0	0	0	0	0	0	0	5	14	13	26	0	58
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	0	0	0	0	0	1	0	1	2	4	6	12	0	26
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	5
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	0	0	0	0	0	0	1	0	3	2	9	4	1	20
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	0	0	0	0	1	2	1	3	1	1	2	0	0	11
Total	7	0	0	1	1	4	6	11	21	28	47	51	1	178

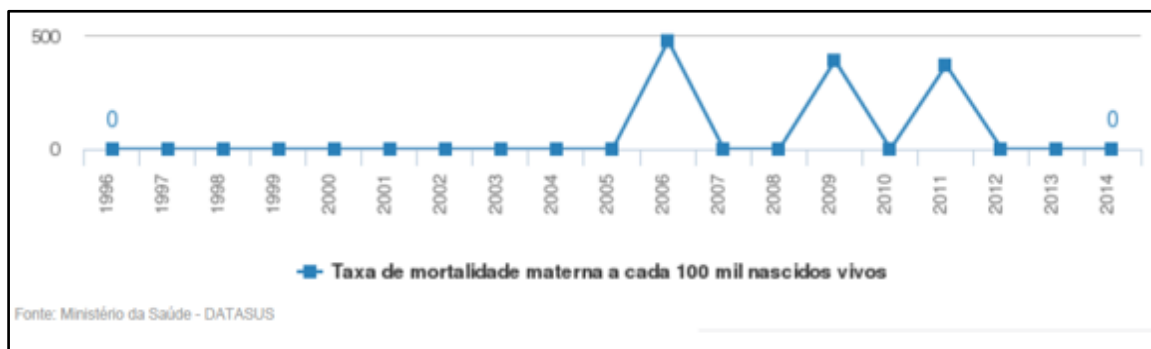
Fonte – Secretaria Municipal de Saúde/VS

Gráfico 26. Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos a cada mil nascidos vivos – 1995-2014



Fonte MPP – Informações municipais para planejamento institucional – dez/2016

Gráfico 27. Taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos – 1996/2014



Fonte MPP – Informações municipais para planejamento institucional – dez/2016
O número de óbitos maternos no município, de 1.996 a 2.014, foi 3.

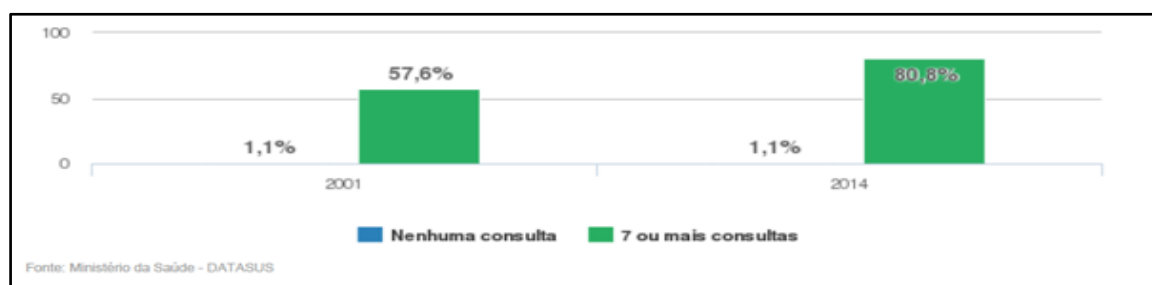
A meta refere-se a taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos, porém a taxa pode sofrer fortes variações em função do número reduzido de crianças nascidas em alguns municípios. Por isso, o importante ao analisar se esta meta está sendo atingida é verificar o número de óbitos maternos e o número de nascidos vivos e fazer as correlações segundo os critérios de saúde adotados.

A taxa de mortalidade materna máxima recomendada pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS) é de 20 casos a cada 100 mil nascidos vivos. A meta estabelecida para o Brasil é de 35 casos.

No Brasil, em 2011, esse número foi de 55,3; mas devido a subnotificações, estaria próximo de 64,8 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos, segundo a estimativa da Rede Interagencial de Informações para a Saúde - RIPSA. Óbito materno é aquele decorrente de complicações na gestação, geradas pelo aborto, parto ou puerpério (até 42 dias após o parto).

É importante que cada município tenha seu Comitê de Mortalidade Materna, inclusive ajudando no preenchimento da declaração de óbito, para evitar as subnotificações e melhorar o entendimento das principais causas das mortes.

Gráfico 28. Percentual de crianças nascidas vivas por número de consulta pré-natais – 2001/2014

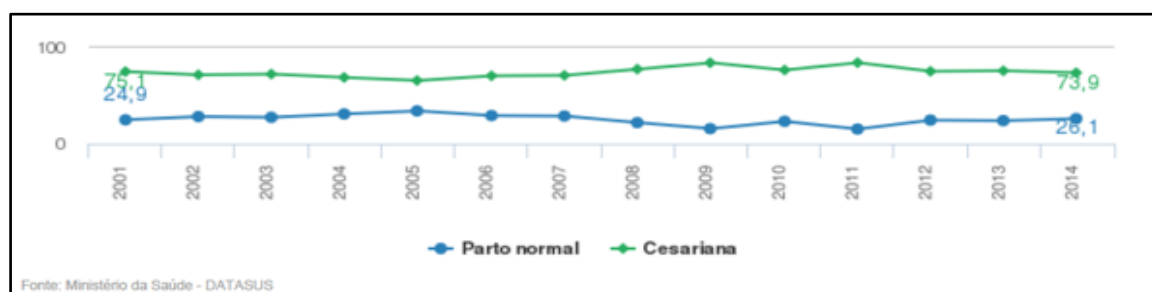


Fonte MPP – Informações municipais para planejamento institucional – dez/2016

O Ministério da Saúde recomenda, no mínimo, seis consultas pré-natais durante a gravidez. Quanto maior o número de consultas pré-natais, maior a garantia de uma gestação e parto seguros, prevenindo, assim, a saúde da mãe e do bebê.

A proporção de gestantes sem acompanhamento pré-natal, em 2014, neste Município, foi de 1,1%. As gestantes com 7 ou mais consultas representavam 80,8%.

Gráfico 29. Proporção de crianças nascidos vivos por tipo de parto – 2001-2014



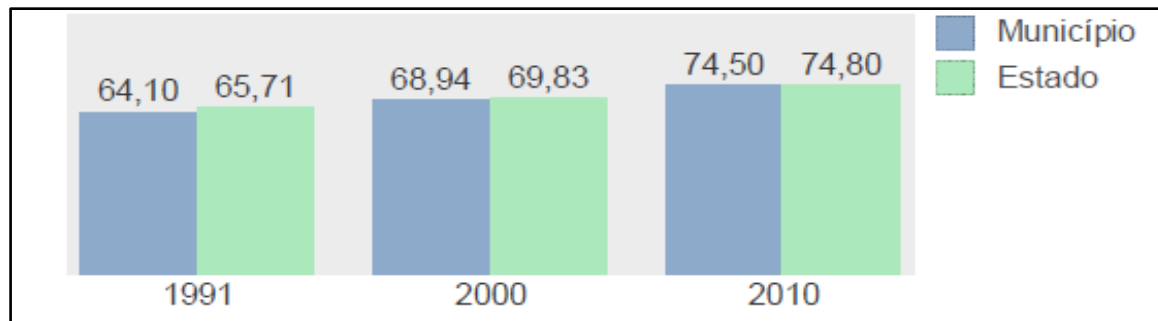
Fonte MPP – Informações municipais para planejamento institucional – dez/2016

Embora a cesariana seja indicada em alguns casos, o método natural continua sendo o mais seguro para mãe e bebê. Percebe-se que no País são registradas muito mais cesarianas do que os 15% recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Neste Município, em 2014, 73,9% dos partos realizados foram cesarianas e 26,1% normais.

Em 2.014, no Município, 99,7% dos nascidos vivos tiveram seus partos assistidos por profissionais qualificados de saúde.

Gráfico 30. Esperança de Vida ao Nascer



Fonte MPP – Informações municipais para planejamento institucional – dez/2016

Tabela 28. Patologias por internações no ano de 2016

Morbidade Hospitalar por grupos de causas, faixa etária e por residência (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIH - 0) - Última atualização: 03/03/2017 14:25:37													
Internações por Capítulo CID-10	Faixa Etária												
	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e mais	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0	11	3	2	6	3	2	4	12	12	7	7	69
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	0	0	0	6	4	8	16	28	24	19	12	117
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	0	2	0	0	1	3	2	4	5	8	8	5	38
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0	1	1	0	0	0	5	5	9	8	10	6	45
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	1	2	17	18	20	9	3	2	1	73
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	0	1	1	1	1	2	3	3	3	5	5	4	29
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	1	0	0	2	1	0	0	0	2	0	0	0	6
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	0	2	0	0	0	2	14	27	39	49	56	21	210
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	22	41	2	0	5	6	13	13	22	30	28	48	230
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	4	5	3	4	7	20	25	28	31	28	20	17	192
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	5	0	0	3	9	4	3	4	1	3	5	37
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	1	0	2	3	5	5	1	3	3	0	23
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	2	3	0	3	16	14	17	26	16	15	12	6	130
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	7	74	106	36	1	0	0	0	0	224
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	20	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	22
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	3	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	8	7	6	3	7	9	16	10	11	9	13	12	111
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	2	7	1	8	10	28	17	14	13	17	13	14	144
Capítulo XXI Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	0	1	0	0	2	11	14	8	1	2	0	0	39
Total	62	87	18	31	143	238	199	188	208	214	199	158	1.745

Fonte – Secretaria Municipal de Saúde/VS

Tabela 29. Número de nascidos vivos

Nascido por Tipo de Parto segundo Município Residência -PR			
Município Residência -PR: 410660 Cruzeiro do Oeste			
Período: 2016			
Município Residência -PR	Vaginal	Cesário	Total
TOTAL	66	218	284
410660 Cruzeiro do Oeste	66	218	284

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)/Divisão de Informações Epidemiológicas (DVIEP)/Centro de Epidemiologia(CEPI)/Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS)/Secretaria de Estado da Saúde do Paraná(SES/PR).

1999-2005 - Aplicativo utilizado (software) WINDOWS.

A partir de 2006 aplicativo utilizado (software) WEB.

TABELAS 1999-2005: CARTÓRIOS, ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, PAÍS e BAIRROS, utilizava-se a criação de códigos locais.

TABELAS A PARTIR 2006: CARTÓRIOS, ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES) e PAÍS, utiliza-se as de padrão Nacional.

Nota (1): 2016 = DADOS PRELIMINARES SUJEITOS A ALTERAÇÕES.

Nota (2): 2017 = DADOS PARCIAIS SUJEITOS A ALTERAÇÕES.

Fonte – Secretaria de Saúde/ VS

Tabela 30. Cobertura vacinal: tipos de vacinas, relacionando tipos de pessoas

MUNICÍPIOS	META SINASC	% VACINAS CO CALENDÁRIO COM COB ALCANÇADA 2016	BCG		POLIO		PENTA		ROTAVÍRUS		FEBRE AMARELA		MENING. CONJ. C		PNEUMO 10V		VTV		POP
			DOSES	COB. (%)	DOSES	COB. (%)	DOSES	COB. (%)	DOSES	COB. (%)	DOSES	COB. (%)	DOSES	COB. (%)	DOSES	COB. (%)	DOSES	COB. (%)	
Alto Paraíso	55	66,67%	52	94,55%	54	98,18%	53	96,36%	54	98,18%	41	74,55%	51	92,73%	53	96,36%	41	74,55%	717
Alto Piquiri	149	22,22%	145	97,32%	112	75,17%	110	73,83%	122	81,88%	107	71,81%	119	79,87%	125	83,89%	112	75,17%	2.290
Altônia	256	66,67%	307	119,92%	245	95,70%	248	96,88%	244	95,31%	224	87,50%	260	101,56%	251	98,05%	220	85,94%	5.054
Brasilândia do Sul	48	66,67%	55	114,58%	45	93,75%	47	97,92%	52	108,33%	43	89,58%	44	91,67%	52	108,33%	48	100,00%	794
Cafetal do Sul	37	100,00%	42	113,51%	43	116,22%	43	116,22%	44	118,92%	47	127,03%	44	118,92%	43	116,22%	38	102,70%	970
Cruzeiro do Oeste	287	77,78%	282	98,26%	306	106,62%	325	113,24%	291	101,39%	261	90,94%	292	101,74%	284	98,95%	268	93,38%	4.741
Douradina	115	100,00%	125	108,70%	124	107,83%	125	108,70%	132	114,78%	124	107,83%	123	106,96%	126	109,57%	134	116,52%	1.689

INFLUENZA		TOTAL NÚMERO DE VACINAS	Nº VACINAS COM COBERTURA ATINGIDA	% VACINAS CO CALENDÁRIO COM COB ALCANÇADA 2016
DOSES	COB. (%)			
730	101,81%	9	6	66,67%
2.098	91,62%	9	2	22,22%
4.505	89,14%	9	6	66,67%
816	102,77%	9	6	66,67%
874	90,10%	9	9	100,00%
5.060	106,73%	9	7	77,78%
1.783	105,57%	9	9	100,00%

Fonte – Secretaria Municipal de Saúde/ VS

Casos de AIDS registrados

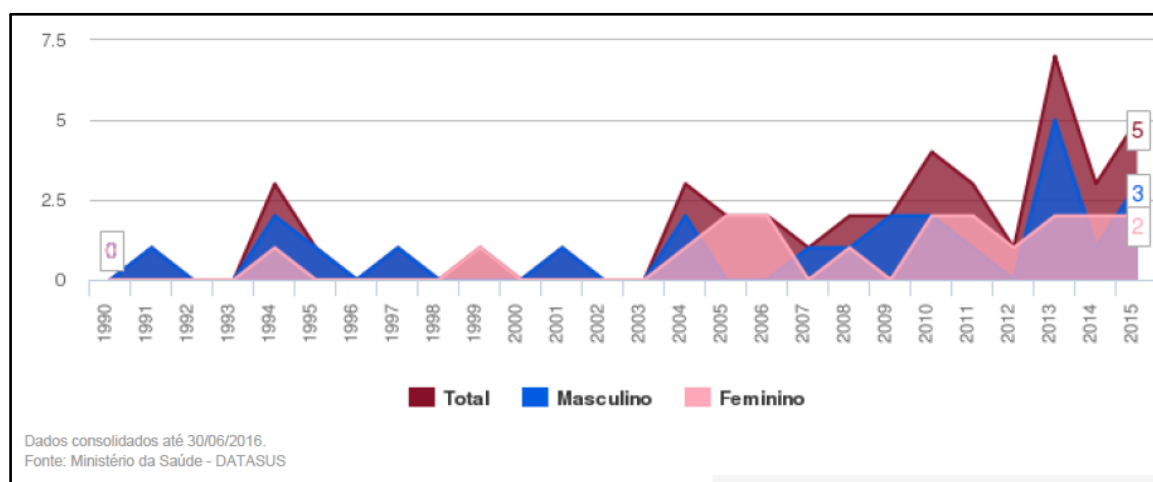
Município teve de 1.990 a 2.015, 43 casos de AIDS diagnosticados; destes, 19 femininos e 24 masculinos.

Entre 1.990 e 2.015, dos 399 municípios do Estado, 383 já apresentaram casos de AIDS. A doença que antes estava restrita aos grandes centros, ganha praticamente todo o território.

No Município, a taxa de incidência, em 2.015, era de 23,6 casos a cada 100 mil habitantes, e a mortalidade, em 2.014, 9,5 óbitos a cada 100 mil habitantes.

No Município, em 2.015, do número total de casos de AIDS, 0% eram jovens de 15 a 24 anos, enquanto que as mulheres representavam 40% dos casos.

Gráfico 31. Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnostico, segundo gênero - 1990-2015



Fonte MPP – Informações municipais para planejamento institucional – dez/2016

Rede de serviços de saúde:

- 03 Unidades Básicas de Saúde

Unidade de saúde da família Central

Unidade de Saúde do Jardim Cruzeiro

Unidade de Saúde de São Silvestre

- Centro de Especialidades Médicas e Epidemiológicas (CEME)
- Academia da Saúde
- AMAI (Assistência Materna e Infantil)
- NASF
- CEO tipo II
- Vigilância Sanitária, Ambiental, Epidemiológica e Saúde do Trabalhador

Hospital geral e Pronto socorro

Tabela 31. Atendimento geral - 2016

Mês	Atendimento Urgência e Emergência	Internamento	Partos		Cirurgias						Raio-X	Total
		Clínica Médica	Normal	Cesárea	Pediatria	Geral	Urológ.	Gineco.	Buco.	Vascular		
Jan	2.016	35	09	06	0	01	0	07	0	0	588	2.662
Fev	1.906	45	09	05	0	09	0	10	0	0	600	2.584
Mar	2.411	53	16	03	0	12	0	16	0	0	710	3.221
Abr	2.420	61	03	10	0	15	0	12	0	0	708	3.229
Mai	2.040	53	08	09	0	15	0	17	0	0	570	2.712
Jun	2.218	60	06	06	0	25	0	10	0	02	810	3.137
Jul	2.071	80	08	09	0	17	0	09	0	02	690	2.886
Ago	2.322	70	04	08	0	20	0	20	0	02	621	3.067
Set	2.422	75	05	06	0	28	0	12	0	0	925	3.473
Out	2.467	70	0	05	0	18	0	20	0	0	741	3.321
Nov	1.912	65	07	13	0	06	0	09	0	0	620	2.632
Dez	2.106	43	10	0	0	01	0	02	0	0	618	2.780
Total	26.311	710	85	80	0	167	0	144	0	6	8.201	35.704

Fonte – Secretaria Municipal de Saúde/ VS

Hospsus - Programa de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do SUS Paraná.

Programa do governo estadual, que possibilita à população paranaense atendimento hospitalar de qualidade e com resolutividade o mais próximo possível de sua residência, otimizando a eficiência dos hospitais e contribuindo para o desenvolvimento de um parque hospitalar público e filantrópico no estado,

social e sanitariamente essenciais para atender as necessidades da população em todas as regiões de saúde.

O HOSPSUS tem como Resultados para a Sociedade:

Reduzir os anos de vida perdidos por incapacidade.

Reduzir o tempo-resposta nos serviços de urgência.

Reduzir os índices de morbi-mortalidade por causas externas e doenças cardiovasculares por faixa etária.

Reduzir a mortalidade materna e perinatal.

Cirurgias eletivas

Credenciamento aos Hospitais para prestar atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde residentes em Municípios sob Gestão Estadual e naqueles que assumiram toda a Gestão no Município mas possuem população menor ou igual a 50.000 habitantes, para que atendam este chamamento e ofereçam ao SUS, cirurgias eletivas ambulatoriais e hospitalares, de média complexidade conforme listagem e normas estabelecidas na Portaria GM/MS n.º 1.340, de 29.06.2012, e Portaria GM/MS 1557, de 31 de julho de 2013.

Rede Mãe Paranaense

Propõe a organização da atenção materno-infantil nas ações do pré-natal e puerpério e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, em especial no seu primeiro ano de vida.

É um conjunto de ações que envolve a captação precoce da gestante, o seu acompanhamento no pré-natal, com no mínimo 7 consultas, a realização de 17 exames, a classificação de risco das gestantes e das crianças, a garantia de ambulatório especializado para as gestantes e crianças de risco, a garantia do parto por meio de um sistema de vinculação ao hospital conforme o risco gestacional.

Componentes da Rede Mãe Paranaense

A Rede de atenção se consolida a partir da implantação dos seus cinco componentes. Por isso o Governo do Paraná está investindo na Rede Mãe Paranaense com as seguintes ações:

1. Incentivo financeiro para os municípios.
2. Na atenção secundária e terciária:
3. Os sistemas de apoio diagnóstico e terapêutico (tratamentos).
4. Os sistemas logísticos: cartão SUS, Sisprenatal (Sistema de Informação do Pré-natal e Nascimento), prontuário (carteira da criança e da gestante), transporte sanitário eletivo e de urgência, e a regulação do sistema.
5. O sistema de governança da rede, por meio das Comissões Intergestores Bipartites – CIB Regionais.

O público alvo são as mulheres em idade fértil e crianças menores de 1 ano de idade, o que, segundo dados do IBGE/2010, representa uma população de 177.557 mulheres e, de acordo com dados do SINASC (Sistema Nacional de Nascidos Vivos), 152.350 nascidos vivos no estado do Paraná no ano de 2011.

Embora a Rede Mãe Paranaense tenha como público alvo as mulheres e crianças, é importante destacar que ações implantadas deverão promover a qualidade de vida de toda a Família Paranaense.

Rede Cegonha

É uma estratégia do Ministério da Saúde que visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis.

O município conta com 03 laboratórios para execução de exames laboratoriais, sendo:

- 01 Laboratório Municipal
- 02 Laboratórios de Apoio

Leitos hospitalares

32 leitos hospitalares

Atendimento à saúde

No município, a porta de entrada para o atendimento inicia-se na atenção básica, com atendimento oferecido seguindo o fluxo do ministério da saúde, por equipe multiprofissional proporcionando serviços de saúde diários.

Se o problema de saúde do paciente exige uma complexidade maior, o mesmo é encaminhado para a atenção especializada, sendo triado conforme o grau de urgência de atendimento. O município oferece vários especialistas e exames especializados, além de encaminhar casos que não podem ser resolvidos no município para tratamento fora do domicílio (TFD).

Seguindo o fluxo, a próxima etapa de atendimento é a Alta Complexidade, que são as cirurgias e tratamentos que exige ainda uma complexidade maior de atenção em saúde.

Relação de programas (preventivos e curativos)

Academia da Saúde

Lançado em 2011 pela Portaria nº 719/GM/MS, de 7 de abril de 2011, o Programa Academia da Saúde tem como objetivo contribuir para a promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, produção do cuidado e modos de vida saudáveis da população.

Brasil Sorridente

De modo a garantir ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população brasileira, o Brasil Sorridente reúne uma série de ações para ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

As principais linhas de ação do programa são:

1. Reorganização da Atenção Básica em saúde bucal, principalmente com a implantação das Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família;

2. Ampliação e qualificação da Atenção Especializada, em especial com a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias. Na Atenção Especializada encontra-se também a Assistência Hospitalar.

Estratégia Saúde da Família - e-SUS Atenção Básica

O e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB) é uma estratégia do Departamento de Atenção Básica para reestruturar as informações da Atenção Básica em nível nacional. Esta ação está alinhada com a proposta mais geral de reestruturação dos Sistemas de Informação em Saúde do Ministério da Saúde, entendendo que a qualificação da gestão da informação é fundamental para ampliar a qualidade no atendimento à população. A estratégia e-SUS AB, faz referência ao processo de informatização qualificada do SUS em busca de um SUS eletrônico.

Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)

Foram criados pelo Ministério da Saúde em 2008 com o objetivo de apoiar a consolidação da Atenção Básica no Brasil, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços, assim como a resolutividade, a abrangência e o alvo das ações.

No município está implantado o Nasf tipo I e conta com profissionais como: psicólogo, nutricionista, fisioterapeuta, assistente social, fonoaudiólogo e educador físico.

PMAQ

Tem como objetivo incentivar os gestores e as equipes a melhorar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos aos cidadãos do território. Para isso, propõe um conjunto de estratégias de qualificação, acompanhamento e avaliação do trabalho das equipes de saúde.

O programa eleva o repasse de recursos do incentivo federal para os municípios participantes que atingirem melhora no padrão de qualidade no atendimento. O programa foi lançado em 2011 e agora, em 2015, inicia seu 3º ciclo com a participação de todas as equipes de saúde da Atenção Básica (Saúde da

Família e Parametrizada), incluindo as equipes de Saúde Bucal, Núcleos de Apoio à Saúde da Família e Centros de Especialidades Odontológicas que se encontrem em conformidade com a PNAB.

Saúde na Escola (PSE)

O Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007. As políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral.

A articulação entre Escola e Rede Básica de Saúde é à base do Programa Saúde na Escola. O PSE é uma estratégia de integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras. Sua sustentabilidade e qualidade dependem de todos nós!

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)

Garanti o acesso das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional ao cuidado integral no SUS, a PNAISP prevê que os serviços de saúde no sistema prisional passem a ser ponto de atenção da Rede de Atenção à Saúde (RAS) do SUS, qualificando também a Atenção Básica no âmbito prisional como porta de entrada do sistema e ordenadora das ações e serviços de saúde pela rede.

A transferência de recursos financeiros está condicionada à habilitação de equipes de Atenção Básica Prisional (EABp) previamente cadastradas no SCNES. A EABp apresenta composição multiprofissional e com responsabilidade de articular e prestar atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade, devendo realizar suas atividades nas unidades prisionais ou nas unidades básicas de saúde a que estiver vinculada. O número de pessoas custodiadas e o perfil epidemiológico dessas pessoas determinarão as modalidades de equipe, bem como suas respectivas cargas horárias.

Desde 2015 o município aderiu ao programa e realiza ações através da 01 equipe tipo III.

Equipe de Atenção Básica Prisional Tipo III (EABp-III) (classificação CNES 54) – formada por 11 profissionais: cinco profissionais das mesmas categorias profissionais da Estratégia Saúde da Família, somados a um psiquiatra ou um médico com experiência em Saúde Mental, um psicólogo, um assistente social e três profissionais escolhidos entre as seguintes categorias: terapeuta ocupacional, psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista, farmacêutico, assistente social ou enfermeiro. Esta modalidade de equipe cumprirá a carga horária de 30 horas semanais.

Telessaúde Brasil Redes na Atenção Básica

É um componente do Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) que objetiva ampliar a resolutividade da Atenção Básica e promover sua integração com o conjunto da Rede de Atenção à Saúde.

Dessa forma, tem como perspectiva a melhoria da qualidade do atendimento, a ampliação do escopo de ações ofertadas pelas equipes e o aumento da capacidade clínica, a partir do desenvolvimento de ações de apoio à atenção à saúde e de educação permanente para as equipes de Atenção Básica.

Vigilância Alimentar e Nutricional

A avaliação contínua do perfil alimentar e nutricional da população e seus fatores determinantes compõe a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN). Recomenda-se que nos serviços de saúde seja realizada avaliação de consumo alimentar e antropometria de indivíduos de todas as fases da vida (crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes) e que estas observações possam ser avaliadas de forma integrada com informações provenientes de outras fontes de informação, como pesquisas, inquéritos e outros Sistemas de Informações em Saúde (SIS) disponíveis no SUS.

Para exercer a Vigilância Alimentar e Nutricional ampliada é importante a adoção de diferentes estratégias de vigilância epidemiológica, como inquéritos populacionais, chamadas nutricionais, produção científica, com destaque para a VAN nos serviços de saúde. Estas estratégias juntas irão produzir um conjunto de indicadores de saúde e nutrição que deverão orientar a formulação de

políticas públicas e também das ações locais de atenção nutricional.

Aleitamento materno

Palestras educativos na APMI, no AMAI (apoio materno e infantil) além de acompanhamento da gestante pela equipe multidisciplinar da estratégia de saúde da família na gestação, e da puérpera e RN no puerpério.

Apoio a família nas questões de alimentação

Apoio do NASF com equipe multidisciplinar, específico com encaminhamento para a nutricionista nos casos indicados pelos profissionais da equipe.

Ações de vigilância sanitária - área de alimentos

Tabela 32. Relatório de vigilância sanitária de 01/01/2016 à 31/12/2016

VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE CRUZEIRO DO OESTE		
Procedimento		Quantidade
0102010242	ATENDIMENTO À DENÚNCIAS/RECLAMAÇÕES	358
0102010234	RECEBIMENTO DE DENÚNCIAS/RECLAMAÇÕES	350
0102010196	APROVAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS DE ARQUITETURA	222
0102010064	AVALIACAO DE PROJETO BASICO DE ARQUITETURA	221
0102010170	INSPEÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA / HABITE-SE	218
0102010145	INSPECAO SANITARIA	189
0102010188	LICENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA	152
0102010072	CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS SUJEITOS A VIGILANCIA SANITARIA	148
0102010480	FISCALIZAÇÃO DO USO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS DO TABACO EM	131
0102010463	INSPEÇÃO SANITÁRIA DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	9
0102010226	ATIVIDADE EDUCATIVA PARA A POPULAÇÃO	9
0102010471	LICENCIAMENTO SANITÁRIO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	4
0102010056	ATIVIDADES EDUCATIVAS P/ PROFISSIONAIS DO SETOR REGULADO	4
0102010161	EXCLUSÃO DE CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2
0102010501	ATIVIDADES EDUCATIVAS SOBRE A TEMÁTICA DA DENGUE, REALIZADAS PARA A	2
0102010153	INVESTIGACAO DE SURTO QUEIXA TECNICA / EVENTO ADVERSO	1
0102010285	INSPEÇÃO SANITÁRIA DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS	1
Total Geral...:		2.021

Fonte – Secretaria de Saúde/ VS

Programas existentes na área de segurança alimentar e nutricional

Programa Saúde na Escola

Programa Bolsa Família

VigiaSUS

Suplementação de ferro

Programa Nutrisus

Tabela 33. Adesão em 2016 com início do programa em 2017.

UF	Código IBGE	Município	INEP	Nome da Escola	Crianças participantes autorizadas pelos pais
PR	410660	CRUZEIRO DO OESTE	41005007	CMEI CANTINHO DOS ANJOS	148 crianças
PR	410660	CRUZEIRO DO OESTE	41143973	CMEI PEQUENO POLEGAR	43 crianças
PR	410660	CRUZEIRO DO OESTE	41371186	CMEI CASINHA FELIZ	19 crianças
PR	410660	CRUZEIRO DO OESTE	41371208	ESCOLA MUNDO ENCANTADO	Não houve crianças autorizadas pelos pais
PR	410660	CRUZEIRO DO OESTE	41373812	CMEI LIONS CLUBE	39 crianças
PR	410660	CRUZEIRO DO OESTE	41157869	CMEI PEQUENO PRÍNCIPE	51 crianças

Casos de AIDS registrados

Município teve de 1.990 a 2.015, 43 casos de AIDS diagnosticados; destes, 19 femininos e 24 masculinos.

Entre 1.990 e 2.015, dos 399 municípios do Estado, 383 já apresentaram casos de AIDS. A doença que antes estava restrita aos grandes centros, ganha praticamente todo o território.

No Município, a taxa de incidência, em 2.015, era de 23,6 casos a cada 100 mil habitantes, e a mortalidade, em 2.014, 9,5 óbitos a cada 100 mil habitantes.

No Município, em 2.015, do número total de casos de AIDS, 0% eram jovens de 15 a 24 anos, enquanto que as mulheres representavam 40% dos casos.

Figura 28. Ações realizados: Assistência à saúde no NASF, EPIDEMIO e PSF

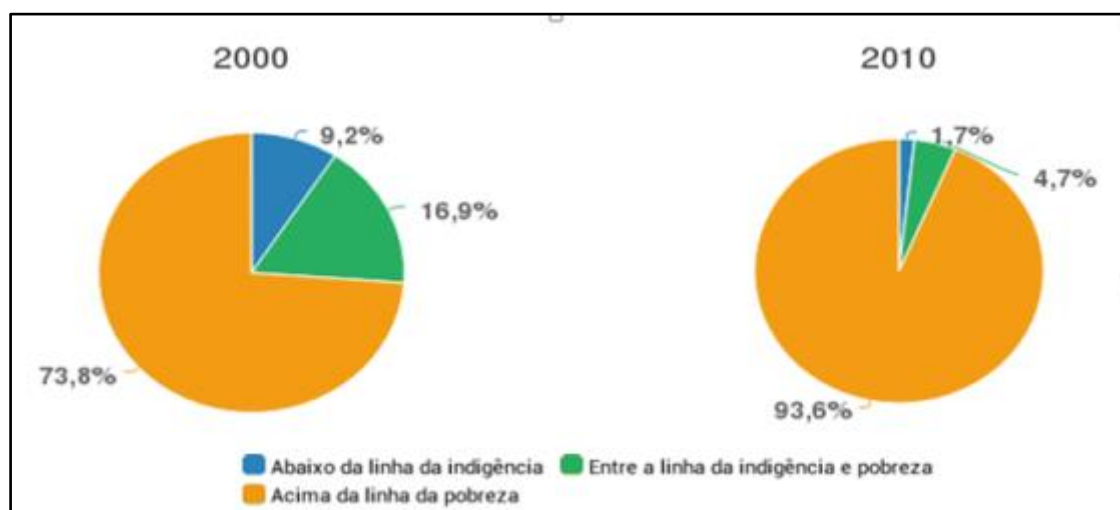


2.9 Aspectos Sociais

Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) de Cruzeiro do Oeste tem como objetivo implementar de modo articulado e intersetorial a Política Municipal de Assistência Social, formulada democraticamente com a sociedade, em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS nº. 8.742 de 7/12/1993, Lei 12.435/2011, que altera alguns artigos da LOAS (Lei nº 8.742/1993), integrando ao texto o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Assistência Social/2004, o Sistema Único de Assistência

Social/NOB 2005 e a Lei Orgânica Municipal, visando à melhoria da qualidade de vida e a promoção da cidadania no Município. Baseado em indicadores da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

Gráfico 32. Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – 2000/2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico / Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais

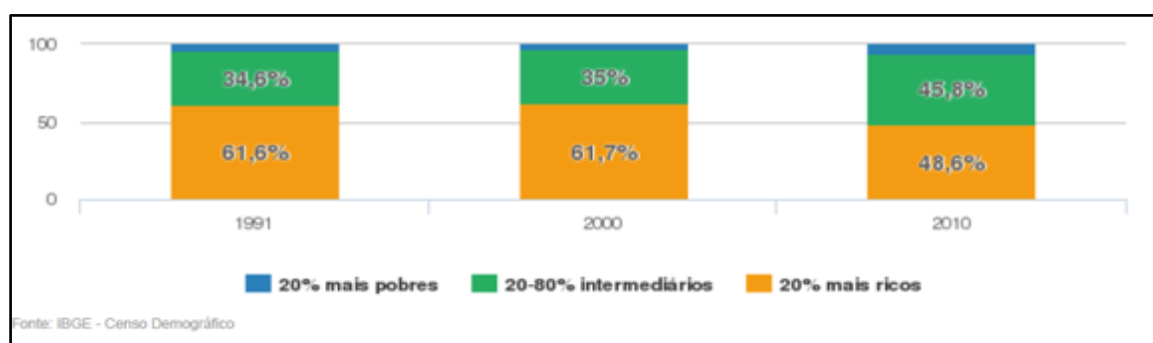
Em 2.000, o município tinha 26,2% de sua população vivendo com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00, percentual que reduziu para 6,4% em 2.010. Mesmo apresentando uma redução de 75,6% no período, são 1.284 pessoas nessa condição de pobreza.

Para estimar a proporção de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, foi somada a renda de todas as pessoas do domicílio ¹, e o total dividido pelo número de moradores, sendo considerado abaixo da linha da pobreza os que possuem renda *per capita* até R\$ 140,00. No caso da indigência, este valor será inferior a R\$ 70,00².

1. Foram excluídos do cálculo as pessoas com relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio: pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

2. Da população com renda igual a zero, foi considerada para cálculo apenas as pessoas com pelo menos um dos seguintes quesitos: habitantes da área urbana com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, habitantes da área rural com abastecimento de água proveniente de outra forma, habitantes com tipo de escoadouro, fossa rudimentar, vala, rio ou mar ou outro, habitantes que não possuem iluminação elétrica, habitantes que não possuem banheiro ou habitantes cujo domicílio possui 3 ou mais crianças (14 anos ou menos), 1 ou mais idosos (65 anos ou mais) ou 1 ou mais adultos (15 anos ou mais) analfabetos.

Gráfico 33. Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população 1991/2000/2010



A participação dos 20% mais pobres da população na renda, isto é, o percentual da riqueza produzida no município com que ficam os 20% mais pobres, passou de 3,8%, em 1.991, para 5,5%, em 2.010, diminuindo os níveis de desigualdade. Em 2.010, analisando o oposto, a participação dos 20% mais ricos era de 48,6%, ou 8,8 vezes superior à dos 20% mais pobres.

Tabela 34. População em situação de extrema pobreza por faixa etária - 2010

Idade	Quantidade
0 a 3	574
4 a 5	265
6 a 14	1.281
15 a 17	326
18 a 39	1.270
40 a 59	821
65 ou mais	157
Total	4.695

Fonte – MDS - SAGI

Gênero

Do total de extremamente pobres no município, 2.161 são mulheres (46,0%) e 2.534 são homens (54,0%).

Fonte: MDS – IBGE 2010

Rendimento

-Proporção de famílias em situação de extrema pobreza (inferior à R\$70,00 per-capita mensais) - 152

-Proporção da população com renda familiar per-capita de ½ salário mínimo - 1127

-Rendimento médio domiciliar percapita – Rural – R\$450,00. Urbano R\$510,00. Médio mensal R\$1.481,57. R\$1.919,22.

- % de domicílios com insegurança alimentar no total de domicílios por tipo de insegurança alimentar.

Serviços socioassistencial

A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade, os quais atendem as necessidades sociais das pessoas como cidadãos de direitos. São compostos por programas, projetos, serviços e benefícios ofertados pelo Município de Cruzeiro do Oeste.

A estrutura e o funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social compõem a rede de proteção social básica e especial que busca prevenir ou retirar os indivíduos que se encontram em situações de risco pessoal e social.

A porta de entrada para os serviços de Proteção Básica é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Cruzeiro do Oeste conta como uma unidade de CRAS uma unidade de CREAS e vários serviços da área pública e privada.

Atendimento da Rede Pública de Assistência Social

A Política Nacional de Assistência Social (Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS), estabelece que o

objetivo da Proteção Social Básica é: “prevenir situações de risco, desenvolvendo potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”.

O público alvo é “a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, fragilidade de vínculos afetivos relacionais e fortalecimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)”.

De acordo com as diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009) o Departamento procedeu a reorganização da rede adotando a seguinte descrição:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Figura 29. Grupo do PAIF- trabalhos artesanais



Figura 30. Confraternização



Figura 31. Palestras com temas diversos.



Figura 32. Atividades desenvolvidas com as mães gestantes.



Proteção Social Básica:

• Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) –

Programa desenvolvido pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, contribui para o processo de inclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, atuando de forma integrada com os programas sociais do Governo Municipal, com vista à garantia de direitos sociais através de ações socioeducativas e de inserção produtiva, potencializando a rede socioassistencial básica e a organização comunitária para o desenvolvimento local.

Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, de maneira a promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

O município realiza uma média de 201 atendimentos/mês.

• **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**

Este serviço é realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, afim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade, fortalecendo vínculos familiares e incentivando a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sócio familiar da política de assistência social.

No município esse serviço é oferecido a 223 crianças, adolescentes e idosos. As atividades são diferenciadas, com metodologias específicas, conforme preconizado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Figura 33. Grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos



Figura 34. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, adolescentes e Jovens



Benefícios socioassistenciais:

- **Auxílio Cesta Básica** – tem como objetivo atender as famílias em situação de vulnerabilidade social para complementação alimentar. Meta de atendimento: 50 cestas básicas/no mês de fevereiro/2017.

- **Auxílio Passagem** - visa o fornecimento de passagem para pessoas que se encontram em transito no município a serem encaminhadas para outros destinos, bem como para atendimentos as necessidades sociais dos usuários da Política de Assistência Social, conforme avaliação da equipe técnica do CRAS. Meta de atendimento: 40 passagens/ano.

- **Auxílio Natalidade** - visa o fornecimento de material de consumo (kit para o bebê) para atendimento a criança de forma a reduzir vulnerabilidades provocadas por nascimento de membro da família. São atendidas aproximadamente 25 gestantes (mensal).

- **Auxílio Funeral** - tem como objetivo oferecer serviços funerários. Visa reduzir vulnerabilidades provocadas por falecimento de membro da família. Não se tem

uma média, o atendimento se dá conforme a demanda.

- **Auxílio Documentação** – É concedido em forma de autorização para aqueles que se necessitam de documentos como forma de garantia ao direito à cidadania. Não se tem uma média, o atendimento se dá conforme a demanda.

- **Benefício de Transferência de Renda** é feito pelo Programa Bolsa Família (PBF) – programa de transferência de renda direta com condicionalidades, do governo federal. O benefício varia de acordo com a renda familiar por pessoa e o número de crianças, adolescentes jovens e que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2016 era de 2.881 dentre as quais:

148 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00;

291 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00;

923 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo;

1.519 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de fevereiro de 2017, 363 famílias, representando uma cobertura de 34,3 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 135,10 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 49.042,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2016, atingiu o percentual de 93,7%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 400 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 427. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 67,1%, resultando em 57 jovens acompanhados de um total de 85.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2016, atingiu 84,4 %, percentual equivale a 243 famílias de um total de 288 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

-Número de famílias inseridas no cadúnico: 5.923

- Cadastros válidos: 2.916

- Cadastros inválidos: 3.007

- Atualizados: 2.826

- Desatualizados: 3.097

- Número de famílias PBF: 363

- **Benefício de Prestação Continuada (BPC)** é ofertado à pessoa idosa com mais de 65 anos e a pessoa com deficiência, que comprovem não possuírem meios para prover sua sobrevivência. Este benefício é feito junto a Agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Umuarama, atualmente o município tem 488 indivíduos recebendo este benefício de um salário mínimo por mês. Os beneficiários recebem um salário mínimo por mês.

-Número de pessoas idosas BPC - 171

-Número de pessoas com deficiência BPC - 387

- **Programa Família Paranaense** da Secretaria de Estado da Família e do Desenvolvimento Social (SEDS), atualmente temos 80 famílias. As famílias estão sendo acompanhadas pela equipe de referência do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). A família beneficiária deste programa Estadual recebe o valor da renda no mesmo cartão social do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

- **Programa Leite das Crianças** advindo do Governo do Estado, no município foram 290 famílias beneficiadas no mês de janeiro de 2017, contando com 05 pontos de distribuição sendo: Colégio Estadual Anchieta, atendendo 102 famílias, num total de 107 litros de leite; Colégio Estadual Almirante Tamandaré, atendendo 49 famílias, num total de 53 litros de leite; Colégio Estadual Cruzeiro do Oeste, atendendo 22 famílias, num total de 26 litros de leite; Centro de Educação Infantil Pequeno Polegar, atendendo 106 famílias, num total de 112 litros de leite e Escola Estadual Rosimeri Ortiz Consalter, atendendo 11 famílias, num total de 11 litros.

Programa Municipal

- Programa Alternativo

O Programa Alternativo Municipal atende 35 adolescentes, entre 12 a 17 anos viabilizando o resgate da cidadania dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e risco, integrando-os em cursos de iniciação profissional, incentivando-os à participação de eventos direcionados que possibilitem o desenvolvimento de hábitos, atitudes e atividades afins, permitindo uma convivência social adequada.

O Programa proporciona dentre outras atividades a implantação de uma horta com a finalidade de envolver os alunos na preparação, cultivo e colheita de legumes e verduras, que são utilizados na preparação dos lanches e em se tratando de saúde e segurança alimentar, os alunos levam para casa os legumes e hortaliças excedentes, criando um hábito alimentar saudável com seus familiares.

Figura 35. Ações do Programa Alternativo





• **Karatê Piá no Esporte**

O Programa Karatê-Piá no Esporte visa à garantia e à promoção dos direitos de 50 crianças e adolescentes de 07 a 18 anos, com objetivo de valorizar e resgatar a criança e o adolescente, com aulas de karatê, preparação física com fisiologista e recreação, objetivando disciplina, autocontrole, respeito e responsabilidade.

- **Centro de Referência da Juventude Visão Jovem**

O Centro de Referência da Juventude desenvolve atividades de caráter socioeducativo atendendo aproximadamente 180 adolescentes e jovens com idade de 06 a 18 anos incompletos, no oferecimento de oficinas de: Musicalidade, Artesanato, e Esporte, além do trabalho em grupo, apoiado nos temas transversais, buscando através de debates e discussões a socialização e interação dos jovens adolescentes atendidos, maiores conhecimento de mundo, da realidade, fortalecendo a consciência de cada um sobre a importância do vínculo familiar (confiança, convivência, apoio da família em seu desenvolvimento e a permanência dos mesmos no contexto escolar).

Proteção Social Especial

É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação trabalho infantil, entre outras.

São situações que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas, comportam encaminhamentos monitorados, apoio e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

Proteção Social Especial de Média Complexidade

Atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos. Requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada com um acompanhamento sistemático e monitorado.

O município atendeu:(mês referência janeiro 2017)

- Total de casos (famílias ou indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI - 126
- Novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do PAEFI, durante o mês de referência -19
- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - 3
- Famílias com membros beneficiários do BPC – 1
- Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas - 4
- Famílias com adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto – 6

Serviços ofertados:

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e indivíduos

Serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

Serviço Especializado em Abordagem social.

A abordagem social constitui-se em processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com

pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social.

Serviço de Proteção Social à Adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC.

Tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente.

Para a oferta do serviço faz-se necessária a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Este serviço deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos (as) adolescentes e jovens.

Serviço de Proteção Social para pessoa com deficiência, idosos e suas famílias

O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados.

Serviço Especializado para pessoa em situação de rua

Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Garantem proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário

Albergue Municipal

O Albergue Municipal de Cruzeiro do Oeste tem por objetivo atender as pessoas que se encontram em situação de rua ou necessitando de atendimento social, através da rede de assistência social, resgatando a autoestima, garantindo direitos à cidadania, reintegração à família e inclusão social. A natureza específica do Albergue Municipal é em regime de abrigo, considerada casa de passagem onde o atendimento é noturno e não implica em privação de liberdade. O Albergue não força ninguém a vir, como também a permanecer, porém sua permanência implicará no cumprimento do Regimento Interno na íntegra, o prazo de permanência do albergado é de no máximo três noites, salvo os casos especiais, avaliados pela equipe técnica do CREAS.

Abrigo São Francisco de Assis.

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo, em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. De acordo com a Lei 12.010 (03/08/2009), “o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade”.

Entidades Sociais Conveniadas

- Abrigo São Francisco de Assis;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;
- Associação de Proteção à maternidade e à Infância.

Entidades Sociais não conveniadas

- Associação Cruzeirense de Convivência do Idoso;
- Sociedade Beneficente de Apoio ao Idoso.

Programas que desenvolvem ações na área de Segurança Alimentar e Nutricional.

- **Entidade que desenvolve atividades para alertar sobre a segurança alimentar e nutricional.**

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI é uma entidade conveniada que oferta auxílio natalidade através de bens de consumo (enxovais) para as gestantes do município, durante os encontros são servidos lanches balanceados, priorizando a saúde da mãe do bebê.

2.10 - Aspectos Ambientais, Agrícola e Pecuária

1. Rede geral de água, por coleta de lixo e dotados por rede de esgoto ou fossa séptica

Todas as residências do município recebem a coleta de lixo. No qual apresenta um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, com coleta seletiva. Na área rural não apresenta coleta seletiva, somente nos distritos.

Cobertura de abastecimento de água em áreas rurais

Atinge 98% das comunidades rurais atendidas, a previsão é de chegar a 100% até final de 2017.

Figura 36. Poços artesianos



Abastecimento de Água

Unidades residenciais atendidas.

Fonte: IPARDES/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 34. Abastecimento de Água – 2015

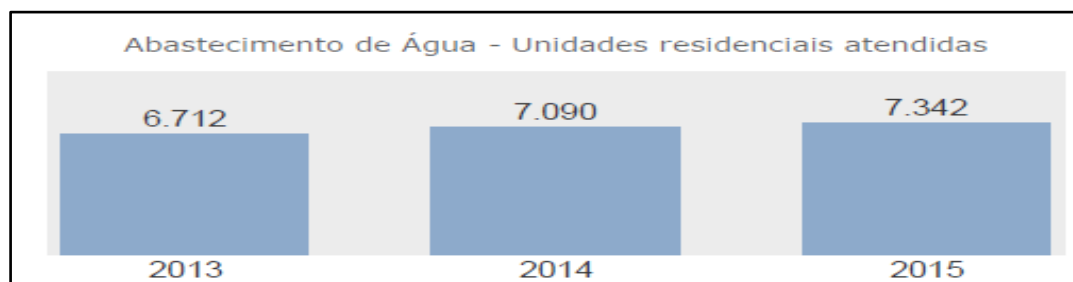


Tabela 35. Abastecimento de água segundo as categorias - 2016

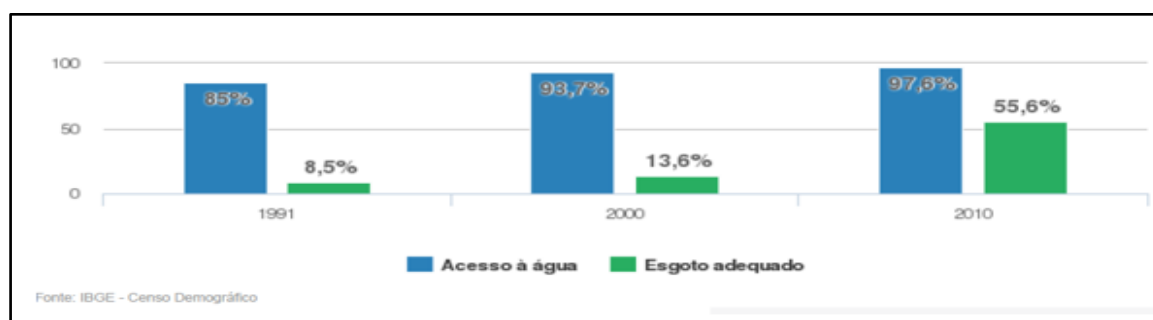
CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS (1)	LIGAÇÕES
Residenciais	7.465	7.189
Comerciais	433	400
Industriais	19	18
Utilidade pública	59	59
Poder público	95	95
TOTAL	8.071	7.761

FONTE: SANEPAR e Outras Fontes de Saneamento

NOTA: As outras fontes de saneamento são: CAGEPAR, CASAN, DEMA, Prefeitura Municipal, SAAE, SAAEM, SAEMA e SAMAE.

(1) Economias. É todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

Gráfico 35. Percentual de moradores urbanos com acesso a água ligada à rede esgoto sanitário adequado – 1991/2000/2010



Fonte MPP - Informações municipais para planejamento institucional/2017

O abastecimento de água potável, o esgoto sanitário e a coleta de resíduos são alguns serviços que melhoram a qualidade de vida das comunidades.

Neste município, em 1.991, 85% dos moradores urbanos tinham acesso à rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo. Em 2.010, esse percentual passou para 97,6%.

Em 1.991, 8,5% dos moradores urbanos tinham acesso à rede de esgoto adequada (rede geral ou fossa séptica), passando para 55,6% em 2.010.

Atendimento de Esgoto

Unidades residenciais atendidas.

Fonte: IPARDES/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 36. Unidades atendidas - 2015

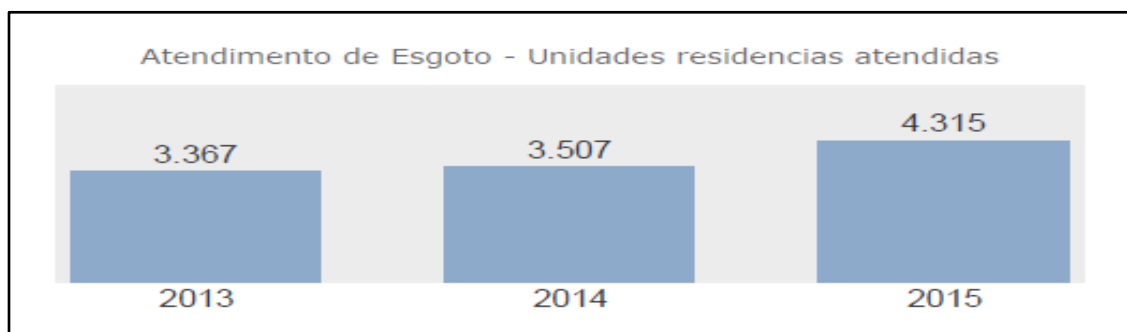


Tabela 36. Atendimento de esgoto segundo as categorias - 2016

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS (1)	LIGAÇÕES
Residenciais	4.775	4.595
Comerciais	346	317
Industriais	12	11
Utilidade pública	37	37
Poder público	66	66
TOTAL	5.236	5.026

FONTE: SANEPAR e Outras Fontes de Saneamento

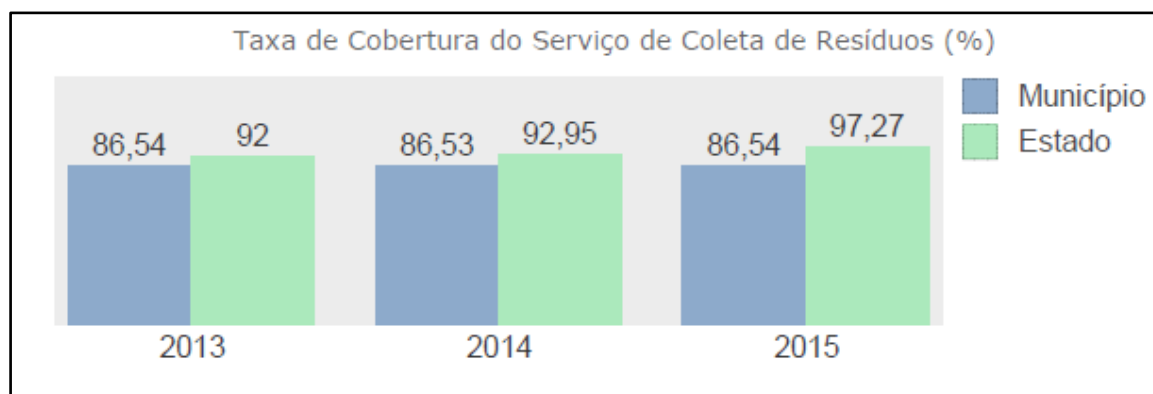
NOTA: As outras fontes de saneamento são: CAGEPAR, CASAN, DEMA, Prefeitura Municipal, SAAE, SAAEM, SAEMA e SAMAE.

(1) Economias. É todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

Taxa de cobertura do Serviço de Coleta de Resíduos

Fonte: SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento/Ministério das Cidades.

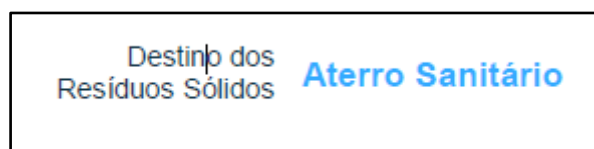
Gráfico 37. Taxa de cobertura de coleta de resíduos - 2014



Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos

Apresenta os resultados obtidos no Diagnóstico da Situação da Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios do Estado do Paraná, realizado ao longo do ano de 2012 pelo LP - Departamento de Atividades Poluidoras.

Fonte: IAP/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017



ARCO – Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Cruzeiro do Oeste

A associação é responsável pela coleta seletiva do município, coleta o material reciclável de casa em casa leva para o barracão de triagem onde fazem à separação e prensa deste para posterior venda. O reaproveitamento destes materiais diminui consumo de insumos/matérias primas, diminuindo o uso de recursos naturais e também diminui a quantidade de resíduos sólidos destinados a aterros sanitários

A associação é composta por, 25% Homens e Mulheres 75%, com faixa etária de 18 a 59 anos de idade, conforme demonstra a Tabela 39, que possuem baixa nível de formação escolar, em sua maioria possuem o Ensino Fundamental incompleto, estes somam o 11 (onze) pessoas e representam 92% (noventa e dois por cento) do quadro de associados, apenas um, que representa 8% (oito por cento) dos associados cursa o Ensino Médio Regular, conforme demonstra a Gráfico 01, estes utilizam de moradias alugadas e tem como principal fonte de renda a coleta e venda de materiais recicláveis.

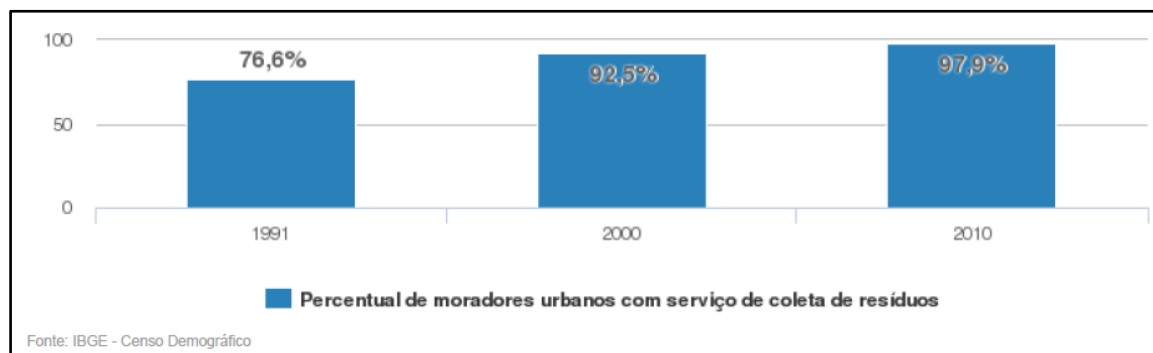
Tabela 37. Associados segunda faixa etária, sexo e portados de necessidades especiais -2015

Faixa Etária	Sexo		Quantidade de Pessoas Portadoras de Necessidade Especiais			
	Fem.	Masc.	Auditivo	Visual	Física	Intelectual
Crianças 0 - 9	0	0	0	0	0	0
Crianças 10 - 14	0	0	0	0	0	0
Adolescentes 15 - 19	1	0	0	0	0	0
Jovens 20 - 29	2	1	0	0	0	0
Adultos 30 - 59	7	2	0	0	0	0
Idosos Acima de 60	0	0	0	0	0	0
Total	10	3	0	0	0	0
Total Geral	13					

Figura 37. Atividades realizadas na ARCO - 2015



Gráfico 38. Percentual de moradores urbanos com serviço de coleta de resíduos - 1991/2000/2010



Em 1.991, 76,6% dos moradores urbanos contavam com o serviço de coleta de resíduos. Em 2.010, este percentual aumentou para 97,9%.

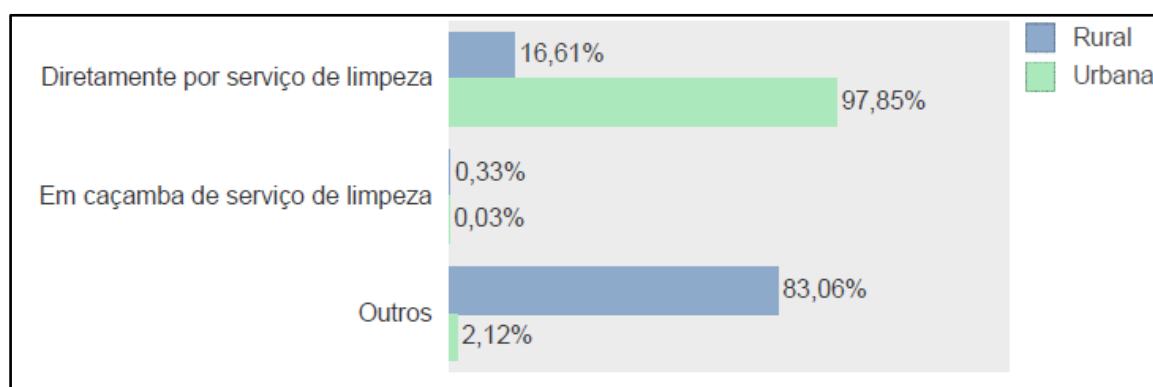
Em 2.010, 95,1% dos moradores urbanos tinham energia elétrica distribuída pela companhia responsável (uso exclusivo).

Forma de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos

Percentual de domicílios, segundo forma de coleta de resíduos sólidos.

Fonte: IBGE – Resultados Preliminares CENSO 2010/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 39. Forma de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos - 2014

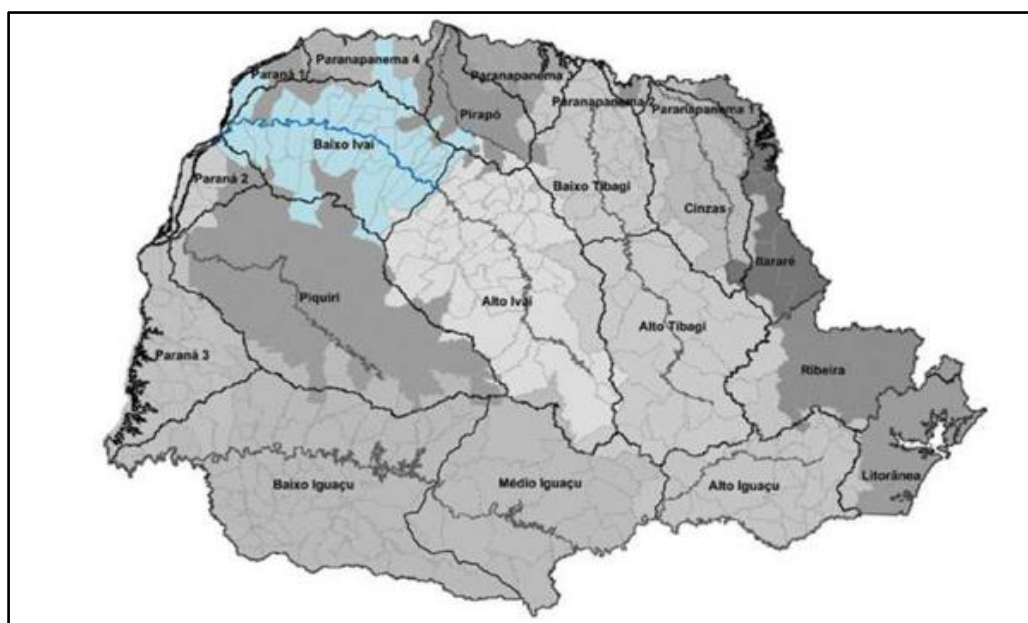


Indicadores de desenvolvimento sustentável por bacias hidrográficas - Ipardes 2013

A publicação "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná" lançada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), reúne dados ambientais, sociais, econômicos, de

saúde, gestão e saneamento. O levantamento é considerado pioneiro no país, pois adota pela primeira vez a bacia hidrográfica como unidade de análise. O estudo realizado pelo IpardeS usa o ano de 2011 como base e dá continuidade a uma série de publicações iniciada em 2007, que segue recomendações da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), com adaptações às especificidades brasileiras.

Figura 38. Bacia Hidrográfica – Baixo Ivaí - 2013

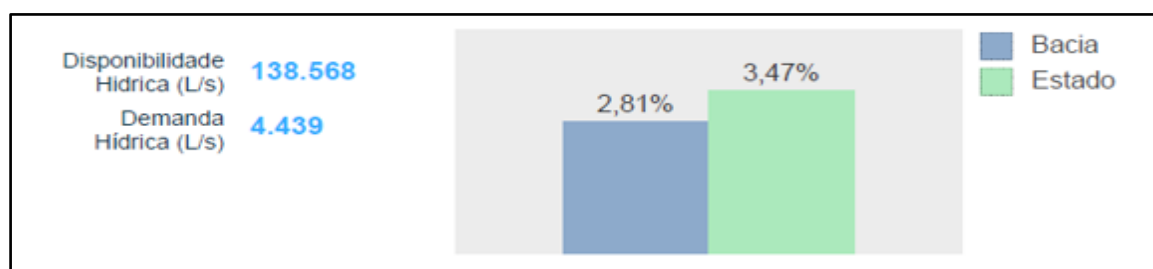


Balanço Hídrico

Apresenta a relação entre a disponibilidade e a demanda hídrica superficial na bacia hidrográfica.

Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 40. Disponibilidade – Hídrica Utilizada – 2009



Programa Gestão de solos e agua na Microbacia Palmitos.

O Município de Cruzeiro do Oeste tem desenvolvido o Programa, com ações para sustentabilidade ambiental e do sistema produtivo e social na Microbacia Palmitos, através da adoção de pratica – mecânica e de manejo - que provem a conservação de solos, da agua e do mio ambiente minimizando os impactos ambientais, contribuindo para resolver e/ou amenizar os problemas ambientais, econômico e sociais na microbacia.

Energia Gerada

Quantidade de energia gerada, em quilowatt, na bacia hidrográfica.

Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná/ SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 41. Energia gerada na bacia hidrográfica - 2012

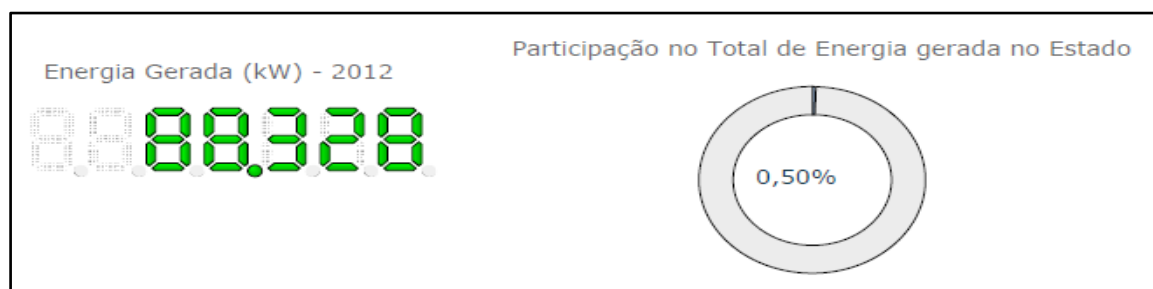


Tabela 38. Consumo e número de consumidores de energia elétrica - 2015

CATEGORIAS	CONSUMO (Mwh)	Nº DE CONSUMIDORES (1)
Residencial	13.000	7.066
Setor secundário (Indústria)	20.065	457
Setor comercial	5.990	636
Rural	4.731	913
Outras classes (2)	4.818	179
Consumo livre (na indústria) (uso do sistema) (3)	-	-
TOTAL	48.605	9.251

FONTE: COPEL e Concessionárias CELESC, COCEL, CFLO, CPFL e FORCEL.

(1) Entende-se por consumidor as unidades consumidoras de energia elétrica (relógio).

(2) Inclui as categorias: consumo próprio, iluminação pública, poder público e serviço público.

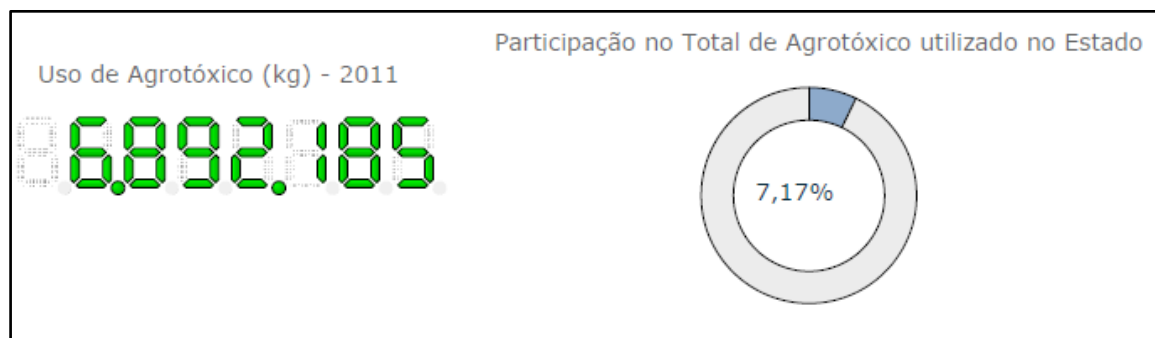
(3) Refere-se ao consumo de energia elétrica da autoprodução da indústria. Inclui os consumidores atendidos por outro fornecedor de energia e os que possuem parcela de carga atendida pela COPEL Distribuição e a outra parcela por outro fornecedor.

Uso de Agrotóxico

Quantidade de agrotóxico utilizado, em quilograma, na bacia hidrográfica.

Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná/ SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 42.Uso de Agrotóxico - 2011

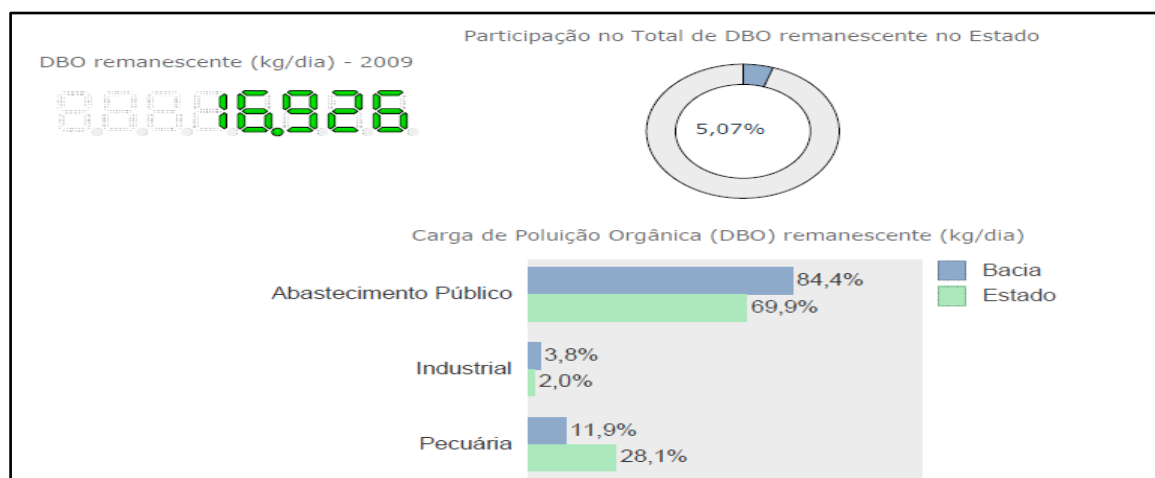


Carga de Poluição Orgânica (DBO) remanescente

A quantidade de DBO (demanda bioquímica por oxigênio) remanescente é um indicador que demonstra a salubridade do sistema hídrico através da quantidade de matéria orgânica que volta para a bacia hidrográfica.

Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 43. Demanda bioquímica por oxigênio - DBO - 2009



Efluentes

Apresenta a relação entre efluentes gerados e tratados na bacia hidrográfica.

Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná/ SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 44. Efluentes gerados - 2009



Cobertura Vegetal e Unidades de Conservação

Expressa a dimensão e distribuição dos espaços territoriais que estão legalmente protegidos dentro das bacias hidrográficas.

As unidades de conservação de Proteção Integral incluem Parques, Reservas Biológicas, Estação Ecológica, Monumento Natural e Refúgio Silvestre.

Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 45. Cobertura Vegetal e Unidades de Conservação - 2012

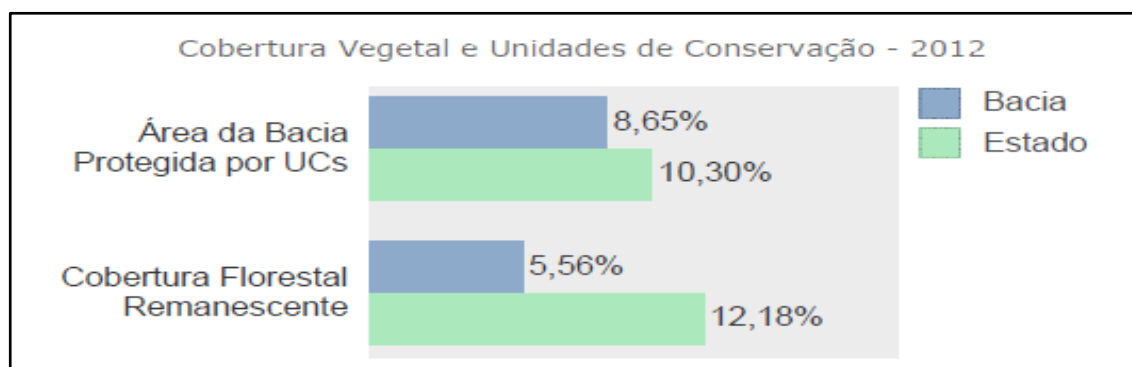
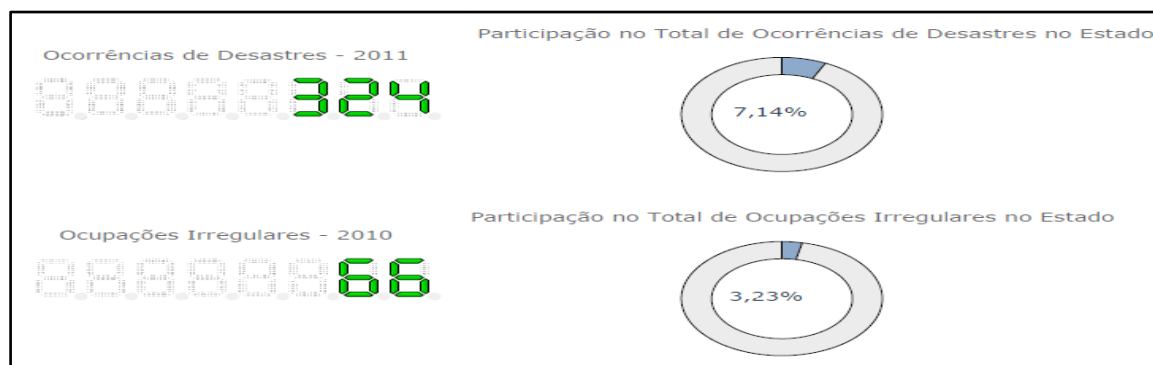


Gráfico 46. Vulnerabilidade Socioambiental - 2011

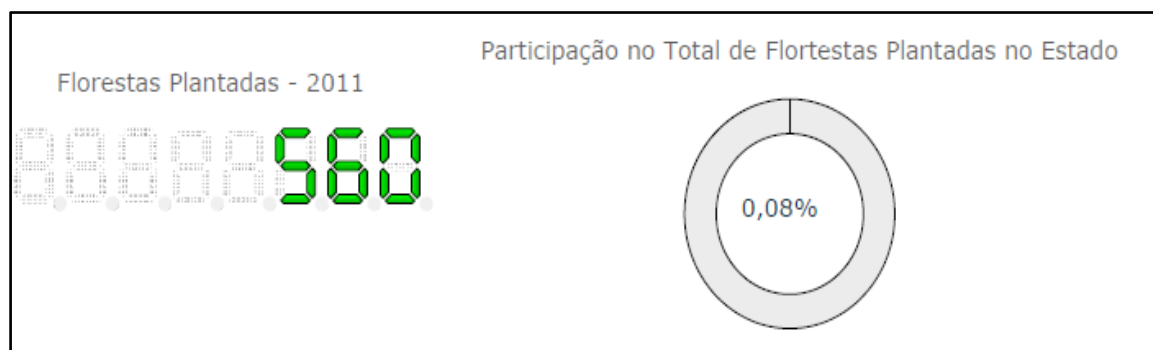


Florestas Plantadas

Expressa a área de florestas plantadas, com eucaliptos e pinus, por bacia hidrográfica.

Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná/ SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017

Gráfico 47. Participação no total de florestas plantadas no Estado



Planos Municipais Ambientais

Programa Reciclando Cidadão

Projeto de cunho socioambiental a partir da Coleta Seletiva implantado em 2005. O programa fomenta a coleta seletiva no município através da ARCO (Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Cruzeiro do Oeste), esta associação é composta por ex-catadores de materiais recicláveis, que gerenciam e operam a coleta seletiva do município, que fornece o suporte técnico-financeiro para tanto. A ARCO conta atualmente com uma estrutura física de 560 m², 02 (dois) caminhões, 02 (duas), prensas, enfardadeiras, 02

(duas) balanças, 01 (um) elevador de carga, entre outros equipamentos, visando à promoção da qualidade ambiental e promoção socioeconômica dos associados, por intermédio de convênios com órgãos governamentais das distintas esferas administrativas, e empresas privadas.

Plano Municipal de Arborização Urbana

Visa a manutenção da qualidade ambiental, face aos benefícios da arborização urbana este plano de manejo e adequação faz um diagnóstico situacional da arborização urbana, (identificação das espécies e mapeamento, principais características, espécies mais utilizadas, aspectos fitossanitários e etc.) e também uma caracterização do município (clima, hidrografia, geologia e vegetação) com base nestas informações estabelece condições técnicas para que não haja descontinuidade na arborização ao longo das trocas da administração municipal. O plano funciona como um plano diretor da arborização, prevê vários aspectos, tais como: legislação própria para, conscientização da população, características das ruas e praças, vegetação existente, seleção das espécies para arborizar, localização adequada para cada espécime, técnicas de plantio e manejo, técnicas adequadas de podas e outras mais recomendações técnicas que deverão ser adotadas para o plantio e manutenção das árvores.

Plano Municipal de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Um dos instrumentos da Lei Nº. 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, a qual no seu artigo 5º define os Planos de Recursos Hídricos como um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e considerando ainda artigo 6º determina que "os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos". O Plano faz uma caracterização e diagnóstico situacional das condições da água (identificação dos corpos hídricos, áreas de recarga, áreas de proteção ambiental, áreas susceptibilidade ambiental) caracterização geral do município, quanto aos seus aspectos físico-ambientais (clima, hidrografia, geologia e vegetação) e aspectos antrópicos (histórico de ocupação, demografia, equipamentos sociais, infraestrutura viária, saneamento básico e economia),

estabelece critérios, cenários, metas e propõe a implementação de programas e ferramentas que visam à adequação dos sistemas públicos de gestão dos recursos hídricos promovendo melhorias das condições do ecossistema natural e conseqüentemente a saúde da população, e também para garantir uso sustentável dos recursos hídricos do Município, tanto superficial quanto subterrâneo, às presentes e futuras gerações.

Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana

Visa o manejo dos resíduos por meio de um conjunto integrado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que leva em consideração os aspectos referentes à sua geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, de forma a atender os requisitos ambientais e de saúde pública, além da minimização da geração dos resíduos no município.

Considera todos os dispositivos legais pertinentes, apresenta a análise integrada, contemplando as principais deficiências relacionadas à situação atual dos serviços de limpeza pública (resíduos) municipais e por fim apresenta as propostas adequadas à realidade de Cruzeiro do Oeste para a promoção do adequado gerenciamento integrado dos resíduos sólidos.

Quanto a Drenagem Urbana cria um conjunto de diretrizes, integrado com os demais planos do município, que determinam a gestão do sistema de drenagem urbana, com intuito de minimizar os impactos ambientais relacionados ao escoamento das águas pluviais para rios e córregos em áreas urbanas, melhorar as condições de saneamento. Preconiza não só medidas pontuais como inundações e áreas alagadiças como medidas de macro e micro drenagem como contenções de encostas e cabeceiras.

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Representação a nível local do que ocorre a nível nacional como o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente). Tem como objetivo de fiscalizar e auxiliar na gestão dos recursos para elaboração e execução de planos e projetos

de uso racional dos recursos naturais, melhorias da qualidade ambiental, prevenção a danos ambientais e à promoção da educação ambiental a nível municipal é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, criado pela Lei N°. 071/2005, que auxilia o Poder Executivo Municipal sobre questões ambientais, sendo composto por representantes de diferentes segmentos da sociedade (governo, empresariado, universidades, trabalhadores e sociedade civil) que lidam com temas relacionados ao meio ambiente e que integram a estrutura dos órgãos locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), sistema que se encontra previstos no artigo 6º da lei federal nº. 6.938/1981 e juridicamente fundamentado no artigo 20 da resolução nº. 237/97 do CONAMA e no princípio da participação popular integrante do direito ambiental.

Fundo Municipal de Meio Ambiente

Política de regulação de recursos financeiros destinados às questões ambientais, criado pela Lei N°. 009/2006, consiste de um fundo criado exclusivamente para suprir despesas oriundas da gestão e aplicação ações a planejamentos ambientais. Os recursos são advindos de transferências da União, Estado e outras entidades públicas ou privadas, destinados a ações relacionadas à proteção ambiental, de taxas e práticas pecuniárias referentes a procedimentos ambientais administrativos, de rendimento de aplicações financeiras na forma de e outras receitas lhe forem destina conforme legislações pertinentes.

IPTU-Verde

Política de incentivo fiscal criado pela Lei N°.089/2009, que visa o estímulo por parte da população da preservação ambiental e sustentabilidade e concedendo aos proprietários de imóveis que comprovaram ações que preservem, protejam e recuperem o meio ambiente como incentivo descontos de até 10% no IPTU. Para ter direito aos descontos, basta os contribuintes participarem do programa de coleta seletiva, terem em seus imóveis sistema de aquecimento solar (elétrico ou hidráulico), calçada ecológica ou árvores plantadas na calçada.

Política Municipal de Arborização Urbana

Instituído pela Lei Nº. 090/2006, constitui-se de uma política reguladora, com base no Plano Municipal de Arborização Urbana, estabelece os critérios e técnicas de manejo referente à arborização, como espécies mais indicas, técnicas de plantio, técnicas de poda e manejo, espécies proibidas e não indicadas, critérios para erradicação e a quem compete, define os procedimentos e competências para conceder a imunidade ao corte. Define as penalidades no âmbito administrativo municipal para o descumprindo da referida lei, sem prejuízo das sanções civis e penais.

Política Municipal de Resíduos Sólidos

Instituído pela Lei Nº. 112/2009, e regulamentada pelo Decreto Nº. 370/2010, estabelece os princípios, procedimentos e normas e critérios referentes aos resíduos sólidos, desde a geração até tratamento e disposição final no Município de Cruzeiro do Oeste. Todos os procedimentos que envolva resíduos sólidos, geração, acondicionamento armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final tem previsão nesta lei com o intuito de controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. Abrangendo todas as legislações e outros dispositivos legais superiores pertinentes. Institui as competências de governo municipal, população, indústrias e demais segmentos da sociedade. Proíbe o lançamento de resíduos sólidos "in natura" a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, queima a céu aberto, lançamento em corpos d'água, manguezais, terrenos baldios, redes públicas, poços e cacimbas, mesmo que abandonados, lançamentos em redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, e de telefone, salvo apenas exceções devidamente licenciadas junto ao órgão ambiental competente.

Determina o cadastramento de empreendimentos e atividades geradoras de quaisquer tipos de resíduos sólidos junto a Diretoria Municipal do Meio Ambiente, para fins de controle e inventário dos resíduos sólidos gerados no município, estipula as penalidades administrativas as atividades geradoras, transportadoras e executoras de acondicionamento, de tratamento e/ou de disposição final de resíduos sólidos, dentro do município, sem prejuízo das sanções civis e penais.

Agropecuária e agricultura

Percentual da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção
(agricultura orgânica + plantio direto)

Tabela 39. Acerola realidade da agricultura municipal

Fruticultura Orgânica (Comercial)	Produtores	Área de produção	Rendimento
Acerola	30	40	7.108 kg/ha

Fonte Emater - 2016

Tabela 40. Números de agricultores da agricultura familiar (Emater safra 2015/2016)

Categoria de Público	Números
Agricultor Familiar (Lei Federal)	650
Agricultor Patronal	119
Jovens Rurais	250
Mulheres Rurais	550
Trabalhador Rural	500
Total	2.069

Fonte Emater -2016

Tabela 41. Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas - 2006

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Área (ha)
Lavoura temporária	191	12.166
Horticultura e floricultura	14	178
Lavoura permanente	116	2.095
Pecuária e criação de outros animais	838	43.731
Produção florestal de florestas plantadas	4	47

Produção florestal de florestas nativas	18	345
Aquicultura	2	x
Total	1.183	58.589

Fonte> IBGE – Censo Agropecuário

Nota: A soma das parcelas da área, não corresponde ao total porque os dados das unidades territoriais com menos de três informantes, estão desidentificados com o caráter 'x'. Dados revisados e alterados após a divulgação da 2ª apuração do Censo Agropecuário, em outubro de 2012.

Tabela 42. Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor - 2006

Condição do Produtor	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário	1.065	54.835
Arrendatário	63	3.042
Parceiro	23	616
Ocupante	9	97
Produtor sem área	23	X
Total	1.183	58.589

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

NOTA: A soma das parcelas da área, não corresponde ao total porque os dados das unidades territoriais com menos de três informantes, estão desidentificados com o caracter 'x'. Dados revisados e alterados após a divulgação da 2ª apuração do Censo Agropecuário, em outubro de 2012.

Tabela 43. Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola por tipo de cultura temporária – 2015

Cultura Temporária	Área colhida (ha)	Produção (t/há)	Rendimento médio
Abacaxi (mil frutos)	7	151	21.571
Cana-de-açúcar	18.375	1.243.320	67.664
Mandioca	1.800	53.750	29.861

Melancia	192	5.320	27.708
Milho (em grão)	1.190	5.950	5.000
Soja (em grão)	3.374	9.447	2.800
Tomate	3	87	29.000
Trigo (em grão)	648	1.296	2.000

FONTE: EMATER

Tabela 44. Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola por tipo de cultura permanente – 2015

Cultura Permanente	Área colhida (ha)	Produção (t/há)	Rendimento Médio (kg/ha)
Abacate	15	228	15.200
Café (em grão)	91	109	1.198
Caqui	1	14	14.000
Goiaba	3	33	11.00
Laranja	1.185	31.060	26.211
Limão	5	86	17.200
Palmito	5	39	7.800
Tangerina	3	48	16.000

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

NOTA: Os municípios sem informação para pelo menos um produto da cultura (lavoura) permanente não aparecem nas listas. Diferenças encontradas são em razão da unidade adotada. Posição dos dados, no site da fonte, 29 de setembro 2016

Tabela 45. Efetivo de Pecuária e Aves – 2015

Efetivos	Número	Efetivos	Número
Rebanhos de bovinos	58.314	Rebanho de ovinos	859
Rebanho de equinos	981	Rebanho de bubalinos	25
Galináceos – total	328.500	Rebanho de caprinos	59
Galinhas (1)	52.723	Rebanho de vacas ordenadas	6.482

Rebanho de suínos – total	2.664		
Matrizes de suínos (1)	265		

Fonte: IBEG – Produção de Pecuária Municipal

Nota: O efetivo tem como data de referência o dia 31 de dezembro do ano em questão. A série histórica destes efetivos encerra-se com os dados de 2012, posição dos dados, no site da fonte, 299 de setembro de 2016.

Tabela 46. Produção de Origem Animal – 2015

Produtos	Valor (R\$ 1.000,00)	Produção	Unidade
Casulos do bicho-da-seda	164	9.975	kg
Leite	15.553	15.710	mil l
Mel de abelha	4	642	kg
Ovos de galinha	1.110	600	mil dz

FONTE: IBGE - Produção da Pecuária Municipal

NOTA: Os municípios sem informação para pelo menos um produto de origem animal não aparecem na lista. Diferenças encontradas são em razão da unidade adotada. Posição dos dados, no site da fonte, 29 de setembro 2016.

Tabela 47. Lavoura Comercial

Cultura Permanente	Produtores	Área (ha)	Produtividade/unidade
Amendoim	1	1,00	1.800 kg/ha
Amoreira	4	8,00	814 kg/ha
Café Adensado	20	75,00	3.960 kg/ha
Café Convencional	1	15,00	2.400 kg/ha
Cana-de-açúcar	98	18.321,00	66.032 kg/ha
Mandioca	60	2.050,00	29.878 kg/ha
Milho safrinha	15	1.300,00	5.000 kg/ha
Soja	22	3.400,00	3.200 kg/ha
Trigo	8	100,00	2.000 kg/ha

Tabela 48. Fruticultura Comercial

Descrição	Produtores	Área (ha)	Produtividade/unidade
Abacate	4	15,00	30.000 kg/ha
Abacaxi	5	22,00	30.000 kg/ha
Acerola	30	40,00	7.108 kg/ha
Caqui	1	0,50	30.000 kg/ha
Goiaba	2	3,00	39.000 kg/ha
Laranja	18	1.069,00	33.500 kg/ha
Limão	1	4,80	35.000 kg/ha
Melancia	12	200,00	20.000 kg/ha
Morango	4	0,50	50.000 kg/ha
Roma	1	38,70	150 kg/ha
Tangerina	3	0,80	47.500 kg/ha

Tabela 49. Olericultura Comercial

Descrição	Produtores	Área (ha)	Produtividade/unidade
Abobora	6	4,50	28.900 kg/ha
Abobrinha	10	1,00	15.000 kg/ha
Alface	25	32,00	20.000 kg/ha
Batata doce	10	2,00	20.000 kg/ha
Beterraba	5	0,50	20.000 kg/ha
Brócolis	8	2,00	25.000 kg/ha
Cebolinha	12	0,50	10.000 kg/ha
Cenoura	5	0,40	20.000 kg/ha
Chuchu	4	0,60	20.000 kg/ha
Couve de folha	12	0,70	20.000 kg/ha
Couve-flor	7	0,50	20.000 kg/ha
Jiló	11	4,00	9.000 kg/ha
Pepino	4	0,60	20.000 kg/ha
Pimentão	5	0,70	20.000 kg/ha

Quiabo	12	0,50	15.000 kg/ha
Repolho	12	0,50	20.000 kg/ha
Salsa	15	1,00	2.000 kg/ha
Tomate	5	3,00	28.000 kg/ha

Tabela 50. Atividade Florestal

Descrição	Produtores	Área (ha)	Produtividade/unidade
Eucalipto	93	3,000	150 m'ha
Outras espécies florestais	50	38,00	100 m'ha
Palmito juçara	3	2,00	60.000 kg/ha
Palmito pupunha	5	8,30	60.000 kg/ha

Tabela 51. Criação Comercial

Espécie	Produtores	Rebanho	Unidade
Apicultura	15	60	Colmeias
Avicultura de corte	13	450.000	Cabeças
Bovinocultura – bovinos de corte	300	32.100	Cabeças
Bovinocultura – bovino de leite	80	8.300	Cabeças
Bovinocultura – bovinos mestiços	370	14.950	Cabeças
Bubalinocultura	1	25	Cabeças
Caprinocultura	2	50	Cabeças
Ovinocultura	15	3.000	Cabeças
Piscicultura	2	1	Área de tanque (há)
Sericultura	4	105	Caixas
Suinocultura	110	2.800	Cabeças

Tabela 52. Produção de Leite – Produção Comercial

Exploração	Produtores	Rebanho	Produção (mil litros de leite por ano)
Animais cruzado para leite	370	19.700	9.750
Animais de raça especializa em leite	80	3.500	5.250

Tabela 53. Suinocultura Comercial – Dimensionamento de Atividade

Descrição	Produtores	Rebanho
Criação até 5 matrizes	119	1.900
Criação de 31 a 60 matrizes	1	900

Tabela 54. Suinocultura Comercial – Vinculação ao mercado

Descrição	Produtores	Rebanho
Produtores independentes - Ciclo completo	110	262

Tabela 55. Atividade Comercial

Discriminação	Produtores	Área alojadas	Produção vendida /unidade
Aves caipiras	20	11.000	12 mil aves
Aves de corte	13	450.000	2.250.000 mil cabeças

Tabela 56. Infraestrutura de Abate e Transformação

Origem dos produtos	Abatedouros	Cap. Abate	Estab. Transf.	Capac. Proces
Animais cruzado para leite	370	3.700 cabeças/semana	2	875.000 kg/semana

Tabela 57. Piscicultura Comercial

Abrangem da atividade	Produtores	Tanque /unidade	Vol. Produção/ unidade	Vol. Comercial /unidade
Pesque pague existentes	2	1,00	20 toneladas	20 toneladas

Tabela 58. Agroindústria – Pessoa Jurídicas

Produtos	Agroindustriais	Capacidade /unidade	Produção física /unidade
Carne verde (carne fresca)	2	80.000 quilogramas por dia	19.200 toneladas por ano
Queijo	1	1.500 quilogramas por dia	450 toneladas por ano

Tabela 59. Plantio direto – Tração Mecânica

Lavouras	Produtores	Área plantada (há)
Soja	10	3.060,00

Tabela 60. Produção de Pesca Comercial

Espécie	Produção unidade
Peixes de água doce	20 toneladas

Tabela 61. Atividade Agrícola Comercial

Atividade apícola	Produtores	Nº de colmeias	Produção/ unidade
Produção convencional	15	60	480kg por ano

Tabela 62. Cultivo em Ambiente Protegido

Produção	Produtores	Área (há)	Safras por ano	Produção anual	Espécie
Estufas	4	0,2	4	33.300 kg	Alface, tomate e agrião

Tabela 63. Irrigação para cultivo agrícola

Indicadores	Produtores	Área (há)
Irrigação localizada	14	54,00
Irrigação por aspersão	27	100,00

FONTE EMATER

Ações realizadas pela secretaria de agricultura e meio ambiente

Figura 39. Imóvel rural



Figura 40. Cultivo de alimentos irrigados



Figura 41. Encontros de diversificação agrícolas





Figura 42. Agricultura Familiar / Compra Direta



Figura 43. Feira do Produtor





Figura 44. Cursos – Vila Rural





Capítulo III

3. DESAFIOS DO PLAMSAN/2017-2020

3.1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

*** Transferência de Renda**

O Programa Família Bolsa Família tem como atribuição, articular as políticas públicas de várias áreas do Governo, visando o desenvolvimento, o protagonismo e a promoção social das famílias que vivem em maior situação de vulnerabilidade e risco. No mês de outubro de 2016 tivemos o atendimento de 363 famílias.

Avaliação nutricional semestral dos beneficiários com perfil de saúde: gestantes, crianças menores de 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos. Deve ser informada, além dos dados antropométricos, situação vacinal das crianças, se é gestante, se está fazendo pré-natal e data da última menstruação (DUM).

Já o Programa Leite das Crianças advindo do Governo do Estado, atendeu no mês de junho de 2016 um total de 290 famílias. Sendo o cadastro das famílias realizado pela equipe do cadastro único.

No caso do BPC, os usuários do município são acolhidos no CRAS e encaminhados a Agência do INSS de Umuarama. Atualmente (março/2017) temos 171 de pessoas idosas e 387 pessoas com deficiência

Com relação aos benefícios eventuais atualmente o município atendeu 50 famílias, sendo na sua maioria famílias que necessitavam de cesta básica.

Programa Família Paranaense da Secretaria de Estado da Família e do Desenvolvimento Social (SEDS), atualmente temos 80 famílias. 39 atualmente recebem recurso do governo do estado. As famílias estão sendo acompanhadas pela equipe de referência do **Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)**.

O aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda para as famílias de baixa renda é imprescindível para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira

Baixa Renda da Água

- Avaliação feita diretamente pela SANEPAR

Baixa renda da Luz

- Pessoa tem que estar cadastrada no cadúnico com renda per capita de meio salário mínimo e em seguida encaminhada a Copel.

*** Alimentação Escolar**

O programa nacional de alimentação escolar (PNAE) contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar saudável e balanceada, e de ações de educação alimentar e nutricional.

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

Em 2017 estão sendo atendidos no Município, 2.059 alunos, distribuídos da seguinte forma:

- Creche Integral - 492;
- Pré-escola parcial - 194
- Pré-escolar integral - 255
- Fundamental – parcial - 587
- Fundamental integral - 503
- Atendimento educação especial - 28

***Programas existentes na área de segurança alimentar e nutricional**

Programa dinheiro direto na escola (PDDE)

Programa mais educação

Programa Nacional do livro didático (PNLD)

Programa saúde na escola (PSE)

Programa bolsa família

Programa nacional de alimentar escolar (PANE)
Programa nacional de apoio ao transporte escolar (PNATE)
Pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC)
Programa benefício de prestação continuada na escola (BPC)
Agrinho
Programa Brasil carinhoso
Nasf
Hiperdia
Academia da saúde
Programa municipal de alimentar especial
Programa estadual leite das crianças

***Quais produtos da agricultura familiar**

A agricultura familiar é fortemente marcada pela diversidade agrícola e pecuária leiteira, composição da produção varia mais a características comuns como produção de hortaliças, fruticulturas e manufaturados como pães e bolachas caseiras, no caso dos agricultores que tem a pecuária leiteira também há produção de grãos e forrageiras para suplementação da alimentação dos animais principalmente no período do inverno.

A agricultura familiar é fortemente marcada pela diversidade agrícola e pecuária leiteira, composição da produção varia mais a características comuns como produção de hortaliças, fruticulturas e manufaturados como pães e bolachas caseiras, no caso dos agricultores que tem a pecuária leiteira também há produção de grãos e forrageiras para suplementação da alimentação dos animais principalmente no período do inverno.

Os recursos gastos com a agricultura familiar visam integrar intervenções na área da agricultura com iniciativas de proteção social, nomeadamente a alimentação escolar.

A aquisição dos produtos da agricultura familiar poderá ser realizada por meio da chamada pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela LEI Nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da AE, em especial no que tange:

- Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e;
- Ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar.

Este encontro – da alimentação escolar com a agricultura familiar – tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública do nosso município.

Os produtos adquiridos pelo PNAE Municipal são:

Abóbora seca, abobrinha verde, acelga, aipim/mandioca, alface, almeirão, amendoim, banana, batata doce, berinjela, beterraba, bolacha caseira, brócolis, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu, couve manteiga, laranja, limão, mamão, melancia, melão, milho verde, pão caseiro, pepino, polpa de fruta, repolho, rúcula, salsinha e tomate

***Como se dá a educação nutricional nas escolas**

A Educação Nutricional nas Escolas Municipais se dá principalmente através do cardápio adequado, balanceado e saudável que visa à promoção e a proteção da saúde através formação de bons hábitos alimentares desde a infância, bem como através da educação nutricional através de palestras educativas e, da formação/capacitação continuada para as Merendeiras da Rede Municipal de Ensino.

***Número de crianças fora da escola/educação infantil**

Não há crianças fora da escola. Não tem fila de espera em nenhum CMEI ou Escola Municipal

***Como se dá avaliação nutricional dos alunos**

A Avaliação Nutricional dos estudantes se dá anualmente através da coleta de dados antropométricos (peso e estatura) dos alunos e avaliação de peso/estatura/idade, realizado através do Programa Saúde na Escola (PSE), que tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Os últimos dados são de 2015 e os resultados se encontram no Sistema da Saúde. Em 2015 foram avaliados 954 estudantes das Escolas Municipais, sendo:

CMEI Cantinho dos Anjos: 98;

CMEI Lions Clube: 75;

Escola Amaral Fontoura: 256;

Escola Emiliano Pernetá: 146;

Escola Rocha Pombo: 89;

Escola Rosimeri Ortiz Consalter: 46;

Escola Tasso da Silveira: 244;

***Qual tipo de lanche ofertado nas cantinas/escolas particulares**

Está sendo realizada uma reestruturação no formato existente nas cantinas das escolas municipais a fim de enquadrar os alimentos saudáveis. Os alimentos que poderão ser ofertados são: pão de batata, pão de queijo, pão de mel, pão doce recheado com frutas ou geléia, bolacha “maria”, biscoito de maisena, biscoito “cream cracker”, biscoito água e sal, biscoito de polvilho, cereais integrais em flocos ou em barras, frutas “in natura” (menos laranja, melancia e banana ou qualquer outra fruta fornecida na alimentação escolar), frutas secas, picolé de frutas, queijo branco, ricota, salgadinhos assados, com pouco teor de gordura (desde que não sejam preparados com produtos enviados para a escola pela merenda), leite fermentado (“yakult”) e água de coco.

Existem duas escolas particulares que fornecem alimentação saudável na cantina, FACO e Mundo Encantado, e nas demais unidades Estaduais ainda há oferta de alimentos não saudáveis.

É importante destacar que com a implantação da Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste – PECO, existe uma demanda de famílias advindas de outras localidades, que comparecem para visitar o detento. Estas pessoas procuram os serviços do município, mas não se tem percebido que possam estar em insegurança alimentar, contudo é um grupo que se encontram em situação vulnerável e precisam das políticas públicas existentes no município.

3.2. Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.

A construção e a execução de políticas diferenciadas e específicas, com base nos princípios do etno desenvolvimento, que respeitem as culturas, as formas de organização social, as especificidades étnicas, raciais e as questões de gênero, é o caminho a ser perseguido. É preciso assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento das políticas que ampliam as condições de acesso à alimentação dos que ainda se encontram mais vulneráveis à fome, de forma a também superar a desnutrição nestes grupos.

*** Distribuição de Alimentos**

A distribuição de alimentos dentro do município no geral é feita direto do produtor para o comprador (supermercados, cooperativas, feiras livres e etc.).

O repasse do FNDE/PNAE é feito fundo a fundo (governo – prefeitura) em 10 parcelas anuais com base no censo escolar do anterior.

A compra de alimentos é feita através de Licitação na modalidade “Pregão Presencial”, realizada anualmente de acordo com a faixa etária da população atendida. A distribuição pelo fornecedor, é realizada mediante uma listagem liberada pela SME, que entrega os produtos diretamente nas escolas e CMEIs, e as mesmas recebem, conferem e atestam o recebimento dos gêneros alimentícios. Os gêneros não perecíveis são entregues mensalmente e os gêneros perecíveis como leite, carne, ovos, pães, frutas e verduras, são entregues semanalmente.

No Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a distribuição também é feita de forma direta, neste caso Produtor – Instituição, sendo feito controle da qualidade pela própria instituição, através dos servidores das mesmas, que dão aceite sobre os alimentos entregues para que as Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e de Educação transmitam as informações aos respectivos sistemas.

***Insegurança Alimentar e Nutricional**

-Mortalidade infantil

Embora o município possua 100% de cobertura da atenção básica, muitas famílias se recusam a serem assistidas pelas equipes. Grande parte dos casos de mortalidade infantil, ocorrem na rede de atenção privada, ou seja, as gestantes se negam a serem acompanhadas pelo SUS e optam pela rede particular. Porém, os indicadores de saúde de mortalidade são considerados pela população residente. Ainda é importante ressaltar, que na grande maioria os óbitos são por causas não evitáveis.

Assim, um dos grandes desafios do Plano é, articular para que possamos realizar a verificação de como está e combater a insegurança alimentar e nutricional que possa existir no município.

***Inclusão Produtiva Rural**

Fomento a Agricultura e Pecuária Familiar e Pequenos Produtores que visem à produção destinada ao Abastecimento Humano.

***Acesso à Terra e Gestão Territorial**

Não temos no município povos indígenas ou quilombolas, ribeirinhos.

Distrito de Cafeeiros a expressiva quantidade de posseiros, que não possui nenhum título ou documento formal de posse do imóvel rural.

Vila Rurais

No Município existe somente uma Vila Rural - Joaquim de Paula Leite - tem aproximadamente 90 famílias, a qual localiza-se a Rodovia PR 323, bem próxima da cidade

***Ocupação do Solo**

É preciso realização de Manejo e Ocupação do Solo de forma sustentável, utilizando práticas de conservação de solo na produção agrícola.

***Acesso à Políticas Públicas**

Promover Acesso à Políticas Públicas de Incentivo à Agricultura, com ações realizadas no meio de comunicação local.

***Percentual da área ocupada pela agricultura familiar em relação a área total de produção**

Ausência de Informações específica sobre produção, área ocupada, perfil socioeconômico da agricultura familiar.

***Programas de incentivos a agricultura familiar a nível municipal, estadual e federal.**

Federal - PAA, PRONAF

Estadual

Municipal

PIA - Programa de Inseminação Artificial

Programa que atende aos produtores de leite do município, mantido pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, presta serviços de atendimento e acompanhamento nos diversos elos da produção leiteira. Conta com 2 técnicos (1 veterinário e 1 técnico), são atendidos aproximadamente 200 produtores em todo município.

Programa Terra Fértil

Objetivos:

- Atender parte da demanda de insumos agropecuários de agricultores familiares do município, sendo na sua maioria pequenos e micro produtores, que terão acesso ao insumo a um preço subsidiado.
- Contribuir para o aumento da produtividade agrícola e pecuária, através da melhoria da condução técnicas das lavouras e criações devido ao uso racional de insumos agropecuários.
- Contribuir para o manejo adequado do solo, com emprego de corretivos de acidez e de fertilidade, proporcionando maior cobertura do solo durante o cultivo.

Quem pode participar:

Produtores rurais que se enquadrem nas normas do PRONAF em todas as categorias, atendendo as seguintes condições:

- Explore parcela da terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;
- Residam na propriedade ou local próximo;
- Tenham no trabalho familiar a base da exploração do estabelecimento
- Explore no máximo 4 módulos fiscais de área de terra (ou 6 módulos fiscais no caso de pecuaristas familiares);
- Tenham na atividade agropecuária uma das suas fontes de renda, de acordo com a categoria do enquadramento.

A Organização:

- Caberá a secretaria municipal de agricultura e meio ambiente a organização de todo o processo de cadastramento e distribuição dos insumos aos produtores beneficiários, contando com a parceria da EMATER-PR.
- Os produtores beneficiários deverão ter a análise de solo atualizada (máximo de 2 anos) da área a ser corrigida, quando da aquisição de corretivos e fertilizantes.
- A quantidade máxima de insumo a ser adquirida por cada beneficiário será determinada anualmente, de acordo com o insumo a ser disponibilizado e a categoria de enquadramento no PRONAF.

Como funciona:

- A aquisição dos insumos agropecuários será feita pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste e repassada aos produtores beneficiários a um valor subsidiado, para ser utilizado preferencialmente, no ano agrícola correspondente ao ano da aquisição.
- A Prefeitura Municipal se responsabilizará pelo transporte do fornecedor ao local da armazenagem, quando necessário.
- O carregamento do insumo e transporte até a propriedade rural será de responsabilidade do produtor beneficiário.
- Os insumos a serem adquiridos serão definidos anualmente, de acordo com a disponibilidade de recursos e a necessidade de utilização nas atividades agropecuárias.

-O atendimento dos produtores será por ordem de cadastramento, desde que devidamente enquadrado nas normas.

Atendimentos em 2016:

- Calcário – 25 famílias - 118,4 t – subsidio de 30% do valor bruto
- Esterco Orgânico – 26 famílias - 416 t – subsidio de 30% do valor bruto

3.3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica

A agricultura familiar é a principal responsável pela alimentação dos brasileiros. Produz grande parte dos alimentos consumidos internamente e está presente em todo o território brasileiro. É necessário o fortalecimento de diversas políticas para este setor, como as de crédito, ATER, apoio à comercialização, proteção da produção e da renda, acesso à água e inclusão produtiva rural.

Novas formas de produção, nas quais a utilização racional dos recursos naturais e a preservação da agrobiodiversidade sejam centrais, se fazem cada vez mais necessárias. Um novo modelo exige a criação de regramentos que fomentem a produção familiar agroecológica e sustentável. Questões centrais como o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, bem como a concentração fundiária, precisam ser enfrentadas.

***Fortalecimento da Agricultura Familiar**

Promover Acesso à Políticas Públicas de Incentivo à Agricultura, no qual os governos possam ampliar a Capacidade Técnica e Financeira de Programas Existentes e Fomentar a Criação de Políticas Públicas e Programas de Incentivo a Agricultura e Pecuária e criar Programa de em parceria com instituições de ensino, extensão e pesquisa para readequação, atualização e aprimoramento das práticas agropecuárias.

***Reforma Agrária**

Não existe assentamento reforma agrária ou movimento sem-terra no município.

***Transição Agroecológica**

No município não existe um programa que incentive a agroecologia, é preciso a criação de Políticas Públicas voltadas a Agroecologia, com programas de Incentivo a Agroecologia em parcerias com instituições de ensino, extensão e pesquisa.

***Mulheres e *Juventude**

Criação de Políticas Públicas e Programas voltadas a Inclusão da Mulher e do Jovem na Agropecuária e Agroecologia, pois no município não se tem programas que incentivam os jovens e as mulheres a permanecerem no campo.

***Sementes**

É preciso criar e Formular políticas e programas em parcerias com as demais esferas do governo, sociedade civil organizada e iniciativa privada de incentivos para aquisição de insumos.

***Mudanças Climáticas**

O município não tem sofrido nos últimos anos problemas com o clima, existe certa regularidade climática na região o que favorece o plantio, sem prejuízos para os produtores. Tem tido um aumento pluviométrico, mas sem interferência na produção local.

3.4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

Sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis são aqueles que concebem um modelo sustentável desde a produção, passando pela comercialização, abastecimento, até chegar ao consumo do alimento.

Em relação à comercialização destacam-se os programas de compras públicas da agricultura familiar, quais sejam o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e a compra de 30% dos recursos repassados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de produtos da agricultura familiar.

Outra medida importante para o fortalecimento das compras públicas foi a publicação do Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 estabelece que os órgãos federais (administração direta e indireta) deverão destinar pelo menos 30% dos recursos aplicados à aquisição de alimentos para compra de produtos da agricultura familiar e suas organizações.

***Compras Públicas**

PNAE

A aquisição dos produtos da agricultura familiar poderá ser realizada por meio da chamada pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela LEI Nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da AE, em especial no que tange:

- Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e;
- Ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar.

Este encontro – da alimentação escolar com a agricultura familiar – tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública do nosso município. Os produtos adquiridos pelo PNAE Municipal são:

Abóbora seca, abobrinha verde, acelga, aipim/mandioca, alface, almeirão, amendoim, banana, batata doce, berinjela, beterraba, bolacha caseira, brócolis, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu, couve manteiga, laranja, limão, mamão, melancia, melão, milho verde, pão caseiro, pepino, polpa de fruta, repolho, rúcula, salsinha e tomate.

O município conta com o PNAE

***Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional**

Se faz necessário implantar a central de recebimento de alimentos, pois não tem município um espaço específico para isso, os produtos adquiridos tanto no PNAJE quanto PAA são entregues diretos nos locais, como escolas, cmeis, entidades, etc.

***Agricultura Urbana**

Não existe prática de agricultura urbana e cultura urbana local já é embasada na cultura rural.

-Programa alternativo

Atende 35 adolescentes do sexo masculino, em idades compreendidas entre 12 a 18 anos, dispondo de vagas nos horários de contra turno escolar. O Programa proporciona dentre outras atividades a implantação de uma horta com a finalidade de envolver os alunos na preparação, cultivo e colheita de legumes e verduras, que são utilizados na preparação dos lanches e em se tratando de saúde e segurança alimentar, os alunos levam para casa os legumes e hortaliças excedentes

***Organização de feiras**

No município tem-se 32 produtores feirantes. A feira acontece terça e sexta-feira, a partir da 17:30 horas, no centro e quarta no jardim cruzeiro e quinta no bairro DER. Se faz necessário ampliar para produtos orgânicos.

3.5. Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias.

É fundamental que as políticas públicas de SAN vinculem efetivamente a discussão do acesso ao alimento com a adequação da alimentação, o que envolve todo o sistema alimentar, desde as formas de produção até a compra de alimentos, facilitando e incentivando escolhas alimentares saudáveis. Faz-se necessário a convergência de políticas, pois, somente um conjunto de ações integradas é capaz de dar conta da complexidade da questão. Cabe destacar, por exemplo, a integração da agenda de promoção da alimentação adequada e

saudável às ações de saúde ofertadas de forma complementar à agenda das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Para que o município consiga atingir este desafio foi levantado os seguintes pontos:

***Promoção da Alimentação Saudável**

Os pacientes do município que se encontram em risco nutricional, sejam com obesidade, desnutrição, ou suas comorbidades como diabetes mellitus, hipertensão arterial, dislipidemias entre outras, são encaminhados ao NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), onde além de atendimento individual com nutricionista para casos específicos, são oferecidos grupos de Educação Nutricional. São dadas informações a respeito de cada patologia, orientações sobre alimentação saudável e realizada avaliação nutricional individual.

- A nutricionista do NASF promove várias palestras em diversos setores como: APMI: palestras para gestantes sobre alimentação durante a gestação; UBS: palestras também para grupos de gestantes; Escolas Municipais: palestras sobre alimentação saudável para crianças.
- Monitoramento da situação alimentar e nutricional por meio do SISVAN: Cadastro, avaliação das medidas antropométricas, registro dos dados no SISVAN de crianças beneficiárias de programas sociais (Bolsa Família, Leite das Crianças), escolares e gestantes que utilizam as UBS.
- NUTRISUS (Programa de prevenção e controle de carências nutricionais): Potencializar o pleno desenvolvimento infantil e a prevenção e controle das deficiências de vitaminas e minerais, mediante a adição direta de micronutrientes em pó aos alimentos que a criança com idade entre 6 meses e 3 anos e 11 meses irá consumir em uma de suas refeições diárias. Em 2017, 05 CMEIS e 01 escola particular aderiram a estratégia NutriSUS.
- PSE: Finalidade contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. A última oferta do ministério da saúde para adesão foi em 2015, porém anualmente são realizadas ações nas escolas.

- Matriciamento de casos nas unidades de saúde com NASF: Discussão de casos,
- Encaminhamentos, ações intersetoriais e interdisciplinares, visitas domiciliares, a partir da demanda da USF.

E também aos Grupos de famílias assistidas pela política de assistência social e pelas entidades sociais.

***Promoção da Alimentação Saudável no Ambiente Escolar**

A promoção da Alimentação Saudável no ambiente Escolar se dá principalmente através do cardápio adequado, balanceado e saudável que visa à promoção e a proteção da saúde através formação de bons hábitos alimentares desde a infância, bem como através da educação nutricional através de palestras educativas e, da formação/capacitação continuada para as Merendeiras da Rede Municipal de Ensino.

***Controle dos riscos relacionados ao consumo de alimentos e a exposição ao uso de agrotóxicos**

ADAPAR – Agência de Defesa Agropecuária, agencia fiscalizadora e controladora da sanidade agropecuária, uso de agrotóxico, controle doenças animais para abate e etc.

Secretaria municipal de Saúde/ Setor Imologia – Controle e Tratamento de pessoas com intoxicação por agrotóxico.

31 casos de intoxicação exógena notificados, sendo 3 por uso de agrotóxico, um dos casos por inalação de kaiso 250 CS, piretroide, os outros dois casos não souberam informar o agente toxico ou princípio ativo, os três casos foram por exposição inalatória decorrente do trabalho, sendo os três casos moradores do setor urbano, porem a exposição ocorreu no setor rural, os três casos são do ano de 2017, tratamento foi ambulatorial e sem sequelas.(dados do período 01-01-2016 a 22-03-2017 pacientes que deram entrada na unidade de saúde (hospital/UBS) – fonte SINAN -

A Secretaria de Saúde/ Setor de Vigilância Sanitária faz a parte de prevenção, mas na forma de atividade de saúde do trabalhador, com orientações e informação. No caso das ocorrências de acidentes, as notificações são investigadas para realização de busca de causas e prevenção de novos acidentes.

É preciso buscar meios junto as várias esferas de governo, instituições de ensino, extensão e pesquisa, sindicatos, associações e outras formas de organização social e etc. para prover esclarecimentos à população sobre uso indiscriminado do agrotóxico e seus malefícios.

3.6. Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação

Agravos decorrentes da má alimentação

É preciso promover a Educação Ambiental sobre uso de agrotóxicos e consumo de alimentos com grande exposição a agrotóxicos.

Leite das Crianças

Programa estadual Leite das Crianças: Avaliação nutricional realizada pelas equipes de saúde da família das crianças que recebem o leite.

Com a consagração do direito à alimentação adequada, como algo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos demais direitos constitucionalmente garantidos. Brota o dever do poder público adotar as políticas e as ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Que consiste “na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (LEI Nº 11.346/2006).

Neste contexto, o programa Leite das Crianças – PLC, tem por objetivo auxiliar o combate à desnutrição infantil, por meio da distribuição gratuita e diária de um litro de leite às crianças de 06 a 36 meses, pertencentes a famílias cuja renda percapta não ultrapassa meio salário mínimo regional, além do fomento a agricultura familiar, proporcionando geração de emprego e renda, a busca pela qualidade do produto pela remuneração equivalente, a inovação dos meios de produção e a fixação do homem no campo.

Alimento Rastreado

A Vigilância tem como função a fiscalização no comércio de produtos hortícolas *in natura* para cumprimento da Resolução SESA nº 748/2014 que dispõe sobre a rotulagem desses produtos.

3.7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural

***Água para consumo humano**

Realizar o controle da água, pois não temos na região falta de água, mas é necessário cuidar para que no futuro não tenhamos a fatura de água que temos atualmente.

É preciso a criar Programa/Sistema de controle da qualidade da água nas bases da Portaria MS 2914/2011 (Padrão de Potabilidade de Água para Consumo Humano) em parceria com governo federal e estadual, instituições de ensino, extensão e pesquisa, sindicatos, associações e outras formas de organização social e etc.

***Água para produção de alimentos**

Não se tem problema quanto a água para produção de alimentos, pois a maioria depende de água das chuvas, a preocupação é que tenhamos controle com as lavouras que estão sendo irrigadas, pois se não tiver acompanhamento os rios poderão apresentar problemas em relação ao seu volume de água.

***Recursos Hídricos**

É preciso fomentar a educação ambiental quanto ao uso racional da água e importância de APP's (Áreas de Preservação Permanente) para a proteção de cursos d'água, por meio da criação de Programa em parceria com governo federal e estadual, instituições de ensino, extensão e pesquisa, sindicatos, associações e outras formas de organização social e etc. para educação ambiental e fiscalização da proteção de cursos d'água.

***Saneamento Básico Rural**

Não tem dados, somente as casas do programa casa rural existe, fossa séptica seguindo as normas técnicas, porém não está sendo possível fazer o acompanhamento. É preciso criar Programa em parceria com governo federal e estadual, instituições de ensino, extensão e pesquisa, sindicatos, associações e outras formas de organização social e etc. para implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário e Manejo de Resíduos Sólidos nas localidades rurais.

3.8. Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social.

O momento atual é de fortalecimento dos componentes do SISAN – CONSEAs, CAISANs e PLANOS.

Além do fortalecimento dos componentes do Sistema faz-se importante promover as metas e ações relacionadas à pesquisa e extensão em SAN, à capacitação para o DHAA, a construção dos mecanismos de exigibilidade do DHAA e ao aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e indicadores da PNSAN.

O Município visando acompanhar as exigências do DHAA, pontuou as seguintes questões neste sentido:

***Intersectorialidade entres os setores**

Efetivação dos Trabalhos da CAISAN (Reuniões periódicas e Consultas a Órgãos administração pública municipal, estadual e federal, iniciativa privada e entidades do terceiro setor)

É preciso consolidar a intersectorialidade e a participação social na implementação do SAN e do SISAN para a realização do DHAA. E também a regularidade das reuniões do CONSEA para traçarem metas de SAN no município e acompanhamento do PLAMSAM. As reuniões acontecem quando existe necessidade.

Fortalecimento das 4 Secretarias envolvidas no SISAN a fim de garantir uma alimentação saudável a todos os usuários da Rede Municipal.

A conscientização e o compromisso dos envolvidos na realização deste processo de transformação cultural nos hábitos alimentares.

Mudança de conceitos a partir da produção de alimentos seguros e que cheguem à população com baixo custo.

***Participação Social**

Fortalecimento da participação através do CONSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar) CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável), Associações de Bairros e Associações/Cooperativas de Produtores Rurais.

Resgatar a participação da Sociedade Civil no Conselho, aumentando à participação e informação a sociedade geral.

***Gestão e financiamento do sistema**

Articulação Setorial para Captação de Recursos, criação Dotação Orçamentária específicas para assegurar a implementação da Política Nacional e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional através do SISAN, para prover Recursos Humanos, Infraestrutura e Logística.

O município está em processo de construção dessa política, para isso precisa assegurar recursos financeiros para implementar ações de educação alimentar e nutricional em todos os setores municipais e junto a sua população

Garantir recurso no PPA, das 4 secretarias envolvidas, para a execução das ações propostas no PLAMSAN.

***Formação, pesquisa e extensão em SAN e DHAA**

É preciso subsidiar ações permanentes de formação técnica e capacitação dos profissionais envolvidos nos serviços públicos para que sejam alcançados os desafios propostos no PLAMSAN.

A nutricionista do Hospital Municipal do município realiza frequentemente capacitações com as colaboradoras do setor da cozinha/copa, abordando temas que abrangem as Boas Práticas na Manipulação de Alimentos, garantindo melhor qualidade na produção dos alimentos que são servidos aos funcionários e pacientes do local.

Capacitação em Educação Alimentar e Nutricional para as Agentes Comunitárias de Saúde do município que fazem parte do Programa ESF

É preciso fomentar e Promover as ações de Formação, pesquisa e extensão em SAN e DHAA em parceria com governo federal e estadual, instituições de ensino, extensão e pesquisa, sindicatos, associações e outras formas de organização social e etc.

As merendeiras recebem continuamente cursos de capacitação para se aprimorarem e colaborarem ainda mais com a educação nutricional e segurança alimentar no ambiente escolar, pois o objetivo é oferecer não somente uma alimentação adequada e segura para os alunos e sim oferecer saúde por meio da prevenção e uma melhor qualidade de vida para a população de Cruzeiro do Oeste no futuro.

3.9. Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.

No município temos a presença de vários Imigrantes que atualmente residem em Cruzeiro do Oeste: Portugal: 07; Paraguai: 05; Angola:01; Estados Unidos: 02; Gana:01; Iugoslávia: 01; Camarões: 02; Líbano: 01; Nigéria: 01; Bangladesh: 01 e Inglaterra: 01

Estes imigrantes foram cadastrados no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, com os mesmos direitos da população do município, sendo atendidos conforme a necessidade. Existem outros estrangeiros no município que não utilizam os serviços socioassistenciais.

Dados e Indicadores de SAN

Os dados para a construção do PLAMSAN foram retirados de estudos do IBGE, IPARDES, MPP, dados de cada secretaria, os quais refletem a realidade de Cruzeiro do Oeste, com diagnóstico de forma geral. Esses dados não refletem a realidade atual de todas as políticas públicas.

É preciso que os gestores criem situações de produção e sistematização de dados sobre os mais variados aspectos da Segurança Alimentar e Nutricional no município, tais como: produção, doenças relacionadas à má alimentação, acesso a alimentos saudáveis, etc.

A situação que nos conforta é saber que o município deu seu primeiro passo que é a elaboração do PLAMSAN, com gestores e técnicos comprometidos a implantar de fato essa política pública que é importantíssima para o bem-estar de toda a população cruzeirense.



4 PLANO DE AÇÃO DO PLAMSAN

DESAFIO 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Corresponde às Diretrizes 1 da PNSAN.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Relacionadas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Assegurar melhores condições socioeconômicas às famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e reforço ao acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de alimentação, saúde, educação e assistência social, para a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza e a proteção do DHAA	Transferência de Renda	Transferir renda às famílias em situação de pobreza que atendam aos critérios de elegibilidade, conforme as estimativas de atendimento dos programas existentes	Proteger e motivar as famílias em acompanhamento do no programa Família Paranaense e aperfeiçoar o programa	100% das Famílias Até o fim de vigência do PLAMSAN	SMAS	SMAS SEDS	08.243.0016.2-061 Repasses IGDMISUAS (BF)	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			Aprimorar o desenho do Programa Bolsa Família para aumentar o impacto na diminuição da pobreza.	100% das Famílias Até o fim de vigência do PLAMSAN	SMAS	SMAS MDSA SEDS	08.243.0016.2-061 Repasses IGDMISUAS (BF)	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
Promover a	Transferência	Tornar acessível	Atender e incluir no	100% da	SMAS	SMAS	08.244.0016.2-064	Diretriz 01:

melhoria das condições socioeconômicas e de acesso à alimentação e nutrição a idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por meio do acesso à rede dos serviços socioassistenciais, das ações de segurança alimentar e nutricional e das demais políticas setoriais	de Renda	o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a todos os indivíduos elegíveis de acordo com a demanda	Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia à pessoa com deficiência, pessoa com invalidez e pessoa idosa.	pessoa idosa, deficiente ou com invalidez Até o fim de vigência do PLAMSAN		INSS MDSA	Man. Enc. – FMAS	Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			Assegurar aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), de Benefícios Eventuais e usuários o acesso aos serviços socioassistencial.	100% da pessoa idosa, deficiente ou com invalidez Até o fim de vigência do PLAMSAN	SMAS	SMAS	08.244.0016.2-064 Man. Enc. – FMAS	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			Realizar palestras com orientação sobre hábitos alimentares e nutricionais a todos os segmentos atendidos pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS)	3 palestras, cursos ou treinamento por ano 2017 2018 2019 2020	SMAS	SMAS SME SMS	08.244.0016.2-064 Man. Enc. – FMAS	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e

								nutricional
Ampliar as condições de acesso à fome à alimentação adequada e saudável das famílias mais vulneráveis, por meio do provimento de refeições e alimentos, e da distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos e aqueles que vierem a enfrentar intempéries das natureza	Distribuição de Alimentos	Execução de ações do Direito Humano à Alimentação Adequada, territórios de maior vulnerabilidade	Assegurar em parceria com todos os segmentos sociais, o fornecimento de alimentos aos grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e integrá-los aos programas sociais e de inclusão produtiva, visando a sua melhoria socioeconômica	Números de famílias conforme demanda Até final de vigência do PLAMSAN	SMAS	SMAS SME SMS SMA	08.244.0016.2-064 Man. Enc. – FMAS	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			Incluir famílias no Programa Leite das Crianças, auxiliando no combate à desnutrição infantil, por meio da distribuição gratuita e diária de um litro de leite às crianças de 06 a 36 meses, pertencentes a famílias cuja renda per capita não ultrapasse meio salário mínimo regional	Atender conforme demanda Até o final de vigência do PLAMSAN	SME SMAS	SEED SEAB SEDS SMAS SMS	08.243.0016.2-061 Repasse IGDMISUAS (BF)	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
Promover o Acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica, de forma a contribuir para o crescimento	Alimentação Escolar	Assegurar, aos alunos da rede municipal de ensino, em colaboração com a União, programas suplementares.	Asseverar o atendimento universal do PNAE a todos os alunos matriculados na rede municipal e estadual de ensino	100% dos Alunos Até final de vigência do PLAMSAN	SME	SME SMA SEED	12.361.0024.2-077 Man. Prog. Mer. Escolar	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as

biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis								famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			Estimular as escolas, a adquirem gêneros alimentícios da agricultura familiar	100% das escolas utilizando alimentos da agricultura familiar Até final de vigência do PLAMSAN	SME	SME SMA	12.361.0024.2-077 Man. Prog. Mer. Escolar	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			Adequar o porcionamento (quantidade servida no prato) da alimentação dos alunos, e capacitação dos funcionários que distribuem a merenda. (Conferência de SAN /2015)	1 capacitação ao ano até final de vigência do PLAMSAN	SME	SME	12.361.0024.2-077 Man. Prog. Mer. Escolar	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
Incentivar o consumo de alimentos produzidos localmente, gerando impactos sobre a	Produtos da agricultura familiar	Promover estudos de mercado e viabilidade econômica e formular políticas de incentivos a	Formular políticas de incentivos para aquisição de insumos, formalizar parcerias com instituições de ensino, extensão e	Projeto elaborado e em execução até final de vigência do	SMA	SMA	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável,

segurança alimentar e nutricional dos estudantes e a construção de comunidades agrícolas mais resilientes		culturas agrícolas para a agricultura familiar	pesquisa para viabilizar bases de conhecimento mercadológicas, produção sustentável, melhora na qualidade dos alimentos e etc. para a agricultura familiar.	PLAMSAN				com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
---	--	--	---	---------	--	--	--	--

DESAFIO 2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural - Corresponde às Diretrizes 1, 2, 4, 5 E 6 da PNSAN.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz nacional
Fomentar a criação de unidade de apoio com infraestrutura, equipamentos e pessoal para o recebimento, manipulação, armazenamento e distribuição dos alimentos da agricultura familiar nos programas municipais existentes	Insegurança Alimentar e Nutricional	Consolidar o sistema municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para garantia do acesso a alimentação	Prestar assistência aos indivíduos em vulnerabilidade alimentar por meio dos produtos básicos oriundos da agricultura familiar.	Números de produtores da agricultura familiar e ao menos 100% dos indivíduos em situação de vulnerabilidade Até final de vigência do PLAMSAN	SMAS SMA SME	SMAS SMA SME	08.244.0016.2-064 Man. Enc. – FMAS 20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura 12.361.0024.2-077 Man. Prog. Mer. Escolar	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			Viabilizar a central de abastecimento e redistribuição, com estrutura física e pessoal capacitado, para fortalecimento da agricultura familiar através dos programas PAA e PNAE (Proposta da Conferência SAN/2015)	Central instalada até 2019	SMA	SMA SME	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 2: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
Promover ações de apoio a famílias em situação de insegurança alimentar e	Insegurança Alimentar e Nutricional	Consolidar ações para o fortalecimento do SISAN municipal	Dar continuidade ao registro, por meio das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF),	Manter o percentual de acima dos 80% de beneficiários	SMS	SMS	10.301.0021.2-045 Man. Enc. Prog. PSF	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com

nutricional, nas diversas políticas públicas			dados nutricionais de crianças menores de 7 anos beneficiárias do PBF.	do PBF Até final de vigência do PLAMSAN				prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			Identificar os grupos mais vulneráveis em SAN, por meio do Mapeamento de Insegurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de financiar ações coordenadas pelas áreas de saúde, educação e assistência social	100% dos territórios Até final de vigência do PLAMSAN	SMS	SMS SME SMAS	10.301.0021.2-045 Man. Enc. Prog. PSF	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
Aperfeiçoar o acompanhamento e avaliação de safras, bem como a geração e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento, incluindo as da agricultura familiar, de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização, a tomada de decisão pelos agentes da cadeia produtiva e	Inclusão Produtiva Rural	Subsidiar a formulação de políticas públicas, pelos agentes da cadeia produtiva e assegurar a soberania alimentar.	Formular políticas de incentivos para aquisição de insumos, fomentar o empreendedorismo rural e cooperativismo, para melhorar o poder aquisitivo na compra de insumos e comercialização da produção	Uma ação por ano para incentivar o empreendedorismo local até final do PLAMSAN	SMA	SMA EMATER UNIVERSIDADE	20.606.0045.2-092 Inc. a Distr. Ins. Básicos/Prog. Terra Fértil	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional

assegurar a soberania alimentar.			Realizar projetos de organização produtiva as mulheres garantindo o acesso a crédito e assessoria técnica	Atingir 100% das mulheres do PNAE e PAA Até final de vigência do PLAMSAN	SMA	SMA EMATER	20.606.0046.2-094 Man. Ap. Serv. As. Téc. - EMATER	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
Ampliar a participação de agricultores familiares, no abastecimento dos mercados, com ênfase nos mercados institucionais, como forma de fomento a sua inclusão socioeconômica e à promoção da alimentação adequada e saudável.	Acesso à terra e gestão territorial	Fomentar processo de regularização de posse de terras a posseiros de imóveis rurais.	Fomentar ações de qualificação sobre políticas públicas de SAN e das ações da agricultura familiar	Realizar ao menos 1 iniciativas ao ano 2017 2018 2019 2020	SMA	SMA EMATER	20.606.0046.2-094 Man. Ap. Serv. As. Téc. - EMATER	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
			Criar projeto para Assessoramento Técnico (Assistente Social, Advogado, Agrimensor e etc.) para os produtores em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	Projeto criado até final de vigência do PLANSAM	SMA	SMA Assessoria Jurídica SMAS EMATER SEAB	20.606.0046.2-094 Man. Ap. Serv. As. Téc. - EMATER	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional

Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores familiares.	Acesso à terra e gestão territorial	Qualificar os serviços de assistência técnica rural	Ofertar cursos as mulheres da agricultura familiar com metodologia de ATER para produção, organização, gestão e comercialização, garantindo a diversificação produtiva, de renda e a segurança alimentar e nutricional	100% das mulheres da Agricultura familiar pertencentes ao PNAE e PAA Até final da vigência do PLAMSAN	SMA	SMA SME EMATER INSTIUIÇÃO DE ENSINO E PESQUISA	20.606.0046.2-094 Man. Ap. Serv. As. Téc. - EMATER	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
Promover a autonomia econômica por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, da ampliação e qualificação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.	Acesso à Políticas Públicas	Atender Grupos produtivos de mulheres	Ofertar formação em políticas públicas e garantia da participação das trabalhadoras rurais nas instâncias colegiadas e comitês gestores	Incluir ao menos duas trabalhadoras rurais até final de vigência do PLAMSAN	SMA	SMA EMATER SIND. RURAL	20.606.0046.2-094 Man. Ap. Serv. As. Téc. - EMATER	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
		Fomentar o Acesso a Informação	Criação de uma rede de informação através dos meios de comunicação local (rádio, jornais, avisos em cultos religiosos)	Rede de Informação estabelecida 2019	SMA	CAISAN	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
	Ocupação de	Promover	Criar Projeto de	Parceria	SMA	SMA	20.606.0046.2-094 Man. Ap. Serv. As.	Diretriz 02: Promoção do

	Solo	Manejo e Ocupação do Solo de forma sustentável	Educação Ambiental e de Práticas de Conservação do Solo em parcerias com instituições de ensino, extensão e pesquisa	firmada 2019 2020		EMATER	Téc. - EMATER	abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
Fomentar criação de uma rede de informação sobre as Políticas Públicas de Incentivo a Agricultura Familiar	Percentual da área ocupada pela agricultura familiar em relação a área total de Produção	Formalizar parcerias com instituições de ensino, extensão e pesquisa para viabilizar bases de conhecimento mercadológicas, produção sustentável, melhora na qualidade dos alimentos e etc. para a agricultura familiar e estudos para traçar o perfil socioeconômico e produtivo da agricultura familiar.	Criação de uma rede de informação entre Agricultores através dos meios de comunicação local (rádio, jornais, avisos em cultos religiosos), e criação de Sistemas de Informações, integrado a bases de dados já existentes, específico a produção agrícola	Rede de Informação estabelecida 2019 2020	SMA	SMA EMATER ASSOCIAÇÕES RURAIS	20.606.0046.2-094 Man. Ap. Serv. As. Téc. - EMATER	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

DESAFIO 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Promover o modelo de produção, extração e processamentos de alimentos agroecológicos e orgânicos e de proteção e valorização da agrobiodiversidade	Fortalecimento da Agricultura Familiar	Prestar ATER qualificada, voltados para a produção	Fomentar o aprimoramento das ações e práticas dos programas existentes e Criação de Programas de Aprimoramento em parcerias com instituições de ensino, extensão e pesquisa	40% dos produtores e 100% técnicos setor público até final de vigência do PLAMSAN	SMA	SMA EMATER SIND. RURAL	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
			Disseminar a cultura de produção agrícola saudável, por meio de cursos que visem respeito ao meio ambiente e assim contribuir para as políticas de segurança alimentar	40% dos produtores até final de vigência do PLAMSAN	SMA	SMA	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
			Garantir assistência técnica aos produtores rurais, com assistência técnica de extensão rural de forma contínua com estrutura (pessoal, financeiro) para fortalecimento da	Atender conforme a demanda Até final de vigência do PLAMSAN	SMA	SMA EMATER	20.606.0046.2-094 Man. Ap. Serv. As. Téc. - EMATER	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e

			agricultura familiar. (Proposta Conferência SAN/2015)					distribuição de alimentos
Aperfeiçoar os mecanismos de gestão, controle e educação voltados para o uso de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados e demais insumos agrícolas	Transição Agroecológica	Atender famílias com políticas de apoio à produção orgânica e de base agroecológica	Orientar os produtores por meio de seminários a não utilizarem agrotóxicos em suas produções. Incentivando o uso de boas práticas para a produção de alimentos livres agrotóxicos.	Uma Capacitação por ano 2017 2018 2019 2020	SMA	SMA EMATER ADAPAR INSTITUIÇÕES ENSINO E PESQUISA	20.606.0046.2-094 Man. Ap. Serv. As. Téc. - EMATER	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
			Criação de Projeto em parceria com instituições de ensino, extensão e pesquisa para readequação, atualização e aprimoramento das práticas agropecuárias	Projeto em parceria elaborado 2018	SMA	SMA EMATER ADAPAR INSTITUIÇÕES ENSINO E PESQUISA	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura 20.606.0046.2-094 Man. Ap. Serv. As. Téc. - EMATER	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

Incentivar a Inclusão da Mulher e do Jovem na produção agrícola e no cooperativismo.	Mulheres e Juventude	Criação de Políticas Públicas e Programas de Incentivo e Inclusão da Mulher e do Jovem na produção agrícola e no cooperativismo	Criação de Programa de em parceria com instituições de ensino, extensão e pesquisa, sindicatos, associações e outras formas de organização social e etc., para capacitação e aprimoramento de conhecimentos em agronegócio, mercadologia, produção sustentável, melhora na qualidade dos alimentos e etc.	Parceria firmada 2018-2019	SMA	SMA EMATER ADAPAR INSTITUIÇÕES ENSINO E PESQUISA	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura 20.606.0046.2-094 Man. Ap. Serv. As. Téc. - EMATER	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
Garantir a qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos a serem consumidos e facilitar a comercialização no mercado formal dos produtos das agroindústrias	Legislação Sanitária	Coordenar e supervisionar produtos	Fomentar e apoiar a produção de conhecimentos e a formação técnica/científica sobre a questão dos agrotóxicos em suas diversas dimensões, e garantir a adequada abordagem do tema junto à população.	Realizar ao menos uma orientação por meio de seminário ao ano até final do PLAMSAN	SMS	Prefeitura Municipal SMA SMS	10.304.0021.2.050 Man. e Enc.- Vigilância Sanitária	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

familiares.		Promoção da Educação Sanitária e Defesa Agropecuária	- Realizar ao menos uma campanha por ano 2017 2018 2019 2020	SMS	SMS	10.304.0021.2.050 Man. e Enc.- Vigilância Sanitária	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
		Proibir os semielaborados e enlatados aos estabelecimentos de ensino estadual e municipal, garantindo a alimentação adequada e valorizando o agricultor local. (Proposta da Conferência SAN/2015)	Atender a resolução CD/ FNDE 26/2003	SME	SME	10.304.0021.2.050 Man. e Enc.- Vigilância Sanitária	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
		Incentivar a produção orgânica com a conscientização do excessivo uso de agrotóxicos, realizando fiscalização e assessoramento tanto físico como bem-estar do produtor rural. (Proposta da Conferência SAN/2015)	Realizar ações quanto ao uso consciente do agrotóxico até final de vigência do PLAMSAN	SMA	SMA SMS ADAPAR	10.304.0021.2.050 Man. e Enc.- Vigilância Sanitária	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

Desafio 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. De Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Utilizar a abordagem territorial como estratégia para promover a integração de políticas públicas e a otimização de recursos, visando à produção de alimentos e ao desenvolvimento rural	Compras Públicas	Ampliar a aquisição de produtos da agricultura familiar	Melhoria da infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção dos agricultores familiares por meio da aquisição de máquinas e equipamentos	-Realizar a manutenção das vias mensalmente -Adquirir pelo menos 12 equipamentos até final de final do PLAMSAN	SMA	Prefeitura Municipal SMA	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
		Adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar produzidos por mulheres no programa PNAE e PAA	Ampliar a participação das mulheres no PNAE e PAA	Realizar ao menos quatro capacitações as produtoras rurais até final do PLAMSAN	SMA	Prefeitura Municipal SMA SME SIND. RURAL EMATER SMAS	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

Equipament os públicos de SAN	Apoio a estruturação de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para receber alimentos saudáveis, incluindo os da Agricultura Familiar	Implantação de uma Central de recebimento de Alimentos equipada para armazenamento temporário e infraestrutura para logística de distribuição, com infraestrutura Física e Recursos Humanos (Nutricionistas, Tec. Administrativos e Agentes Operacionais).	Central implantada até 2019	SMA	SMA SME SEAB	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos:
	Criar equipamentos de SAN	Fortalecer o papel estratégico dos Equipamentos e Programas Públicos de Abastecimento, Alimentação e Nutrição (Epan) (restaurante popular, cozinha comunitária, banco de alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na garantia do acesso à alimentação adequada e saudável das populações em situação de insegurança alimentar e nutricional,	Prever no PPA- 2018/2021, orçamento para implantação de equipamentos públicos em SAN	SMA	Secretaria de Finanças e Procuradoria Jurídica	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

		por meio de aporte de recursos orçamentários nos âmbitos federal, estadual e municipal para manutenção da rede de Epan, garantindo a infraestrutura e recursos humanos necessários, para a distribuição de uma alimentação adequada e saudável e em quantidade suficiente para atendimento das demandas locais (Proposta Conferência SAN /2015)					
Agricultura Urbana	Dar continuidade ao Programa Alternativo, incentivando os adolescentes a participarem do mesmo	Viabilizar a garantia de recursos humanos e financeiros para continuidade do Programa Alternativo	Atender a conforme demanda Até o final de vigência do PLAMSAN	SMAS	SMAS SMA	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura 08.244.0016.2-064 Man. Enc. – FMAS	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
Organização de feiras	Ampliar e melhorar a capacidade dos produtos e do espaço da	Ampliar a Certificação/ Controle da Qualidade dos Alimentos Produzidos e Comercializado, a Produção de Alimentos	Infraestrutura Adequada até final de vigência do PLAMSAN	SMA	SMA	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados,

		feira	Orgânicos, melhorar as Instalações/ Infraestrutura das Feiras Livres					de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
--	--	-------	---	--	--	--	--	---

DESAFIO 5 - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias – Corresponde às Diretrizes 3 e 5 da PNSAN.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. De Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e de promoção da alimentação adequada e saudável, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)	Promoção da Alimentação Saudável	Elaborar e publicar ações de educação para o consumo consciente	Publicar dados relacionados ao monitoramento de agrotóxicos em água para consumo humano	- Realizar ao menos uma publicação em 2017 2018 2019 2020	SMS	SMS	10.304.0021.2.050 Man. e Enc.- Vigilância Sanitária	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada
		Realizar ações de educação nutricional ao paciente que encontra em risco nutricional	Dar continuidade aos serviços e programas existentes, com garantia de recursos financeiros e humano	Números de ações realizada por ano até final de vigência do PLAMSAN	SMS	SMS	10.301.0021.2-045 Man. Enc. Prog. PSF	Diretriz 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;
Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e	Promoção da Alimentação Saudável no Ambiente	Elaborar e publicar ações de educação para o	Continuar as ações de promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas	Números de ações realizada por ano até final	SME	SME	12.361.0024.2-077 Man. Prog. Mer. Escolar	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar

Nutricional nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis	Escolar	consumo.	públicas e particulares, com ênfase na promoção de cantinas escolares saudáveis.	de vigência do PLAMSAN				e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada
			Realizar campanhas educativas para a difusão de informações, orientação e estímulo à adoção de práticas e escolhas alimentares saudáveis pela população, por meio da valorização dos alimentos produzidos localmente.	Uma companhia por ano 2017 2018 2019 2020	SME	SMA SME SMAS SMS Outros órgãos do município	12.361.0024.2-077 Man. Prog. Mer. Escolar	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada
	Controle dos riscos relacionados ao consumo de alimentos e a exposição ao uso de agrotóxicos	Promover a Educação Ambiental sobre uso de agrotóxicos e consumo de alimentos com grande exposição a agrotóxicos	Criar projeto para fomentar o censo crítico, prover esclarecimentos à população sobre uso indiscriminado do agrotóxico, risco a exposição humana ao agrotóxico, risco ao consumo de alimentos com alta exposição a agrotóxicos, risco a qualidade ambiental pelo uso indiscriminado de agrotóxico (Recursos Hídricos/Solo/Ar).	Projeto criado até 2020	SMS SMA	SME SMA ADAPAR INSTITUIÇÃO DE ENSINO E PESQUISA	10.304.0021.2.050 Man. e Enc.- Vigilância Sanitária	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada

DESAFIO 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação – Corresponde à Diretriz 5 da PNSAN.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz nacional
Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde.	Controle e prevenção dos agravos relacionados ao consumo de alimentos	Divulgar nos meios de comunicação os agravos relacionados a má alimentação	Elaborar materiais de apoio e qualificação das ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	- Materiais elaborados em 2017 - Realizar uma campanha por ano 2017 2018 2019 2020	SMS	SME SMS SMAS	10.304.0021.2.050 Man. e Enc.- Vigilância Sanitária	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional	Implementação da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade.	Deter o crescimento da obesidade na população adulta, por meio de ações articuladas no âmbito da (CAISAN).	Assegurar a efetiva implementação do Plano Intersetorial para Prevenção e Controle da Obesidade, elaborado pela CAISAN, garantindo ao município a destinação dos recursos financeiros necessários à sua execução. (Proposta Conferência SAN/2015)	Plano Intersetorial elaborado 2018	SMS	CAISAN	10.301.0021.2-044 Man e Enc. Prog. PACS 10.301.0021.2-045 Man. Enc. Prog. PSF	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
			Protocolos de atenção à saúde para crianças e adolescentes com excesso de peso.	Manter protocolo em 2017	SMS	SMS SME	10.301.0021.2-044 Man e Enc. Prog. PACS 10.301.0021.2-045 Man. Enc. Prog. PSF	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança

								alimentar e nutricional
			Realizar programas de prevenção e controle das carências nutricionais.	Três campanhas até final de vigência do PLAMSAN	SMS	SMS	10.301.0021.2-044 Man e Enc. Prog. PACS 10.301.0021.2-045 Man. Enc. Prog. PSF	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
Promover o controle e a regulação de alimentos	Regulação de alimentos	Desenvolver ações voltadas a regulação de alimentos	Realizar campanhas junto aos consumidores sobre rotulagem, preparo e consumo de alimentos, a fim de propiciar uma alimentação saudável e segura	Duas campanhas por ano até final de vigência do PLAMSAN	SMS	SMS	10.304.0021.2.050 Man. e Enc.- Vigilância Sanitária	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
Fortalecer a vigilância alimentar e nutricional.	Atenção nutricional	Análise do estado nutricional da população por meio dos sistemas vigentes	Realizar a cobertura populacional para melhoria da análise dos dados nutricionais das famílias	Sistemas alimentados mensalmente até final de vigência do PLAMSAN	SMS	SMS	10.301.0021.2-044 Man e Enc. Prog. PACS 10.301.0021.2-045 Man. Enc. Prog. PSF	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança

								alimentar e nutricional
			Elaboração de diagnóstico da situação alimentar e nutricional da população	Realizar 01 instrumental até 2019	SMS	SMS	10.301.0021.2-044 Man e Enc. Prog. PACS 10.301.0021.2-045 Man. Enc. Prog. PSF	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional

DESAFIO 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural – Corresponde à Diretriz 6 da PNSAN.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind.de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Garantir o acesso à água para o consumo humano e a produção de populações rurais difusas e de baixa renda, de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional	Recursos Hídricos	Conservar e recuperar solos, matas ciliares e áreas de nascentes	Estruturação de projeto de recuperação de áreas de preservação permanente em sub-bacias hidrográficas cujos trechos de rios sejam considerados prioritários para a conservação dos recursos hídricos.	Projeto em execução até 2020.	SMA	SMA	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura 20.606.0045.2-092 Inc. a Distr. Ins. Básicos/Prog. Terra Fertil	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura
			Recuperação e conservação de água, solo e recursos florestais para revitalização das bacias dos rios	Realizar ao menos quatro ações até final de vigência do PLAMSAN	SMA	SMA	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura 20.606.0045.2-092 Inc. a Distr. Ins. Básicos/Prog. Terra Fertil	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura

	Água para consumo humano e para produção de alimentos	Promover o acesso e controle da qualidade da água.	Criar mecanismos de controle e monitoramento dos rios e poços artesianos para melhor controle do desperdício e da qualidade da água	Aprimorar o instrumento I de controle elaborado em 2019 2020	SME	SMA SMS	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura
	Saneamento Básico Rural	Promover o Esgotamento Sanitário e Manejo de Resíduos Sólidos nas Comunidades Rurais	Implantar e monitorar Sistemas de Esgotamento Sanitário e Manejo de Resíduos Sólidos nas localidades rurais	Viabilizar parcerias 2020	SMA	SMA SMS	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura

DESAFIO 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social – Corresponde às Diretrizes 3, 8 da PNSAN e Diretriz SISAN.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. De Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Identificar avanços e retrocessos no cumprimento das obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).	Intersetorialidade	Elaboração do II Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Garantir a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)	II PLAMSAN 2020	SMA	SMA SME SMAS SMS	08.244.0016.2-064 Man. Enc. – FMAS 20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura 10.301.0021.2-045 Man. Enc. Prog. PSF	Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.
			Efetivar a câmara intersetorial, fazendo ações conjuntas para construção do sistema no município, e realizar capacitação aos membros da câmara intersetorial (Proposta Conferência SAN/2015)	Realizar ao menos 6 reuniões por ano 2017 2018 2019	SMA	SMA SME SMAS SMS	08.244.0016.2-064 Man. Enc. – FMAS 20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada
	Participação social	Apoiar a realização da III Conferência Municipal	Apoiar a participação e controle social, por meio dos conselhos de segurança alimentar e	Conferência realizada, conforme determinação do CONSEA	SMA	CAISAN	08.244.0016.2-064 Man. Enc. – FMAS 20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação

		SAN	nutricional.	Nacional				adequada.
		Resgatar a participação da Sociedade Civil no Conselho, aumentando à participação e informação a sociedade geral.	Garantir o funcionamento do COMSEA, visando dinamizar este colegiado como instrumento de participação e fiscalização, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo	Ao menos 6 reuniões ao ano 2017 2018 2019 2020	SMA	CAISAN	08.244.0016.2-064 Man. Enc. – FMAS 20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.
	Monitoramento	Revisão do PLAMSAN	Realizar o monitoramento, acompanhamento e avaliação do PLAMSAN pela CAISAN	6 reuniões ano Até final de vigência do PLAMSAN	SMA	CAISAN	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.
	Formação, pesquisa e extensão em SAN e DHAA	Plano de Capacitação continuada	Realizar plano de capacitação continuada com adesão dos participantes do conselho, secretarias, técnicos, produtores, famílias (Proposta Conferência SAN/2015)	Plano de capacitação elaborado Até 2019	SMA	CAISAN	08.244.0016.2-064 Man. Enc. – FMAS 20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação

			Fomentar e Promover as ações de Formação, pesquisa e extensão em SAN e DHAA em parceria com governo federal e estadual, instituições de ensino, extensão e pesquisa, sindicatos, associações e outras formas de organização social e etc.	5 Ações de formação em SAN até final de vigência do PLAMSAN	SMA	SMA	20.122.0045.2-091 Man. e Enc. Div. Agricultura	adequada
	Gestão e financiamento do SISOAN	Garantir recurso no PPA, das 4 secretarias envolvidas, para a execução das ações propostas no PLAMSAN	Dotação Orçamentária específicas para a assegurar a implantação do SISOAN no município	Inclusão de dotação orçamentaria na LOA. 2018 2019 2020	SMA SME SMAS SMS	SMA SME SMAS SMS	Incluir no PPA	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e do direito humano à alimentação adequada
		Estabelecimento dos mecanismos de financiamento para a gestão do (SISOAN),	Estruturar os órgãos de vigilância sanitária por meio do aporte adequado de estrutura física, recursos humanos habilitados e	Vigilância Sanitária com estrutura adequado para o funcionamento	SME	SME	10.304.0021.2.050 Man. e Enc.- Vigilância Sanitária	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e

		com vistas ao fortalecimento dos seus componentes: CAISAN e COMSEA	logística, para o fortalecimento das ações estratégicas à realização do direito humano à alimentação adequada e saudável. (Proposta Conferência SAN/2015)					formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada
--	--	--	---	--	--	--	--	--

DESAFIO 9 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional – Corresponde à Diretriz 7 da PNSAN.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Assegurar a implementação das iniciativas relacionadas à segurança alimentar e nutricional aos indivíduos de outros países	Participação das políticas públicas	Ofertar atendimento à população de outros países	Implementação de projetos sociais para atendimento as pessoas advindas de outros países, com garantia de alimentação adequada e saudável	100% da demanda atendida em todas as políticas públicas	SMAS	SMA SME SMAS SMS	08.244.0016.2-064 Man. Enc. – FMAS 10.301.0021.2-045 Man. Enc. Prog. PSF	Diretriz 07: Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais.



Capítulo V

5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLAMSAN

Para que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN, no município de Cruzeiro do Oeste, aconteça em todos os seus aspectos dependerá do empenho de cada componente que faz parte do SISAN: CAISAN, CONSEA e instituições ligadas a política SAN.

As Políticas públicas de Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Assistência Social e Agricultura na figura dos seus gestores municipais (CAISAN), conjuntamente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano.

É sabido que o plano irá alcançar seus objetivos, se todos, governo e sociedade civil, assumir o compromisso de acompanhar e avaliar as metas e estratégias estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções que venham melhorar as metas propostas.

Os desafios propostos e as diretrizes nacionais e as metas estratégias deste Plano, somente poderão ser alcançadas se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, portanto, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma.

A avaliação deverá ser realizada de forma efetiva, periódica e contínua e o acompanhamento estar voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PLAMSAN, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo de forma intersetorial.

A avaliação será realizada todos os anos, com orientação dos órgãos afins e pelo CONSEA, por meio de conferências, audiências, encontros e/ou reuniões, organizadas pela CAISAN.

A avaliação e o monitoramento servirão para verificar se as prioridades, metas e estratégias propostas no PLAMSAN estão sendo atingidas, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

Tabela 64 - Cronograma de monitoramento e avaliação

Ação	2017	2018	2019	2020
Implementação do Plano	X			
Acompanhamento das ações	X	X	X	X
Monitoramento e avaliação	X	X	X	X
Avaliação final				X
Elaboração do II PLAMSAN				X

O Plano não pode ser um instrumento formal. Planejar, executar, monitorar e avaliar fazem parte de um processo integrado, de revisão sistemática do próprio Plano, de (re) definição permanente dos caminhos a serem percorridos para o alcance dos objetivos da política de SAN, do contrário cairá na improvisação – emergencial e pontual, sem direção e continuidade.

Neste sentido, a CAISAN deve participar dos momentos de planejamento municipal da política de SAN, de maneira a subsidiar as ações apresentadas neste Plano Municipal, como, por exemplo, as necessidades de serviços e investimento no aprimoramento da política de SAN no município de Cruzeiro do Oeste.

FONTE DE PESQUISA

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - www.ibge.gov.br/acesso em: 04 set. 2016.

Informações municipais para planejamento institucional. Versão 2.8. Março/2016. <http://www2.mppe.mp.br/cid/>. acesso em 04 set.2016.

IPARDES - Caderno Estatístico do Município de Cruzeiro do Oeste – setembro/2016. www.ipardes.gov.br/acesso em: 26 set. 2016, as 10:05hs.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea - Orientações para a Elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e municípios/2014

Ministério do Trabalho e Emprego - http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php, acesso em 12 de abril de 2017, as 10:16hs

Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional / 2012-2015. Curitiba, Pr. CAISAN, 2013. 100p.: 30cm

Plano Municipal de Educação de Cruzeiro do Oeste - 2015/2024.

Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Criança e Adolescente – 2016-2025.

Plano Municipal de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – PMGRH – 2011

Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Plano Municipal de Drenagem Urbana - 2012

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional / PLANSAN 2012-2015
www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf
f. Acesso em: 4 set. 2016.

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional / PLANSAN 2016-2019
- [Www4.planalto.gov.br](http://www4.planalto.gov.br) › Página Inicial › Comunicação › Notícias › 2016. Acesso
em: 4 set. 2016.